

**Universidade de Lisboa**

**Faculdade de Direito**



**O ensino do Direito no Brasil e em Portugal e seus desdobramentos:  
uma análise comparada do cenário contemporâneo**

Dissertação apresentada como condição para a conclusão do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica com especialidade em Teoria do Direito, sob orientação do Senhor Professor Doutor António Pedro Barbas Homem.

Mestrando: Henrique Bonatti Rego Barbosa. Aluno nº. 29342.

**Lisboa  
2018**

**Universidade de Lisboa**

**Faculdade de Direito**



**O ensino do Direito no Brasil e em Portugal e seus desdobramentos:  
uma análise comparada do cenário contemporâneo**

**Lisboa  
2018**

## AGRADECIMENTOS

Após esses primeiros vinte e sete anos, em pude formar uma humilde concepção sobre a vida, tenho a certeza de que o sentimento mais importante, justo e necessário que o ser humano pode expressar é a gratidão. Desse modo, por acreditar puramente neste preceito, posso dizer que sou muito grato e, por consequência, se faz fundamental pontuar meus agradecimentos neste trabalho.

Antes de mais, explico que agradeço não somente pelas ajudas recebidas na execução desta dissertação, mas sim de toda atenção que, gentilmente, recebi nestes dois anos vividos em Lisboa. Como luso-brasileiro que sou, se antes já possuía cidadania portuguesa como direito, hoje posso dizer que sou também português de coração.

Inicio por agradecer a Deus, em quem acredito e a quem dedico toda a honra e toda a glória. No plano em que nos encontramos, agradeço primeiramente à minha querida mãe Carla, a verdadeira promotora dessa possibilidade de ter seguido minha pós-graduação em Portugal. Por todo enorme esforço e carinho para comigo, sempre, muito obrigado. Agradeço imensamente também à minha amada namorada Beatriz, por todo apoio, compreensão e amor, nestes anos de distância física. Agradeço aos meus avós e à toda minha família, pelo apoio direto e indireto.

Na Academia, agradeço ao meu orientador, Senhor Professor Doutor António Pedro Barbas Homem, por tudo. Desde as aulas, as reuniões, as orientações e por toda ajuda que me deu. Uma admiração enorme. Agradeço à Senhora Professora Doutora Maria da Glória Colucci por ter sido quem em mim despertou o gosto pelo magistério e a certeza da paixão por essa profissão. Agradeço também aos Senhores Professores Doutores Dário Moura Vicente, Pedro Romano Martinez e Fausto de Quadros, pela atenção que sempre me disponibilizaram.

Ainda na Faculdade, mas no que tange às atividades da Bolsa de Mérito, que tenho orgulho de desenvolver, agradeço às Senhoras Professoras Doutoradas Cláudia Madaleno e Paula Vaz Freire pela forma humana, sempre muito atenta e compreensiva com que me trataram. Agradeço imensamente também à Rosa, à Chandra e à Ana, ao Bertolino e à Dália com quem sempre pude contar e tiveram imensa importância na minha caminhada até aqui.

Por fim, agradeço a todos meus amigos, de todas suas esferas, do desporto ao Mestrado, do NELB à vida universitária em geral.

A todos que, citados neste papel ou não, fizeram parte da minha vida até aqui, muito obrigado!

## RESUMO

O ensino do Direito desenvolvido no Brasil e em Portugal tem vindo a apresentar graves problemas em todas as fases de sua execução. Em que pese o ensino ser apenas uma parte de um Direito que globalmente está em crise, é, de fato, um ponto de extrema relevância para o todo, pois influencia o ambiente jurídico integralmente. Destarte, se fazem necessárias iniciativas de análise e debate desse tema, com intuito de promover posteriores melhorias. Para esse feito, primordialmente, trabalha-se uma digressão histórica para que se perceba a formação e a relação dos sistemas de ensino em comento. Subsequentemente, examinam-se as estruturas dos modelos de ensino jurídico falados, seus aspectos legais e de gestão, compreendendo-se suas características fundamentais, suas semelhanças e diferenças. Superada essa fase propedêutica do trabalho, parte-se para a análise dos problemas apresentados na realidade fática das Faculdades de Direito. Apesar dos sistemas de ensino em comento possuírem grande proximidade, alguns dos problemas são particulares de cada um, motivo pelo qual, de início, devem ser analisados pontualmente. Em seguida, quando comuns, passam a ser ponderados conjuntamente. Na sequência, aproxima-se da resposta da presente pesquisa. Após serem percebidos os motivos históricos, administrativos, sociais e culturais do crítico momento referido, torna-se relevante realizar uma reflexão das possíveis teorias, metodologias, técnicas, ideias e experiências que podem ser empregadas na modificação e superação desta realidade, numa análise que aborde desde os elementos teóricos até os exemplos práticos que se utilizaram dessas diretrizes e foram bem sucedidos. Para tal, faz-se uma revisão bibliográfica do que fora publicado acerca do tema em âmbito luso-brasileiro, bem como recolhe-se alguns bons contributos de outros modelos de ensino jurídico. Assim, ambiciona-se que este trabalho seja um instrumento de melhoria significativa do ensino do jurídico de ambos países, demonstrando, nomeadamente, que há tangível viabilidade para aplicação das medidas colacionadas, para que, como consequência, a justiça possa voltar a ser o fim do Direito.

**Palavras-chave:** Teoria do Direito; Crise do Direito; Ensino Jurídico; Técnicas e Metodologias Inovadoras; Melhoria do Ensino do Direito.

## ABSTRACT

The Law education developed in Brazil and Portugal has been presenting serious problems at all stages of its execution. Although education is only part of a Law in crisis, it is, in fact, a point of extreme importance for the whole, so that there is the influence of the legal environment in its entirety. Therefore it is necessary to analyze and discuss the theme with the purpose of promoting further improvements. To this end, a historical digression is relevant in order to perceive the formation and the relation between the teaching systems in question. Subsequently, it is elementary to examine the structures of the Law teaching models, its legal and management aspects and understand its fundamental characteristics, their similarities and differences. Overcoming this propaedeutic phase of work, it is useful to analyze the problems presented in the reality of the Faculties of Law. Although the main problems of the Legal Education promoted in Brazil and Portugal can be shown as similar, some of them are particular to each scenario, reason why at the beginning it is verified separately. Later, while they are common, can also be seen together. Afterwards, closer to the answer of the present research, after being perceived the historical, administrative, social and cultural motives of the moment, it is the point to make a catalogue of the relevant theories, methodologies, techniques, ideas and experiences that can be applied in the modification and overcoming of this reality, in an analysis that addresses the theoretical elements and the practical examples that used these guidelines and were successful. For this, a bibliographical review is done on the particular case of the Portuguese-Brazilian context, as well as the repetition of some good contributions of other models of Law teaching was also checked. Thus, it is hoped that this is the work that presents itself as an instrument of great advance in the Law teaching of both countries, demonstrating that there is a viability for the use of collated measures, so that, as a consequence, the justice may return to be the Law main target.

**Key-words:** Law Theory; Law Crisis; Law Education; Law teaching; Innovative techniques and methodologies; Legal Education improvement.

## SUMÁRIO

<b>1.Introdução.....</b>	<b>07</b>
<b>2. Evolução histórica do ensino do Direito em Portugal e no Brasil.....</b>	<b>13</b>
2.1 Introdução e delimitação do recorte histórico.....	13
2.2 Evolução histórica do ensino do Direito em Portugal.....	16
2.3 Evolução histórica do ensino do Direito no Brasil.....	33
<b>3. Análise dos sistemas de ensino do Direito no Brasil e em Portugal.....</b>	<b>44</b>
3.1 A estrutura curricular do curso de Direito no Brasil: diretrizes e órgãos governamentais de controle.....	44
3.2 O plano de ensino do Direito em Portugal: legislação e estruturação.....	54
<b>4. Problemas significativos do ensino jurídico.....</b>	<b>73</b>
4.1 A realidade brasileira e suas consequências.....	73
4.2 O ensino do Direito em Portugal e seus distúrbios característicos.....	78
4.3 Situações problemáticas vislumbradas em ambos sistemas de ensino.....	82
<b>5. Possíveis estratégias de melhora do ensino jurídico brasileiro e português.....</b>	<b>105</b>
5.1 O Processo de Bolonha e o Ensino Jurídico português.....	106
5.2 A formação educacional pré-universidade.....	107
5.3 A crise do Direito e da Democracia e o ensino jurídico: o necessário estreitamento com a Pedagogia.....	109
5.4 Metodologias aplicáveis ao ensino jurídico.....	117
5.5 A interdisciplinaridade, transversalidade e transdisciplinaridade no ensino jurídico.....	122
5.6 Métodos e técnicas inovadoras e motivadoras.....	128
5.7 O importante incentivo à pesquisa.....	133
5.8 O verdadeiro professor de Direito.....	135
5.9 A demonstração da realidade de injustiça como forma de ensinar o Direito.....	138
5.10 Compêndio de experiências bem sucedidas na melhora do ensino jurídico.....	140
<b>6. Conclusão.....</b>	<b>145</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>149</b>

## 1. INTRODUÇÃO

O ensino do Direito vai mal! Não somente na caótica realidade brasileira, muito agravada pelas dimensões geográficas, populacionais e econômicas gigantescas do país, mas também em Portugal que, em que pese ter muitos méritos, também possui fragilidades.

O ensino jurídico é apenas uma parte de um Direito que está em crise. A falência educacional da sociedade ocidental hodierna é gritante. Entretanto, mesmo sendo apenas um dos maus aspectos, trata-se uma face extremamente relevante, responsável e capaz de influenciar todo o resto do sistema jurídico, sem exceções.

A necessidade de se debruçar sobre os estudos acerca do ensino do Direito é urgente. Há muito o que se adequar, muito o que se repensar e muito o que evoluir.

Antes de mais nada, por indispensável ser, realizar-se-á uma retrospectiva histórica do ensino jurídico em Portugal e no Brasil. Por uma questão de coerência cronológica ver-se-á primeiro como ocorreu a implementação da Universidade portuguesa e sua forte relação com o Direito desde seu início.

Cumprido como intuito deste ponto a recapitulação do historial do ensino do Direito em Portugal desde seu princípio, tomando como referencial a criação da Universidade no século XIII; o decurso histórico dos anos subsequentes; as tentativas de valorização universitária nacional no século XV; a Reforma Pombalina do século XVIII; a intranquilidade do ensino jurídico no século XIX; as reformas realizadas no curso durante o século XX; as especificidades do ano de 1974; o “Processo de Bolonha”, sua caracterização e implementação; chegando até a atualidade do século XXI.

Posteriormente, partir-se-á para a análise jus-histórica do ensino jurídico no Brasil, averiguar-se-ão aspectos significativos anteriores à criação das primeiras Faculdades, nomeadamente a predominância e influência da Universidade de Coimbra como rota prioritária de estudo dos jovens brasileiros; a criação dos cursos de Direito de São Paulo e de Olinda, no século XIX; a quebra do monopólio e instituição de outras Faculdades alguns anos depois; a expansão

do ensino com a ideia de consolidação das “fábricas de bacharéis” que vigorava no início do século XX; as modificações trazidas pelo Golpe Militar de 1964 e sua atrelada reforma educacional; até a nova Constituição de 1988 e as influências econômicas e sociais que tanto modificaram o currículo do curso de Direito no Brasil.

Ter-se-á um sentimento de humildade histórico-científica bastante coeso, sabendo que o objetivo final do presente trabalho não é esse. Todavia, se garante que a imprescindível contextualização histórica dos temas elementares para a compreensão fidedigna do problema cerne deste texto será feita.

Isso pronto, migrar-se-á para uma análise estrutural dos sistemas de ensino do Direito do Brasil e de Portugal. Inicialmente, de frente à realidade brasileira, verificar-se-á o forte controle e regramento legal que circundam a matéria, tratar-se-á da Lei N.º 9.394 de 1996, conhecida por nova Lei das Diretrizes e Bases da Educação, que gere toda oferta educativa do país; da Resolução N.º 9 de 2004, do Conselho Nacional de Educação e sua Câmara de Educação Superior, do Ministério da Educação, que instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, delimitando inclusive as áreas do conhecimento que deverão compor o plano curricular; bem como os demais órgãos, de cunho governamental ou não, que são influenciadores do ensino do Direito, como, por exemplo, a Ordem dos Advogados do Brasil.

Destarte, após concluído esse exame, se mantendo a identidade comparada do presente estudo, partir-se-á para outro tópico, agora com foco na organização curricular do Curso de Direito em Portugal. Claramente, por não haver uma componente legislativa tão reguladora quanto a brasileira, prosseguir-se-á de uma forma um pouco diversa, mas de início falar-se-á da Lei N.º 46 de 1986, a Lei de Bases do Sistema Educativo e da Lei N.º 74 de 2006, que por sua vez adequam o ensino superior lusitano à nova realidade europeia, pós Processo de Bolonha. Na sequência, abordar-se-á a Lei N.º 62 de 2007, que trata do Regime Jurídico das instituições do ensino superior neste país.

Subsequentemente, trazer-se-á para a pesquisa uma significativa visualização da questão da autonomia universitária, marcante característica do sistema de ensino português. Por consequência, em não havendo uma unificação legal,



mandatória, do currículo escolar do curso de Direito, como no caso brasileiro, optar-se-á por estudar os planos de estudos das duas maiores e melhores Faculdades de Direito de Portugal: a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

Uma vez dissecados os pormenores relevantes de cada estrutura curricular citada, nos três ciclos da educação universitária, tecer-se-á alguns argumentos referentes a algumas instituições de controle e desenvolvimento do ensino superior português, nomeadamente a Direção-Geral do Ensino Superior e a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior.

Feita essa imprescindível parte preambular, apto se estará para a análise fundamental da presente iniciativa: o diagnóstico dos muitos e graves problemas que assolam o ensino do Direito, em ambos países, e, ulteriormente, uma compilação de ideias, experiências, projetos e atitudes bem sucedidas, empregadas no processo de modificação desta realidade.

Por primeiro, no que tange aos distúrbios, promover-se-á um balanço daqueles que são evidenciados na realidade portuguesa e brasileira, particularmente. No primeiro caso, explorar-se-á o Processo de Bolonha e suas consequências previstas e não previstas. Na situação brasileira, enumerar-se-á as questões da enorme popularidade do Direito, do número exorbitante de cursos ofertados, da mercantilização desenfreada da educação e da realização de estágios profissionais mal regulados.

Todavia, perceber-se-á que a maior parte das problemáticas a serem visualizadas compõem os dois sistemas de ensino. São elas: o baixo ou insuficiente investimento estatal realizado na educação de modo geral, inclusivamente no ensino jurídico; o positivismo jurídico que resulta no raso legalismo formal e na visão puramente tecnicista do Direito; a não observação dos contextos sociais, políticos, histórico-geográficos e demais aspectos da ciência jurídica; a especialização excessiva do estudo forense, ainda mais agravada na realidade brasileira pelos ambicionados concursos públicos e pela obrigatória realização do Exame de Ordem para ingresso na advocacia; o incoerente foco das instituições de ensino nas saídas profissionais e o consequente vazio jurídico-cultura resultante desta postura, bem como; o

conservadorismo de maior parte das Escolas, que boicota diariamente qualquer iniciativa do pensamento inovador.

Outrossim, vislumbrar-se-á a existência de outros problemas, não necessariamente oriundos das gestões públicas ou das instituições propriamente ditas, mas sim inerentes à própria relação professor-aluno, como por exemplo: o conformismo docente e discente, gerador de um abissal enfraquecimento da conexão ensino-aprendizagem; a falta de interesse pelas lecionações, agravada contemporaneamente pelas ofertas várias de distrações e fugas digitais; o distanciamento dos agentes da supracitada relação, muitas vezes proveniente de um autoritarismo ou imperativismo docente, e, também; da figura cada vez mais presente dos replicadores de conhecimento e não verdadeiros mestres, orientadores do alunado.

De mais a mais, elucidar-se-á algumas características significativas da real crise do Direito, da Democracia e do seu ensino, tais quais: a não percepção do Direito como um produto social e sim apenas como uma ciência exata; o problema eminente da Justiça reduzida a formalismos e burocracias; a questão da linguagem, por tantas vezes ignorada, mas que resulta em um processo de rebuscamento demasiado e inúmeros distúrbios consequentes, e; um método de ensino ultrapassado, repetitivo e meramente informativo do conhecimento dogmático, ineficaz para um Direito que precisa ser instrumento de mudanças sociais.

Tentar-se-á demonstrar que a ideia de Direito justo está, quase por todos, esquecida; que há um grande descompasso entre o estudo jurídico e a sociedade contemporânea; que o ensino jurídico está demasiadamente fundamentado no empirismo individual dos agentes e muito pouco nos métodos pedagógicos disponíveis; e, finalmente, que há uma significativa ausência do incentivo à reflexão, pesquisa e produção científica, para grande parte do corpo discente médio das Faculdades de Direito do Brasil e de Portugal.

Com tudo isso posto, poder-se-á prosseguir. Tratar-se-á, a partir desse momento, do ponto mais importante deste trabalho, a realização de um compilado de possíveis soluções, provenientes de pesquisas, boas experiências, ações relevantes e metodologias inovadoras.

Trazer-se-á ao lume as importantes referências às figuras da interdisciplinaridade, transversalidade e transdisciplinaridade; assim como a significativa contribuição das disciplinas propedêuticas ao ensino jurídico: História, Direito Romano, Filosofia, Sociologia, Economia, Ciências Políticas, Teoria do Direito, dentre outras.

Abordar-se-ão: a necessidade de vislumbrar o Direito sob uma ótica crítica e reflexiva, como instrumento de transformação social, por meio de uma pedagogia incisiva que demonstre ao alunado a gravidade das situações de injustiça, nas quais o Direito vigente foi impotente e incapaz de sanar o ocorrido de forma proba; a importância de se promover uma formação humanística do operador do Direito, para que antes de bons técnicos e especialistas, sejam cidadãos conscientes; o fomento do debate como forma de desenvolvimento pacífico de ideias em uma sociedade; a relevância do redescobrimento do verdadeiro significado da Universidade, nomeadamente os pormenores que tocam a Faculdade de Direito; e também a valia da exigência acadêmica, a valorização do mérito como pilar fundamental da Academia.

Outrossim, enumerar-se-ão alguns aspectos relevantes para a melhoria do ensino propriamente dito, como por exemplo: a figura do genuíno professor, possuidor de uma postura docente com identidade, incansável motivador do corpo discente e preocupado com a relação mestre-discípulo; a necessária aproximação do Direito e da Pedagogia, a consequente transformação do curso de dentro para fora, através de estratégias que visam ocupar as lacunas existentes nos projetos pedagógicos e empregar técnicas inovadoras na evolução do sistema educacional tradicional.

Focar-se-á justamente na demonstração dessas iniciativas baseadas na inovação, tais quais: a utilização de plataformas virtuais no apoio à leção; o estímulo à oficina jurídica; a incrementação das aulas em sua composição teórico-prática; a maior preparação dos alunos para a sociedade globalizada; o entendimento das necessidades e dos anseios do aluno do século XXI; e o estímulo constante do aluno, por via da motivação e do despertar das emoções, por meio de trabalhos dinâmicos em sala de aula (em grupo ou não) e utilizando-se de vias inusuais como o cinema, teatro, literatura, entre outros.

Demonstrar-se-á a imprescindibilidade do fortalecimento da ética na Academia; do relacionamento respeitoso entre os agentes do ensino jurídico, com hierarquia mas sem autoritarismo; da utilização do valioso *feedback* dos alunos para melhora do desempenho no magistério; e, finalmente, da necessidade de formação e apoio continuado aos novos professores de Direito.

Em conclusão, após profunda percepção das situações problemáticas que assolam o ensino jurídico do Brasil e de Portugal, de suas origens e extensões, costurar-se-ão as ideias e soluções elencadas, para que se demonstre um possível caminho até a melhora do ensino jurídico e ao Direito justo.

Reforça-se que para o presente trabalho foram utilizados os métodos científicos histórico, hermenêutico e dialético. Ademais, por uma questão de coerência com o percurso acadêmico do autor, elegeu-se o português brasileiro, de acordo com o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990, bem como as normas de formatação de texto da ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas, respeitando-se sempre as particularidades do Regulamento dos ciclos de Mestrado e Doutorado da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

## **2. EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO ENSINO DO DIREITO EM PORTUGAL E NO BRASIL**

### **2.1 Introdução e delimitação do recorte histórico**

Antes de mais, faz-se necessário comentar, ainda que brevemente, o intento e a relevância do presente capítulo. Mesmo que, sabidamente, o foco do presente trabalho seja uma análise contemporânea dos modelos do ensino jurídico no Brasil e em Portugal, a digressão histórica e consequente percepção da formação de cada escola de Direito é, de fato, muito importante.

Para a presente parte deste texto utilizar-se-ão os métodos de análise histórica e pesquisa das principais obras, de professores autores renomados do cenário luso-brasileiro. Mesmo em não se tratando de uma dissertação de especialidade de História do Direito, em respeito ao rigor científico que é marca evidente desta casa, prezar-se-á sempre pela imaleabilidade histórica no que tange às fontes e períodos analisados.

Deste modo, cabe, ainda em meio preambular, clarificar a delimitação temporal e de objeto do presente capítulo. Há que se ter a humildade de saber que, nos presentes moldes e de acordo com as possibilidades deste trabalho, é indispensável que haja uma limitação temporal bastante bem demarcada. Como leciona Duarte Nogueira: “Se a humildade é virtude, a consciência das limitações é obrigação.”<sup>1</sup> Para se compreender esta referida demarcação dos períodos históricos a serem percorridos, lógico apresenta-se sua vinculação com o alvo deste ensaio inicial.

Sabe-se que o estudo do Direito está intimamente ligado ao próprio Direito e, por consequência, mesmo que de formas diversas e inusuais para o cenário contemporâneo, o ensino jurídico já estava presente nas civilizações mais antigas, que por sua vez foram grandes influenciadoras e formadoras da sociedade ocidental atual.

Todavia, em respeito aos limites temáticos e temporais do presente trabalho optar-se-á por uma análise história do ensino do Direito em Portugal e no Brasil,

---

<sup>1</sup>DUARTE NOGUEIRA, José Artur Anes. **Sociedade e Direito em Portugal na Idade Média: dos primórdios ao século da Universidade**. Lisboa, 1994. p.5.

exclusivamente. Comentar-se-ão alguns registros históricos imediatamente anteriores que foram relevantes para a formação dos referidos sistemas de ensino. Outrossim, sob pena de, inclusive, incorrer em um grande e comum desfavor à boa redação jurídico-acadêmica, como diria Luciano Oliveira, não irá se falar do Código de Hamurábi, da Grécia clássica e da Roma antiga.<sup>2</sup>

Ter-se-á em conta a realidade vivida nas instituições da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, que claramente sempre capitanearam o Direito Luso, no passado até o presente.

Uma vez realizada a retrospectiva histórica do ensino do Direito português, partir-se-á para o exame da evolução do ensino jurídico no Brasil. Ressalta-se que o fato de se analisar primeiro a formação do ensino forense lusitano ocorre por motivos de coerência cronológica e evolutiva, quer dizer, além dos elementos formadores dessa concepção de ensino terem acontecido anteriormente, na sequência foram fortes influenciadores, como se verá, do Direito brasileiro e de sua lecionação.

Destarte, ressalta-se a relevância dessa análise como forma de possibilitar uma compreensão mais global do tema, dos motivos que levaram a consolidação do ensino do Direito nos moldes que se apresentam hoje e que formaram esta tradição jurídica em Portugal e no Brasil.

Esse panorama luso-brasileiro da história do ensino do Direito será uma ferramenta preciosa para, posteriormente, verificar-se as prováveis origens de algumas problemáticas encontradas atualmente no desenvolvimento dessa atividade e, possivelmente, tentar perceber como podem ser implementadas algumas soluções, sugestões, iniciativas ou boas experiências.

Cabe frisar também, com a devida seriedade desse pormenor que, em que pese a análise que aqui será desenvolvida contará com uma organização cronológica

---

<sup>2</sup>OLIVEIRA, Luciano. **Não fale do Código de Hamurábi! A pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito.** Acesso em 01/04/2018. Disponível em: «[https://www.uniceub.br/media/180293/Texto\\_IX.pdf](https://www.uniceub.br/media/180293/Texto_IX.pdf)»

crescente dos fatos, não se entende, de forma alguma, a História sob um ponto de vista teleológico.

Como ressalta Hespanha, a história jurídica, assim como a história genérica, não pode nunca, ou não deveria, ser vista como um desenvolvimento linear, necessário, progressivo ou escatológico.<sup>3</sup>

Tudo isso posto, verificadas a relevância, as limitações e intenções desse ensaio inicial, apto se está para continuar o caminho de rememoração histórica dos ensinos do Direito, realizados em terras portuguesas e brasileiras, até o nosso tempo.

---

<sup>3</sup>HESPANHA, António Manuel. **Cultura Jurídica Europeia. Síntese de um Milénio.** Coimbra: Almedina, 2012. p.28.

## 2.2 Evolução histórica do ensino do Direito em Portugal

O ensino do Direito em Portugal tem como histórico marco inicial a notória criação da Universidade, no século XIII. No entanto, há de se trazer ao presente estudo alguns outros importantes fatos, anteriores, que podem ser considerados diretos influenciadores dos moldes e formatos da instituição do ensino jurídico no país luso.

Há relatos do ensino jurídico desenvolvido na Europa, na alta Idade Média, e notícia da retomada do interesse pelas matérias jurídicas, nomeadamente pelo estudo do Direito Romano Justinianeu. Posteriormente, no século XII, fala-se de um ensino do Direito realizado em conjunto com outras artes liberais, incluídos dentro do *trivium* e *quadrivium*, sendo o primeiro o conjunto de gramática, retórica e dialética e o segundo a junção da matemática, geometria, astronomia e música. Destarte, a lecionação jurídica era uma atividade desenvolvida sem grande autonomia ou especialização. Ainda, tem-se notícia de algumas escolas que desenvolviam um ensino especificamente jurídico, como a de Berito na Síria do século V e no ocidente, as escolas de Ravena e de Pavia, no século XI.<sup>4</sup>

No século XII institui-se a figura da Universidade, nos padrões que identificam a sua concepção hodierna, na cidade de Bolonha, contando em sua oferta didática o estudo livre do Direito, como refere Vera-Cruz Pinto: “A universidade actual iniciou-se, na Bolonha medieval, com o estudo livre do Direito, e assim deve continuar, com as adaptações que dela fazem um passado com futuro.”<sup>5</sup>

O *studium civile* bolonhês, no início do século XII, adquiriu o estatuto de Universidade, tendo como precursor Pepo, antigo mestre de leis daquela região, e como fundador dos estudos jurídicos, Irnério.<sup>6</sup>

---

<sup>4</sup>SILVA, Joana Aguiar e. **A Ciência Jurídica Medieval: mais do que a passagem de um testemunho.** In Estudos em Comemoração do 10º Aniversário da Licenciatura em Direito da Universidade do Minho. OLIVEIRA, António Cândido de. Organização. Coimbra: Almedina, 2004. p.386.

<sup>5</sup>VERA-CRUZ PINTO, Eduardo. **Curso de Direito Romano Volume I.** 1ª Edição. Lisboa: Princípia Editora, 2012. p.14.

<sup>6</sup>SILVA, op. cit., p.388.



Deste modo, verifica-se a iniciativa bolonhesa, devido ao seu pioneirismo e sucesso, como forte referência para os movimentos universitários posteriores, como foi o caso português a que se passa a analisar.

A sociedade portugalense até o século XIII não demonstrou relevante interesse pelo Direito, e sucessivamente por seu ensino, sendo este um período, até a fundação da Universidade conceituada como um “símbolo de alterações qualitativas no percurso jurídico-cultural do reino”, marcado pela ausência de profissionais da área e do labor jurídico.<sup>7</sup>

Tratava-se mesmo de uma postura comum em toda Península Ibérica, entretanto, o caso português era fortemente marcado por uma “ausência de consciência reflexiva em relação ao jurídico” de forma que apenas suas áreas eminentemente práticas, embasadas em pilares estritamente consuetudinários e influenciadas pela necessidade imediata dos interesses sociais, eram desenvolvidas efetivamente.<sup>8</sup>

Entretanto, o acontecimento do marco da instituição universitária foi determinante para a incorporação de múltiplas inovações na seara jurídica, implementando na prática o Direito Romano como fonte primordial, superando as outrora prioritárias fontes costumeiras e, de fato, sendo um forte fator modificador do Direito Português.<sup>9</sup>

Pode-se dizer que o ensino jurídico em Portugal está diretamente ligado à fundação da Universidade. Há algumas divergências históricas acerca do ano preciso de sua instituição, todavia, a carta dionisiana de 1290 parece ser o momento mais pacífico da criação do *Studium Generale*. Ademais, nesse mesmo ano, a bula papal de Nicolau IV confirmou a citada instituição, a tornando credível sob o olhar europeu culto do momento. Tratava-se da bula de *statu regni*

---

<sup>7</sup>DUARTE NOGUEIRA, op. cit., p.3.

<sup>8</sup>Ibid., p.4.

<sup>9</sup>Ibid., p.6.

*Portugaliae* que trouxe uma sólida regulamentação do magistério jurídico da época, formado exclusivamente pelo Direito Canônico e Romano.<sup>10</sup>

Sua sede inicial foi a cidade de Lisboa, onde esteve até o 1308, ano da primeira mudança à Coimbra. A estrutura da Universidade da época era, aparentemente, formada apenas por cadeiras e não por Faculdades, na acepção contemporânea do termo. Refere-se, ademais, que a metodologia científica utilizada na leção do Direito, conforme já dito anteriormente neste trabalho, sofria forte influência da Universidade de Bolonha, qual seja um processo explicativo e de análise dos textos jurídicos e de exercícios do tipo *lectiones*, as *repertitiones* e *disputationes*.<sup>11</sup>

Ainda no século XVI a Universidade portuguesa estava a migrar entre Lisboa e Coimbra. O que, por sua vez, estava já bastante enraizado era o fato de os cursos jurídicos estarem sempre no topo a nível de importância e procura. A ciência do Direito, além de possuir o maior número de discentes também era conhecida por ser responsável por ótimas recompensas financeiras, tanto aos seus mestres quanto aos discípulos ali formados. A partir do ano de 1431 já existem relatos documentais da existência dos graus universitários de bacharel, licenciado e de doutor.<sup>12</sup>

Estabeleceu-se permanentemente em Coimbra em 1537, quando D. João III, realizando uma significativa reforma à luz renascentista, assim ordenou. A próxima alternância relevante no aspecto legislativo da atividade universitária adveio somente no fim do século, em 1598, com os Estatutos Filipinos. Posteriormente revisados e cancelados por Filipe II, em 1612, e por D. João IV, em 1653, estiveram em vigência até a Reforma Pombalina, sendo conhecidos maioritariamente como “Estatutos Velhos”.<sup>13</sup>

---

<sup>10</sup>FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **O ensino e a investigação do Direito em Portugal e a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra**. Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2010. p.7.

<sup>11</sup>Ibid., p.11.

<sup>12</sup>Ibid., p.21.

<sup>13</sup>Ibid., p.25.

O ensino do Direito desta época, regido pelos supracitados estatutos, cingia-se em dois cursos possíveis: a Faculdade de Leis, basicamente consubstanciada por oito cadeiras, com foco no ensino do *Corpus Iuris Civilis*; e a Faculdade de Cânones, por sete cadeiras, na qual analisava-se o *Corpus Iuris Canonici* e verificava-se o valor dado ao estudo das Decretais.<sup>14</sup>

No século XVIII a Universidade já apresentava grande relevo para a sociedade portuguesa, não somente em quesitos acadêmicos mas nomeadamente em aspectos políticos. Segundo Pedro Caridade de Freitas: “O pensamento político do século XVIII, nomeadamente na segunda metade, teve na Universidade o seu pólo de desenvolvimento e teorização.”<sup>15</sup>

A Reforma Pombalina de 1772 apercebeu-se que seria necessário um processo de rompimento com o arcaico e autoritário sistema de ensino jurídico, basicamente fundamentado na escolástica. Destarte, após o movimento inicial da reforma, nenhum dos antigos professores dos cursos jurídicos foi mantido nas funções do magistério.<sup>16</sup>

Sobre o assunto, ressalta Paulo Merêa: “Confirmados os novos Estatutos por carta de roboração de 28 de Agosto de 1772, se procedeu à renovação do pessoal docente, sendo nomeados professores para as várias cadeiras e lentes substitutos.”<sup>17</sup>

No que se refere à estrutura do ensino do Direito, verifica-se que, em que pese ter havido a manutenção da separação das Faculdades entre de Leis e de Cânones, o currículo foi bastante modificado. Pela primeira vez os cursos foram pensados de forma que se iniciassem através de disciplinas propedêuticas, que seriam responsáveis por preparar o aluno iniciante, sendo matérias de conteúdo

---

<sup>14</sup>Ibid., p.27.

<sup>15</sup>FREITAS, Pedro Caridade de. **Os contributos da Universidade na definição das linhas gerais do pensamento político português na segunda metade do século XVIII**. In Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Martim de Albuquerque: Volume II. MIRANDA, Jorge. Organização. Coimbra: Coimbra Editora, 2010. p.580.

<sup>16</sup>FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, op. cit., p.27.

<sup>17</sup>MERÊA, Paulo. **Estudos de História do Ensino Jurídico em Portugal (1722-1902)**. Lisboa: INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005. p.09.

histórico-filosófico. Entretanto, pode-se afirmar que o principal progresso proveniente do movimento pombalino foi a determinação de que, no último ano do curso, de ambas Faculdades jurídicas, haveria a necessidade de que os alunos viessem a estudar o Direito nacional português.<sup>18</sup>

Acerca da estrutura curricular do curso, assevera Merêa que: “Bastará salientar que as cadeiras subsidiárias e o ensino do Direito Pátrio representavam uma completa inovação. Em compensação cumpre acentuar que o objecto nuclear do ensino das Leis e dos Cânones continuou sendo, respectivamente, o *Corpus Juris Civilis* (principalmente o Digesto) e o *Corpus Iuris Canonici*, embora fossem diversos o método e a orientação. Só em 1805, pelo alvará de 16 de Janeiro, é que o direito pátrio passou a ser objecto de três cadeiras, ensinadas nos três últimos anos paralelamente com as de direito romano e canónico.”<sup>19</sup>

A obrigatoriedade da regulamentação pelos Estatutos Pombalinos, da integralidade dos cursos universitários da época era marcante. Os “métodos e compêndios necessários para o bom prosseguimento do curso” estavam previstos na comentada normatização.<sup>20</sup>

Foi no início do século XIX que os estatutos pombalinos começaram a ser modificados. Entretanto, esta iniciativa de melhoramentos não pode ser factivamente desenvolvida pois o País encontrava-se em um momento político-social deveras complicado, sendo que o ensino superior, como consequência, chegou a ser paralisado.<sup>21</sup>

Acerca dessas promissoras mudanças no ensino jurídico, pensadas nos anos de 1804-1811, afirma Merêa que: “Mas, quando mesmo outras causas não tivessem impedido a plena eficácia destas medidas, bastariam as perturbações trazidas pelas invasões napoleónicas para impossibilitar o desenvolvimento normal dos estudos: de 1807 a 1811 mal pôde pensar-se em ensino.”<sup>22</sup>

---

<sup>18</sup>FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, op. cit., p.27.

<sup>19</sup>MERÊA, op. cit., p.12.

<sup>20</sup>FREITAS, op. cit., p.582.

<sup>21</sup>FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, op. cit., p.41.

<sup>22</sup>MERÊA, op. cit., p.35.

Por forte influência do liberalismo, triunfante na época, uma significativa reforma dos cursos jurídicos fora instaurada. Era o momento de unificação das Faculdades de Cânones e de Leis e da criação da Faculdade de Direito de Coimbra. Sabe-se que a inércia do movimento de unificação fora quebrada quando da formulação dos Estatutos Pombalinos, estabelecendo a criação de cadeiras comuns aos cursos. Na prática, pôde-se detectar a tentativa de desvalorização do ensino de direito canônico e eclesiástico.<sup>23</sup>

Na data de 5 de dezembro de 1836, oficialmente, por meio de Decreto, as Faculdades de Leis e de Cânones, tornaram-se apenas “Faculdade de Direito”, tendo como estrutura curricular um curso com a duração de cinco anos formado pelas seguintes cadeiras: História Geral da Jurisprudência e a Particular do Direito Romano, Canônico e Pátrio e Ciência da Legislação e Direito Natural, no primeiro ano; Direito Público Universal e das Gentes, Instituições de Direito Eclesiástico, Público e Particular, e Liberdades da Igreja Portuguesa, no segundo ano; Direito Público Português pela Constituição, Direito Administrativo Pátrio, Princípios de Política e Direito dos tratados de Portugal com os outros povos, Direito Civil Português e Economia Política, no terceiro ano; Direito Civil, Direito Criminal e Criminal Militar e Direito Comercial Marítimo, do 4º ano, e, por fim; Jurisprudência Formulária e Eremática; Prática do Processo Civil, Criminal, Comercial e Militar, Hermenêutica Jurídica, Análise de textos de Direito Pátrio, Romano e Canônico, Diplomática e Medicina Legal.<sup>24</sup>

O ensino jurídico português, desenvolvido no período cronologicamente delimitado entre 1865 até 1902, foi marcado por uma série de reformas e tentativas de reformas. Entre as mais relevantes, se destacam: os projetos de reforma do ensino superior em 1863-1864; a instauração de um novo plano de estudos na Faculdade de Direito, em 1864; a tentativa de reforma de 1866-1867; o decreto de 1870; as Portarias de 1880 e 1882, sucedidas pelo projeto da comissão nomeada pela Faculdade em 1883; a Portaria de 1886 e sua comissão; as Portarias de 1892 e 1899; os projetos de lei de 29 de março de 1898 e de 4

---

<sup>23</sup>FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, op. cit., p.43.

<sup>24</sup>MERÊA, op. cit., p.91.

de fevereiro de 1901; e, finalmente, a organização dos estudos jurídico, que teria vigência de 1865 até 1902.<sup>25</sup>

No início do século XX, novamente falava-se, na Faculdade de Direito portuguesa, da necessidade de uma reestruturação vertical do ensino jurídico pátrio. Desta feita, criou-se, por iniciativa da própria Faculdade, uma comissão com a missão de elaborar um relatório sobre o trabalho exercido pelo magistério. A partir do parecer proveniente de tal iniciativa, se edificou a reforma de 1901, que, em linhas gerais, reuniu o estudo da Filosofia e Sociologia em uma mesma cadeira, a transformação da história jurídica em um exercício de “observação e comparação de factos sociais” e a criação das cadeiras de Direito Internacional, de Administração Colonial e Prática Extrajudicial.<sup>26</sup>

Em resposta à comentada reforma, muitos lentes manifestaram seu descontentamento. Seguiu-se assim para o caminho de mais uma reforma, consubstanciada em formato de lei, o Decreto de 18 de abril de 1911. Com clara descendência positivista, no conceito referente à vertente jurídica, resultou em uma grande transformação do ensino do Direito que fora realizado até então. Apesar de ambiciosa, há registros de que não foi integralmente concluída.<sup>27</sup>

Já em meados do século XIX, com o progresso do Liberalismo, nascia a ideia da criação de uma escola de Direito na capital, Lisboa. Entretanto, somente após considerável decurso de tempo é que, em 1910, o governo republicano, ainda provisório, manifesta seu intuito de duplicar a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, sediando um novo curso em território lisboeta.<sup>28</sup>

No ano de 1911, especificamente em março, através do Decreto Lei de 19 de Abril, também denominado “Constituição Universitária”, se institui a Faculdade em Lisboa. Todavia, a materialização da escola só seria concretizada passados

---

<sup>25</sup>Ibid., p.177.

<sup>26</sup>FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, op. cit., p.53.

<sup>27</sup>Ibid., p.57.

<sup>28</sup>BARBAS HOMEM, António Pedro. **Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa: Memória, Espaço e Arte**. Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2013. p.11.

dois anos, em 1913, após a autorização advinda da Lei orçamental do Ministério do Interior.<sup>29</sup>

Antigamente chamada de “Faculdade de Estudos Sociais e de Direito”, em 1917, passou definitivamente a chamar-se “Faculdade de Direito”. Logo em seu ano de criação realizou-se a primeira reunião do Conselho Escolar, a 15 de dezembro e, apenas 5 dias depois, se iniciavam as atividades letivas da nova Faculdade.<sup>30</sup>

No tocante à estrutura curricular do curso jurídico da Faculdade de Direito de Lisboa, à época de sua criação, pode-se dizer que “eram quatro grupos de cadeiras (anuais) e de cursos (semestrais): 1º Grupo – História do Direito e Legislação Civil Comparada (cadeiras de História das Instituições do Direito Romano, História do Direito Português e Legislação Civil Comparada). 2º Grupo – Ciências Económicas (cadeiras de Economia Política e de Finanças e cursos de Estatística e de Economia Social). 3º Grupo – Ciências Políticas (cadeiras de Direito Político e Direito Administrativo e cursos de confissões Religiosas nas suas relações com o Estado, Direito Constitucional Comparado, Direito Internacional Público e Administração Colonial). 4º Grupo – Ciências Jurídicas (cadeiras de Noções gerais e elementares das Instituições de Direito Civil, Direito Civil I e II, Direito Comercial e Direito Penal, Organização Judiciária e Processo Ordinário Civil e Comercial, Processos Especiais Cíveis e Comerciais, Direito Internacional Privado e cursos de Direito Civil Desenvolvido, Processo Penal e Medicina Legal).<sup>31</sup>

Grande parte dos autores, assim como Ruy de Albuquerque, reconhecem que havia um “perfeito paralelismo com a Faculdade de Direito de Coimbra, sendo a estruturação do curso comum às duas Escolas”, em clara referência à Faculdade de Direito de Lisboa.<sup>32</sup>

---

<sup>29</sup>Ibid., p.11.

<sup>30</sup>Ibid., p.11.

<sup>31</sup>Ibid., p.13.

<sup>32</sup>ALBUQUERQUE, Ruy de. **Notas para a História do Ensino do Direito Romano na Faculdade de Direito de Lisboa**. In Interpretatio Prudentium I: Direito Romano e Tradição Romanista em Revista. Lisboa: THD, 2016. p.297.

Na face geral do ensino do Direito em Portugal, ainda no decorrer na primeira metade do século XX merecem destaque a reforma de 1928, que logo após uma tentativa descabida de extinção da Faculdade de Direito, seria lembrada por ter estabelecido um curso geral de quatro anos, continuado por um complementar de um ano e com exigência de uma dissertação para a licenciatura, com lugar no fim do curso, em caso de aprovação; e a reforma de 1945 que efetivou uma consciente distribuição das disciplinas no decorrer dos cinco anos de curso, as dividindo em semestrais e anuais, e com foco na transformação no modo de pensamento do alunado, fomentando um pensamento crítico e com mais capacidade de análise.<sup>33</sup>

Esta segunda intervenção, do ano de 1945, teve prolongada vigência, sendo terminada somente com o Decreto Lei nº 364/1972, sendo que este instrumento legal teve por escopo a atualização do leque de disciplinas escolhidas para o curso, vez que a composição anterior havia sido compilada há quase três décadas. Quanto à estrutura curricular, esta última reforma consolidou a divisão semestral dos cinco anos de duração do curso. No que tange à eleição das disciplinas, foram incluídas: Direito Constitucional; Direito Penal; Direito Administrativo; Contratos e Economia de Empresa; e Ciência Política e Direito do Trabalho, com a ressalva de que não era disciplinas autônomas. Por fim, essa inovação legislativa ainda regulamentou os cursos de pós-graduação.<sup>34</sup>

Há de se frisar ainda que a Reforma de 1945 foi também responsável pela abolição do grau de bacharel, designando a possibilidade dos alunos licenciados com classificação igual ou superior a catorze valores frequentarem cursos complementares em Ciências Jurídicas e em Ciências Político-Económicas, no seu 6º ano. Em 1972 fora realizada mais uma reforma universitária, pelo Decreto N.º 364/72, que retornou com o bacharelato, conferido após três anos letivos, seguido pela licenciatura, após cinco anos. Esta última iniciativa fora vastamente criticada pela Academia.<sup>35</sup>

---

<sup>33</sup>FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA, op. cit., p.59.

<sup>34</sup>Ibid., p.67.

<sup>35</sup>BARBAS HOMEM, op. cit., p.32.



O Direito como produto da sociedade em que esta inserido, sofre sempre influências políticas e sociais. Com o ensino jurídico a realidade é a mesma.

Devido à profunda Revolução de 25 de Abril de 1974 diversas reformas curriculares viriam a ser implementadas, nomeadamente no que tange à autonomia pedagógica e científica e modernização da Faculdade. Em Coimbra, se realizou o “Relatório da comissão de reestruturação sobre as alterações a introduzir no ensino em 1975” que viria a “flexibilizar” o currículo, dividindo o curso em dois ciclos: um “ciclo básico” composto pelas disciplinas consideradas fundamentais a todos os juristas, seguido por um “ciclo complementar” com o fito de prover conhecimento mais especializado ao aluno, em determinadas áreas de seu interesse. Essa estrutura ainda é a base, mesmo que com modificações, do ensino jurídico proporcionado pela referida Instituição.<sup>36</sup>

Referiu Ruy de Albuquerque que: “A Revolução de 1974 repercutiu-se pesadamente na Faculdade. Os acontecimentos que lhe sobrevieram lançaram-na insanamente num descalabro total, transformando-a num campo de batalha política e de plena indisciplina [...]”. Complementa, afirmando que: “Em Junho de 1976 foi criada a «Comissão de Planificação», com o encargo de estabelecer as bases da nova reestruturação da Faculdade, em consequência dos esforços estudantis para elevar a qualidade da Instituição. Dado o carácter infrutífero da respectiva acção, em Novembro do mesmo ano, organizou-se [...] uma comissão de reestruturação da Faculdade. [...] Cabia-lhe, em conjunto com funções de gestão da Faculdade, submeter ao Governo o plano de estudos a ser adoptado na Escola.” Plano esse que seria aprovado em 1977 pelo Ministro Sottomayor Cardia, via Despacho 237/77, de 19 de Outubro.<sup>37</sup>

O ano de 1977, através da “Comissão de Reestruturação” da Faculdade, instaurada pelo Ministério da Educação e Investigação Científica e liderada pela Professora Isabel de Magalhães Collaço, foi marcado pela normalização do ensino do Direito em Portugal. O plano de estudos proposto nesta oportunidade retomava muitos aspectos anteriores à 1972 e estava disposto da seguinte

---

<sup>36</sup>FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. op. cit., p.71 e ss.

<sup>37</sup>ALBUQUERQUE, op. cit. p.299.

maneira: “1.º Ano – Introdução ao Estudo do Direito (1º Semestre); Ciência Política (2.º semestre); Teoria Geral do Direito Civil; Economia Política; História das Instituições. 2.º Ano – Direito Constitucional; Direito das Obrigações; Direito do Trabalho e da Segurança Social; Direitos Reais (1.º semestre); Finanças Públicas (2.º semestre). 3.º Ano – Direito Administrativo; Direito Comercial; Direito Processual Civil; Direito Económico (semestral); Direito da Família (semestral). 4.º Ano – Direito Criminal; Direito Internacional Público (semestral); Direito das Sucessões (semestral); Direito Fiscal (semestral); Direito Processual Penal (semestral). Menção de Ciências Jurídicas: Direito Privado I (semestral); Direito Processual Civil II (semestral). Menção de Ciências Jurídico-Políticas: Ciência Política II (semestral); Finanças Públicas II (semestral). Menção de Ciências Jurídico-Económicas: Economia Política II (semestral); Finanças Públicas II (semestral). 5.º Ano – Direito Internacional Privado. Menção de Ciências Jurídicas: Direito Comparado (semestral); Filosofia do Direito e do Estado (semestral); Direito Administrativo II (semestral); Direito Público Comparado (semestral); Opção I e Opção II (semeestrais). Menção de Ciências Jurídico-Económicas: Economia Política III (semestral); Economia Portuguesa (semestral); Direito Fiscal II (semestral); Direito Internacional Económico (semestral); Opção I e Opção II (semeestrais).<sup>38</sup>

Entre algumas inovadoras medidas tomadas nesse tempo, na Faculdade de Direito de Lisboa, se podem elencar: a criação do curso noturno, também denominado “pós-laboral”; a implementação de um novo método de avaliação discente, conhecido por “avaliação contínua”, que consistia em trabalhos escritos, orais e aulas práticas, desenvolvidos em salas de aula com número diminuído de alunos, nas “sub-turmas”.<sup>39</sup>

Já em Coimbra, a evolução do plano de estudos do curso de Direito contou com a introdução de novas disciplinas, como por exemplo: a Ciência Política de forma autónoma; a Sociologia do Direito; o Direito do Trabalho; Direito das Empresas; a Teoria do Direito e do Estado; o Direito Público da Economia; Metodologia

---

<sup>38</sup>BARBAS HOMEM, op. cit., p.45.

<sup>39</sup>Ibid., p.43.

Jurídica; a Filosofia do Direito; e a Ciência Criminal, dentre ainda muitas outras disciplinas optativas.<sup>40</sup>

O ano de 1977, através da “Comissão de Reestruturação” da Faculdade, instaurada pelo Ministério da Educação e Investigação Científica e liderada pela Professora Isabel de Magalhães Collaço, foi marcado pela normalização do ensino do Direito em Portugal. O plano de estudos proposto nessa oportunidade retomava muitos aspectos anteriores à 1972 e estava disposto da seguinte maneira: “1.º Ano – Introdução ao Estudo do Direito (1º Semestre); Ciência Política (2.º semestre); Teoria Geral do Direito Civil; Economia Política; História das Instituições. 2.º Ano – Direito Constitucional; Direito das Obrigações; Direito do Trabalho e da Segurança Social; Direitos Reais (1.º semestre); Finanças Públicas (2.º semestre). 3.º Ano – Direito Administrativo; Direito Comercial; Direito Processual Civil; Direito Económico (semestral); Direito da Família (semestral). 4.º Ano – Direito Criminal; Direito Internacional Público (semestral); Direito das Sucessões (semestral); Direito Fiscal (semestral); Direito Processual Penal (semestral). Menção de Ciências Jurídicas: Direito Privado I (semestral); Direito Processual Civil II (semestral). Menção de Ciências Jurídico-Políticas: Ciência Política II (semestral); Finanças Públicas II (semestral). Menção de Ciências Jurídico-Económicas: Economia Política II (semestral); Finanças Públicas II (semestral). 5.º Ano – Direito Internacional Privado. Menção de Ciências Jurídicas: Direito Comparado (semestral); Filosofia do Direito e do Estado (semestral); Direito Administrativo II (semestral); Direito Público Comparado (semestral); Opção I e Opção II (semeestrais). Menção de Ciências Jurídico-Económicas: Economia Política III (semestral); Economia Portuguesa (semestral); Direito Fiscal II (semestral); Direito Internacional Económico (semestral); Opção I e Opção II (semeestrais).<sup>41</sup>

Assertivamente, António Pedro Barbas Homem explica que: “O Plano de Estudos aprovado em 1977, na sequência dos trabalhos da Comissão de Reestruturação, pode ser caracterizado pelos seguintes aspectos gerais: tronco comum constituído pelos três primeiros anos do curso; especialização nos

---

<sup>40</sup>FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. op. cit., p.77.

<sup>41</sup>BARBAS HOMEM, op. cit., p.45.

últimos dois anos do curso, através da frequência de uma menção e de disciplinas à opção dos alunos.”<sup>42</sup>

Após a essa sólida e coerente estruturação ocorreram apenas algumas singelas mudanças, no decorrer dos anos, até 2007. Destacam-se: a criação da área de Ciências Histórico-Jurídicas, nomeadamente da disciplina de História do Direito, em 1983; a inserção da disciplina de Direito Comunitário, em 1987; o surgimento do segmento de Ciências Internacionais e Comunitárias, no ano de 2000; consolidando um plano que abrangia estas citadas mudanças, em 2003.<sup>43</sup>

É importante referir que até o ano de 1988 houve um significativo paralelismo entre a Faculdade de Direito de Coimbra e a Faculdade de Direito de Lisboa, sendo relativizado com a Lei de Autonomia Universitária do dito ano, que por sua vez, legalmente, conferiu às Universidades maior autonomia científica, pedagógica e de gestão, características estas que permaneceriam até 2007.<sup>44</sup>

Por se tratar da maior e melhor classificada internacionalmente Escola de Direito de Portugal, utilizar-se-á o percurso histórico até a atualidade da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, a partir desse momento.

Uma nova legislação de gestão da Universidade portuguesa foi aprovada no ano de 2007. Sendo resultante de uma abrupta mudança trazida pela “Declaração de Bolonha”, a adaptação de novas normas foi acontecendo de forma contínua até que em 2008 foram aprovados os novos Estatutos da Universidade de Lisboa e em 2009 os necessários Estatutos da Faculdade de Direito.<sup>45</sup>

Necessário se faz, mesmo que de maneira sintética e adequada às finalidades do presente estudo, conceituar e tentar perceber do que se trata o tão comentado “Processo de Bolonha” e, consequentemente, verificar os motivos de ter modificado o ensino jurídico em Portugal e na Europa, de forma tão intensa.

---

<sup>42</sup>BARBAS HOMEM, António Pedro. **Sobre o Ensino Jurídico-Histórico na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**. In Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Martim de Albuquerque: Volume I. MIRANDA, Jorge. Organização. Coimbra: Coimbra Editora, 2010. p.166.

<sup>43</sup>Id., 2013, p.47.

<sup>44</sup>Ibid., p.59.

<sup>45</sup>Ibid., p.61.

Entende-se este “processo” como o resultante da Declaração de Bolonha, ato assinado por 29 países, representados por seus Ministros da Educação, na data de 19 de junho de 1999. O cerne deste projeto era a promoção de mudanças significativas nas políticas públicas relacionadas com o ensino superior dos países signatários em prol da consolidação de um espaço comum europeu de ensino superior.<sup>46</sup>

Os princípios que regem esta iniciativa podem ser catalogados, brevemente, da seguinte forma: a possibilidade de existir, no espaço dos países signatários, um sistema comum de níveis de estudo; o estabelecimento de ciclos de estudo com propósitos pré-estabelecidos, geralmente em seu primeiro momento vinculados às saídas profissionais e posteriormente à carreira acadêmica; a consolidação de um sistema de créditos curriculares (ECTS) comum, com intuito de facilitar a mobilidade discente e docente; e, por fim, a promoção da qualidade da educação bem como seu acompanhamento, análise e avaliação em território europeu.<sup>47</sup>

Atualmente são 48 (quarenta e oito) países signatários do Processo de Bolonha e realizam-se conferências ministeriais para que se discuta os caminhos percorridos e ideias futuras do projeto, periodicamente. A última reunião ocorreu em Paris, nos dias 24 e 25 de maio de 2018.<sup>48</sup>

No ensino do Direito em Portugal, nomeadamente na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, existiu uma clara rejeição inicial ao “Processo de Bolonha”. O corpo docente da Casa considerava que, além da iniciativa de ignorar as diversas diferenças científicas entre as áreas, pedagogicamente a

---

<sup>46</sup>TEIXEIRA, Carlos. **O Ensino do Direito e Profissões Forenses no Contexto do Processo de Bolonha – o caso de Angola**. In III Congresso do Direito de Língua Portuguesa. GOUVEIA, Jorge Bacelar. HENRIQUES, Henriques José. ESPADA, Gildo. COUTINHO, Francisco Pereira. Organização. Coimbra: Almedina, 2014. p.253.

<sup>47</sup>BARBAS HOMEM, António Pedro. **História do Pensamento Político**. In Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Coimbra: Coimbra Editora, 2007. p.20.

<sup>48</sup>EUROPEAN HIGHER EDUCATION AREA. **How does the Bologna Process work?** Acesso em 25/07/2018. Disponível em: «<http://www.ehea.info/pid34247/how-does-the-bologna-process-work.html>»

redução temporal do curso de Direito, não é benéfica, trazendo inclusive percalços ou até mesmo alguns impedimentos profissionais futuros.<sup>49</sup>

Apesar da natureza jurídica da Declaração de Bolonha não ser vinculativa, por não se tratar de um tratado internacional ao qual o Estado Português tenha subscrito, sendo inclusive, por alguns autores denominada “*soft law educativa*”,<sup>50</sup> e mesmo com a primordial repulsa ao processo, o Conselho Científico da Faculdade de Direito de Lisboa veio por confirmá-la, instituindo novos planos de ensino no Curso de Direito, divididos em diferentes ciclos.<sup>51</sup>

Consequentemente, posteriormente a essa reforma, o ensino jurídico passou a ser dividido em três ciclos de estudo. O primeiro, referente à Licenciatura, possuía agora quatro anos fracionados em oito semestres, sendo dez unidades curriculares em cada ano letivo, consolidando um total de quarenta, das quais 34 seriam fixas e obrigatórias e 6 optativas. A parte avaliativa ocorreria sempre no final de cada semestre. Em 2009 o plano de estudos do curso de Direito era: “1.º Ano – Introdução ao Estudo do Direito (I e II); Teoria Geral do Direito Civil (I e II); Direito Constitucional (I e II); Direito Romano (1º semestre); História do Direito Português (2º semestre); Economia (1º semestre), Opção (2º semestre). 2.º Ano – Direito das Obrigações (I e II); Direito Administrativo (I e II); Direito da Família (1º semestre), Direito das Sucessões (2º semestre); Direito Internacional Público (1º semestre), Direito da União Europeia (2º semestre); Opção (1º semestre), Finanças Públicas (2º semestre). 3.º Ano – Direito Comercial (I e II); Direito Processual Civil (I e II); Direito Penal (I e II); Direito dos Contratos I (1º semestre), Direitos Reais (2º semestre); Opção (1º semestre), Opção (2º semestre). 4.º Ano – Direito do Trabalho (I e II); Direitos Fundamentais (1º semestre), Contencioso Administrativo e Tributário (2º semestre); Direito Processual Civil III (1º semestre), Direito Processual Penal (2º semestre); Direito

---

<sup>49</sup>BARBAS HOMEM, 2013, op. cit, p.63.

<sup>50</sup>Id., 2007, p.21.

<sup>51</sup>Id., 2013, p.63.

Internacional Privado I (1º semestre), Opção (2º semestre); Direito Fiscal (1º semestre), Opção (2º semestre).<sup>52</sup>

Já no patamar seguinte, no que se refere ao 2º ciclo de estudos, a Faculdade de Direito de Lisboa ministra dois cursos de Mestrado: o “Mestrado em Direito e Ciência Jurídica” e o “Mestrado em Direito e Prática Jurídica”.<sup>53</sup>

O Mestrado focado na vertente prática, antigamente denominado “profissionalizante”, tem como objetivo principal proporcionar uma capacitação completa aos egressos do primeiro ciclo de estudos, ou seja, da Licenciatura. Compõem-se turmas com uma quantidade significativa de alunos que recebem aulas magistrais e posteriormente, ao fim do semestre, realizam exames escritos. Já o Mestrado Científico, por sua vez, tem como foco a investigação jurídica e desenvolvimento da capacidade de pesquisa dos mestrandos. Desenvolve-se, no decorrer do curso, quatro disciplinas e as aulas decorrem no formato de seminários, em turmas com número limitado de alunos. No que tange à avaliação são realizados exames orais e relatórios escritos. Ambos cursos tem a duração de dois anos letivos. Há uma vasta gama de especialidades que percorrem quase todas searas do conhecimento jurídico.<sup>54</sup>

Por fim, se estabeleceu o 3º ciclo de estudos, que concerne no Doutoramento. Após o referido processo, o Doutoramento modificou-se, deixando de ser exclusivamente o acesso ao magistério superior e passando a atender diversos alunos docentes doutros ares.<sup>55</sup>

Este último modelo de ensino, mesmo que apresentando algumas leves modificações acrescidas no decorrer dos anos, é o que vigora na escola de Direito portuguesa atual. Estando concluída esta análise histórica prefacial, as condições básicas para que se prossiga na análise do tema estão reunidas. Os referidos aspectos colacionados mostrar-se-ão bastante relevantes para que,

---

<sup>52</sup>Ibid., p.67.

<sup>53</sup>FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. **Cursos**. Acesso em 25/07/2018. Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/cursos/>»

<sup>54</sup>BARBAS HOMEM, 2013, op. cit., p.71.

<sup>55</sup>Ibid., p.71.

posteriormente, se realize um exame da situação recente do ensino do Direito e seus dilemas, bem como, conseqüentemente, as possíveis respostas, que ora são o objeto deste trabalho.



### 2.3 Evolução histórica do ensino do Direito no Brasil

Indubitavelmente pode se estabelecer a criação das primeiras Faculdades de Direito como o marco inicial do ensino jurídico no Brasil.

Todavia, merece menção o fato de que anteriormente a consolidação destas instituições, processo o qual adiante explicar-se-á, grande parte dos juristas brasileiros eram formados na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, localizada no território do então colonizador brasileiro, Portugal.

Assim, pode-se dizer que o processo de reflexão e movimentação para a criação do ensino jurídico brasileiro iniciou-se necessariamente na Faculdade de Direito de Coimbra, no início do século XIX, liderado por diversos estudantes brasileiros que lá estavam.<sup>56</sup>

Tais referidos alunos da Coimbra clássica sofreram forte influência dos ideais do iluminismo liberal pós Reforma Pombalina de 1772 e Revolução Francesa de 1789-1799, e por se tratarem de futuros membros da elite do Estado imperial brasileiro, acabaram por influenciar fortemente o processo de criação das primeiras escolas jurídicas brasileiras.<sup>57</sup>

Acrescido a esse panorama há ainda o claro relato de que ainda nos tempos de Brasil colônia já existia uma veemente vontade por parte dos nacionais, de terem em seu território, instituições de ensino superior nas quais tivessem condições de desenvolver seus estudos em consonância com a sociedade e cultura local, assim como já se fazia em algumas outras colônias americanas de domínio espanhol.<sup>58</sup>

---

<sup>56</sup>MARTÍNEZ, Sergio Rodrigo. **A evolução do ensino jurídico no Brasil**. Acesso em: 08/08/2018. Disponível em: [«http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29074-29092-1-PB.pdf»](http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29074-29092-1-PB.pdf) p.2.

<sup>57</sup>Ibid., p.2.

<sup>58</sup>HOLANDA, Ana Paula de Araújo de. **A Escola do Recife e seu papel na construção do ensino jurídico brasileiro: uma ruptura de paradigmas**. In 180 anos do ensino jurídico no Brasil. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Millennium Editora, 2007. p.XXVII.

Nestes moldes, foi apresentado no decorrer da Assembleia Constituinte de 1823, através da fala do Visconde de São Leopoldo, o projeto pioneiro de criação e implantação do Curso de Direito no Brasil.<sup>59</sup>

No princípio do Império, se verificava um grande apelo dos indivíduos locais para a implementação de novos cursos identificados com a realidade social momentânea. Nessa linha, no dia 09 de janeiro de 1825 chegou a ser criado, ainda que provisoriamente, um Curso Jurídico sediado no Rio de Janeiro, que, no entanto, nunca chegou a funcionar. A despeito disso, seus estatutos foram redigidos pelo Visconde de Cachoeira e posteriormente seriam utilizados na criação das futuras escolas jurídicas.<sup>60</sup>

Inserido nesse contexto social, foram efetivamente criados, no dia 11 de agosto de 1827, por meio de Carta de Lei votada pela Assembleia Geral e sancionada por Dom Pedro I, o Curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Academia de São Paulo e o Curso de Ciências Jurídicas e Sociais em Olinda, sendo que seria, posteriormente, transferido para Recife.<sup>61</sup>

Muito se fala acerca dos motivos das escolhas das cidades que iriam então sediar as novas Faculdades de Direito.

Havia um acirrado debate acerca da criação de dois cursos que deveriam atender a demanda da grande extensão territorial brasileira, um no norte do país e um no sul, em Olinda e São Paulo respectivamente.<sup>62</sup>

No que tange à escolha cidade de São Paulo, tem-se que fora grandemente influenciada pelo labor do Visconde de São Leopoldo, originário da região. Elencava como motivos principais a pobreza econômica ali vivida, naquele momento, as dificuldades que estava a enfrentar e, ao seu ver, a necessidade

---

<sup>59</sup>MOSSINI, Daniela E. de S. **Ensino Jurídico: história, currículo e interdisciplinaridade**. Doutorado em Educação: Currículo PUC-SP, São Paulo: 2010. p.76.

<sup>60</sup>HOLANDA, op. cit., p.XXXI.

<sup>61</sup>MORAES, Patrícia Regina de. **O Ensino Jurídico no Brasil**. Acesso em: 02/07/2018. Disponível em: «  
[http://unifia.edu.br/revista\\_eletronica/revistas/direito\\_foco/artigos/ano2014/ensino\\_juridico.pdf](http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/direito_foco/artigos/ano2014/ensino_juridico.pdf)»

<sup>62</sup>HOLANDA, op. cit. p.XXX.

de se recompensar a atitude de ser a primeira província a apoiar a independência nacional brasileira.<sup>63</sup>

A Academia de Direito de São Paulo nasceu de forma bastante simples, estando sediada em um convento franciscano. O primeiro Diretor do Curso foi o Tenente-General José Arouche Rendon e o primeiro Professor foi José Maria Avelar Brotero, que proferiu a aula inaugural do curso no dia 1º de março de 1828, inaugurando de forma oficial a Instituição.<sup>64</sup>

Já o Curso de Ciências Jurídicas e Sociais em Olinda, por sua vez, foi precedido pelo Seminário de Olinda. Criado em 1800 por Azeredo Coutinho, jurista, economista, bispo e governador de Pernambuco, se tratava de um centro de estudos de filosofia, latim, literatura e teologia. Considerado por muitos historiadores como um forte influenciador e desenvolvedor da cultura pátria da época e, conseqüente, movimento precursor da Faculdade de Direito de Olinda.<sup>65</sup>

Uma vez compreendida a linha histórica da criação e estabelecimento das escolas de Direito brasileiras da época, importante se faz que se parta para uma análise do curso propriamente dito, sua grade curricular e distribuição de disciplinas.

Nessa altura, o controle estatal proveniente do Império, em dominância das Faculdades era imenso. De forma centralizada determinavam a gestão, a metodologia de ensino, a escolha dos lentes, a bibliografia que seria utilizada pelos estudantes, e até mesmo a estrutura curricular do curso.<sup>66</sup>

Quando estabelecido pelo decreto imperial, o curso de Direito tinha uma grade curricular distribuída em oito anos, cuja primeira metade correspondia ao denominado curso anexo e missão era levar aos estudantes iniciantes valores

---

<sup>63</sup>HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. **Passado, presente e futuro do Direito. As arcadas e sua contribuição para o ensino do direito no Brasil.** In 180 anos do ensino jurídico no Brasil. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Millennium Editora, 2007. p.XV.

<sup>64</sup>Ibid. p.XVII.

<sup>65</sup>HOLANDA, op. cit., p.XXIX.

<sup>66</sup>Ibid. p.XXIX.

humanistas e conhecimentos que seriam então relevantes para uma boa compreensão do curso jurídico, sendo este a segunda metade, do quinto ao oitavo ano. Na parte jurídica estavam presentes as cadeiras de: Direito Natural, Direito Público, Direito das Gentes e Análise da Constituição do Império e Diplomacia, Direito Público Eclesiástico, Direito Pátrio Civil, Direito Pátrio Criminal, Direito Mercantil e Marítimo, Economia Política, Teoria e Prática do Processo adotado pelo Império.<sup>67</sup>

No ano de 1854 as então denominadas “Academias” passam a ser chamadas “Faculdades” e é neste mesmo ano que a Faculdade de Direito de Olinda transfere-se para Recife, em busca de melhores condições de ensino, nomeadamente em aspectos de estrutura física de sua sede.<sup>68</sup>

Em um curto período de tempo, os dois cursos jurídicos brasileiros e a alternativa lusitana, Coimbra, deixaram de ser suficientes para a demanda nacional. Os anseios da sociedade civil eram significantes e já exerciam forte pressão sobre o Estado. Destarte, surgia uma reforma educacional no ensino do Direito, trazendo como consequência primeira o fim do monopólio estabelecido pelas Faculdades de São Paulo e Recife, sendo permitida a criação de novos cursos jurídicos. A Faculdade inaugural dessa nova lista é a da Bahia, criada em 1891.<sup>69</sup>

Influenciada pelo aparecimento da República, houve um grande crescimento da demanda pelos cursos jurídicos que culminou na criação além da Faculdade de Direito da Bahia, também da do Rio de Janeiro. Acerca dos currículos, pode-se dizer que, apesar da tentativa de promover maior profissionalização aos formandos, o resultado prático fora a manutenção do que já estava a ser feito nas demais instituições.<sup>70</sup>

---

<sup>67</sup>HIRONAKA, op. cit. p.XIX.

<sup>68</sup>HOLANDA, op. cit. p.XXXIII.

<sup>69</sup>MARTÍNEZ, op. cit. p.3.

<sup>70</sup>OLIVEIRA, Juliana Ferrari de. **Ensino Jurídico: História que Explica a Prática Docente.** In Ensino Jurídico: Experiências Inovadoras. MIGUEL, Paula Castello. OLIVEIRA, Juliana Ferrari de. Organização. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p.2.

Era com um sentimento liberal que se alimentava o ensino jurídico da época, pensando que a solução mais urgente para o Direito pátrio era o fomento do estudo jurídico através da criação avolumada de mais Faculdades.

O discurso liberal da sociedade brasileira de então era, no entanto, resguardado pela máxima de que a única regulação necessária seria a “seleção natural do próprio mercado”, sendo que os bons profissionais seriam distinguidos dos maus, através de seu labor, e teriam, nessa toada, sucesso e colocação adequada. Era a concepção do termo “fábricas de bacharéis”.<sup>71</sup>

Uma outra característica, também concernente ao viés liberal adotado, que merece destaque, é o afastamento total das influências eclesiásticas nas grades curriculares. Apesar de estar ainda prevista na Carta de Lei de 1827 a disciplina de Direito Eclesiástico acabou por tornar-se optativa já em 1879 e subsequentemente ser retirada do quadro de matérias na reforma de 1895.<sup>72</sup>

Ademais, ainda sobre a estrutura do curso de Direito da época, vale relembrar o Decreto nº 1.134 de 1853 que incluiu a cadeira de Direito Administrativo e Instituições Romanas e, posteriormente, o Decreto nº 2.226 de 1896, que ratificou o Estatuto das Faculdades de Direito da República, de certa forma unificando um modelo de estrutura curricular a ser adotado por todas as Faculdades brasileiras.<sup>73</sup>

Em seguida, o ano de 1911 foi marcado pela Reforma Rivadávia, cujo intuito era o de inculcar uma gestão mais autônoma das instituições, estruturando a carreira docente e consolidando a obrigatoriedade de realização de exames para o ingresso acadêmico. Quatro anos depois, em 1915, veio o advento legislativo da Lei Carlos Maximiliano, que instituiu a figura de professor catedrático e fomentou o movimento de codificação civilista pátrio.<sup>74</sup>

No que se refere à metodologia de ensino há de se ter em conta que em todo período, e, mesmo após as supracitadas reformas, utilizou-se sempre a

---

<sup>71</sup>MARTÍNEZ, op. cit., p.3.

<sup>72</sup>OLIVEIRA, op. cit., p.2.

<sup>73</sup>MORAES, op. cit., p.4.

<sup>74</sup>Ibid., p.4.

pedagogia tradicional. O “processo comunicativo básico de transferência”, que consiste na transmissão oral de conhecimentos daquele que leciona para aquele que ouve, fora mantido, resultando em uma inflexibilidade na formação já direcionada dos bacharéis.<sup>75</sup>

O significativo aumento quantitativo dos cursos de Direito estava diretamente relacionado com o a não existência de critérios objetivos qualitativos para a contratação dos docentes. O desempenho e *status* como profissional do Direito eram os fatores que abalizavam as contratações dos professores, fator este que buscava fomentar um ensino mais “prático”.<sup>76</sup>

Nesse contexto, em 1927 apontavam-se 14 cursos de Direito cerca de 3.200 (três mil e duzentos) alunos matriculados.<sup>77</sup>

Diversos pesquisadores apontam o período de 1930 até 1972 como um tempo de poucas mudanças, se mantendo a metodologia de ensino igual e a lecionação de um Direito desconexo com a realidade social e política, se apontando uma possível “crise da educação jurídica como um aspecto da crise do Direito e da sua cultura, e a criticar o ensino meramente legalista, defendendo, como meta pedagógica, o desenvolvimento do raciocínio jurídico”.<sup>78</sup>

Neste ponto, importante se faz lembrar que no ano de 1930 ocorre no Brasil uma revolução que marca o início do segundo período da República. Há uma forte quebra da antiga formação de oligarquias e passa-se ao Estado novo cujo foco seria a industrialização e urbanização. Ademais, em 1933 fora editado o Código Eleitoral Brasileiro e em 1934 a Constituição Federal, trazendo, entre

---

<sup>75</sup>MARTÍNEZ, op. cit., p.4.

<sup>76</sup>Ibid., p.4.

<sup>77</sup>SIQUEIRA, Márcia Dalledone. **Faculdade de Direito, 1912-2000**. Curitiba: UFPR. 2000. p.35.

<sup>78</sup>RODRIGUES, H.W. **Ensino Jurídico e Direito Alternativo**. São Paulo: Editora Acadêmica, 1993. p.14.

outras benesses, melhor remuneração e estabilidade profissional aos professores.<sup>79</sup>

O contexto social e político é fator determinante para a formação do Direito e não é diferente no caso do ensino jurídico.

No Brasil de 1930 migrava-se de uma ideia de intervenção mínima do Estado Liberal na sociedade civil, passava-se ao dirigismo social. Assim sendo, o governo começava a ter uma postura de atuação em prol do bem estar social e regular a economia ativamente, tratava-se da concepção do Estado Novo.<sup>80</sup>

Em 1931 ocorreu a “Reforma Francisco Campos”, lembrada por ter consolidado a figura da Universidade no Brasil e por ter criado Conselho Nacional da Educação. Tinham-se claros valores que remetiam a um otimismo educacional com valor transformador da escola.<sup>81</sup>

O referido movimento desencadeou o que viria a se chamar de “Escola Nova” e uma forte disputa entre esta e os “tradicionais”. A tentativa de inovação no ensino trazida por uma abertura cognitiva mais acentuada, relativização da autoridade docente e implementação de uma vasta gama de novos métodos pedagógicos, não conseguiu superar a mentalidade conservadora dos cursos jurídicos da época.<sup>82</sup>

No ano de 1962 criou-se a figura do “currículo mínimo” para os cursos de Direito, o qual tinha a função de elencar as disciplinas mínimas requeridas para a formação dos juristas. No entanto, a falta de um controle da real aplicação desta determinação tornou o ato infrutífero.<sup>83</sup>

Nesse panorama de decadência do ensino jurídico brasileiro, como tentativa de melhoria, editou-se a Lei nº 4.024 de 1961, conhecida como LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Havia previsão específica para uma

---

<sup>79</sup>MORAES, op. cit., p.4.

<sup>80</sup>MARTÍNEZ, op. cit., p.4.

<sup>81</sup>MORAES, op. cit., p.4.

<sup>82</sup>MARTÍNEZ, op. cit., p.4.

<sup>83</sup>MORAES, op. cit., p.7.

“Reforma Universitária”, trazendo elementos importantes, como a diferenciação de aulas de graduação e pós-graduação, por exemplo. A partir desta mesma normativa foi instituído o Conselho Federal de Educação, órgão de grande relevo na política da educação brasileira.<sup>84</sup>

O ano de 1964 foi marcado pelo autoritarismo do Estado brasileiro, em vigor no Golpe Militar, influenciando fortemente na estruturação do ensino jurídico. Valorizou-se fundamentalmente o tecnicismo, estabelecendo-se inclusive um acordo entre o MEC, Ministério da Educação, e da USAID, *United States Agency for International Development*. Tratava-se de um protocolo que visava estabelecer uma cooperação internacional com intuito de fomentar o desenvolvimento da Educação Brasileira. Esse processo resultaria na reforma educacional de 1968 cuja principal meta atingia a necessidade de formação de novos técnicos, devido ao crescimento econômico propulsionado pelo investimento externo realizado no país. Em pouco menos de uma década o número de faculdades duplicou de 61 para 122, em território nacional.<sup>85</sup>

Devido ao rígido sistema político, as reformas realizadas nos anos seguintes pouco modificaram o ensino jurídico, resultando em um período de clara estagnação. Apenas em 1988, com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil, possibilitou-se que fossem operadas mudanças significativas, tais quais as inclusões de direitos e garantias fundamentais em nosso ordenamento jurídico e a consequente modificação do Direito pátrio.<sup>86</sup>

Em 1990 eram 186 cursos de Direito no Brasil. Ostentavam ainda a mesma estrutura curricular de 1973, alimentavam um mercado extremamente saturado de profissionais insatisfatoriamente formados.<sup>87</sup>

Pode-se dizer que havia uma crise crônica no ensino jurídico e, nessa altura, diversos problemas tomavam uma grande proporção. O crescimento econômico

---

<sup>84</sup>Ibid., p.7.

<sup>85</sup>MARTÍNEZ, op. cit., p.6.

<sup>86</sup>MORAES, op. cit., p.9.

<sup>87</sup>MELO FILHO, Álvaro. **Por uma revolução no ensino jurídico**. Revista Forense. Volume 322. Rio de Janeiro, 1993.



externamente incentivado havia cessado e, por consequência, o mercado de trabalho não tinha mais capacidade de abrigar tantos profissionais provenientes da referida “fábrica de bacharéis”.<sup>88</sup>

Por já ser impreterível a necessidade de mudança no ensino jurídico, a Ordem dos Advogados do Brasil, OAB, instituiu uma Comissão de Ensino Jurídico e, no ano de 1992, iniciou um estudo nacional de, conforme termos próprios: “reavaliação da função social do advogado e de seu papel como cidadão”.<sup>89</sup>

Aliada a essa iniciativa esteve também a Comissão de Especialistas em Ensino Jurídico da SESu/MEC, Secretaria de Ensino Superior do Ministério da Educação. A junção destes esforços proporcionou a publicação da Portaria 1.886 de 1994, do MEC, que viria por substituir a Resolução CFE N.º 03 de 1972. Posteriormente, fora criada a Lei N.º 9.394 de 1996, denominada nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que, juntamente com uma postura fortemente fiscalizadora por parte do Estado, resultou numa significativa evolução do ensino jurídico brasileiro. Como avanços podem ser listados: a concepção de um Exame Nacional de Cursos, com função de avaliar o desempenho discente, e as Avaliações Institucionais Externas, com o fito da análise da própria Instituição de Ensino Superior. O referido intervencionismo estatal pode ser considerado significativamente benéfico para o ensino jurídico brasileiro, ainda que implementado de forma atrasada.<sup>90</sup>

A referida Portaria N.º 1.886/94 trouxe alguns outros benefícios de grande valia. Dentre os principais verificam-se: o estabelecimento de um currículo com carga horária mínima de atividades de 3.300 horas, durante a licenciatura; a obrigatoriedade de realização de uma monografia no final do curso e do estágio de prática jurídica; e, nomeadamente, que cada instituição de ensino possuísse um acervo com no mínimo dez mil títulos de livros jurídicos.<sup>91</sup>

---

<sup>88</sup>MARTÍNEZ, op. cit., p.8.

<sup>89</sup>CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **OAB. Ensino jurídico. Parâmetros para a elevação de qualidade e avaliação.** Brasília, 1992. p.13.

<sup>90</sup>MARTÍNEZ, op. cit., p.9.

<sup>91</sup>BRASIL. Portaria n. 1.886, de 30 de dez. de 1994. **Diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso jurídico**, Brasília,DF, dez 1994.

No século XXI as tentativas de melhorias e de acompanhamento dos cursos jurídicos no Brasil continuam seguindo a mesma linha de atuação. A Ordem dos Advogados do Brasil continua com um atento olhar sobre o ensino jurídico assim como o Conselho Nacional de Educação.

No ano de 2001, a OAB por meio de sua Comissão de Ensino Jurídico, desenvolveu um programa para analisar a qualidade dos cursos de Direito nacionais. O intuito dessa ação é o de testar e ranquear as Faculdades, de acordo com seus desempenhos no Exame Nacional de Cursos e no Exame da Ordem, cancelando e recomendando as Instituições que apresentarem bons resultados.<sup>92</sup>

Já em 2004, o CNE, Conselho Nacional de Educação, através da CES, Câmara de Educação Superior, reestruturou algumas normativas dos cursos jurídicos, instituindo, entre outras coisas, a necessidade da presença de conteúdos de Antropologia, Ciências Políticas, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia no plano curricular dos cursos (Resolução N.º 09).<sup>93</sup>

O passado recente do ensino jurídico no Brasil apresenta, ademais, novos graves problemas. A mercantilização do ensino universitário brasileiro fomentou a criação quase que ilimitada de Faculdades, grande parte delas de Faculdades de Direito, fazendo com que o já abarrotado mercado de trabalho se tornasse ainda mais caótico e hostil.

O Conselho Nacional de Justiça divulgou que, no ano de 2010, o Brasil possuía nada menos do que 1.240 cursos de Direito. Este número torna-se ainda mais alarmante quando se verifica que outros grandes países como EUA, China e toda a Europa, juntos somam 1.100 cursos. Em 2015 mais de 105 mil pessoas licenciaram-se em Direito no Brasil, segundo dados do Censo de Educação Superior.<sup>94</sup>

---

<sup>92</sup>MORAES, op. cit., p.11.

<sup>93</sup>Ibid., p.11.

<sup>94</sup>TENENTE, Luiza. **Brasil tem mais faculdades de direito que China, EUA e Europa juntos.** Acesso em: 17/08/2018. Disponível em: « <https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/brasil-tem-mais-faculdades-de-direito-que-china-eua-e-europa-juntos-saiba-como-se-destacar-no-mercado.ghtml> ».

É este o preocupante cenário em que o ensino do Direito se encontra no Brasil. Como verificou-se no breve retrospecto histórico, desde a criação das primeiras Faculdades em solo tupiniquim, o contexto em que se insere o ensino jurídico foi sempre de alta tensão e crise eminente.

Após dificuldades de desconexão da realidade com o obsoleto ensino migrou-se para problemáticas de saturação de mercado e formação de profissionais de qualificação insuficiente.

Hoje, a realidade é um misto de excessos e exageros, de Faculdades e estudantes com a carência de estudos profundos e reflexões do que precisa ser modificado. É este o intuito do presente trabalho e é para este norte que caminhar-se-á.

### 3. ANÁLISE DOS SISTEMAS DE ENSINO DO DIREITO NO BRASIL E EM PORTUGAL

#### 3.1 A estrutura curricular do curso de Direito no Brasil: diretrizes e órgãos governamentais de controle

O ensino jurídico brasileiro, por apresentar diversas características *sui generis*, tais quais o gigantesco número de Faculdades, bem como a continental extensão territorial do país, necessita de um regramento legal mais presente que, por sua vez, delimite os requisitos mínimos e os padrões necessários para a estrutura curricular do curso de Direito.

Destarte, há um compilado de leis e normas que consubstanciam esta referida regulamentação. De início cumpre fazer uma breve elucidação acerca da Lei N.º 9.394 de 1996, conhecida como Lei das Diretrizes e Bases da Educação”. Com um plano de ação muito mais amplo, a nova LDBD, em referência à anterior, criada no ano de 1961, como já explanado, estabelece as diretrizes para toda a educação brasileira, não somente o ensino superior.

O primeiro aspecto da referida lei, que merece atenção, é o parágrafo primeiro do artigo oitavo, cujo excerto colaciona-se: “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino. § 1º Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.”<sup>95</sup>

Assim verifica-se um intento do legislador em conceder ao Estado a coordenação da educação nacional. Posteriormente, no decorrer do diploma legal, verifica-se que há uma subdivisão da educação entre a básica, da infantil ao ensino médio (o correspondente “secundário” em Portugal), e educação superior.

A educação superior está prevista no capítulo IV da lei em comento, dos artigos 43º ao 57º. O artigo 44º, por seu turno, prevê que:

---

<sup>95</sup>BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dez. de 1996. **Diretrizes e bases da educação nacional**. Acesso em 25/07/2018. Disponível em: «[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)»

Art. 44. A educação superior abrangerá os seguintes cursos e programas: [...]II - de graduação, abertos a candidatos que tenham concluído o ensino médio ou equivalente e tenham sido classificados em processo seletivo; III - de pós-graduação, compreendendo programas de mestrado e doutorado, cursos de especialização, aperfeiçoamento e outros, abertos a candidatos diplomados em cursos de graduação e que atendam às exigências das instituições de ensino;<sup>96</sup>

Percebe-se que, mesmo não se adotando a Declaração de Bolonha no sistema de ensino brasileiro, a estruturação da graduação inclui uma graduação, equivalente à nomenclatura portuguesa de “licenciatura”, nos moldes do primeiro ciclo de estudos, mesmo não se falando em duração temporal, e, subsequentemente, os segundos e terceiros ciclos, nos programas de mestrados e doutorados, ou “doutoramentos” em português europeu.

Há também no ensino superior brasileiro a figura da autonomia universitária, necessária e basilar, prevista no artigo 53º da nova LDBD. Todavia, verifica-se neste ponto uma diferença importante entre os sistemas de ensino analisados. Veja-se o inciso segundo:

Art. 53. No exercício de sua autonomia, são asseguradas às universidades, sem prejuízo de outras, as seguintes atribuições: [...] II - fixar os currículos dos seus cursos e programas, observadas as diretrizes gerais pertinentes;<sup>97</sup>

A referência às “diretrizes gerais pertinentes” ratifica a existência de uma regulamentação que traz em seu bojo a delimitação dos currículos mínimos, bem como demais exigências que as universidades devem respeitar quando da criação de seus planos curriculares.

---

<sup>96</sup>Ibid., Acesso em 25/07/2018. Disponível em: «[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)»

<sup>97</sup>Ibid., Acesso em 25/07/2018. Disponível em: «[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)»

Em que pese o parágrafo primeiro deste mesmo artigo, em seu inciso terceiro, prever que: “§ 1º Para garantir a autonomia didático-científica das universidades, caberá aos seus colegiados de ensino e pesquisa decidir, dentro dos recursos orçamentários disponíveis, sobre: III - elaboração da programação dos cursos;”<sup>98</sup>, como exposto acima, e como verificado na prática da gestão do ensino superior brasileiro, as diretrizes gerais traçadas pelos órgãos governamentais responsáveis, norteiam e delimitam a programação dos cursos universitários em geral.

Antes de se verificar o funcionamento normativo acima referido nas Faculdades de Direito brasileiras, mister se faz uma breve explanação acerca de algumas entidades governamentais extremamente relevantes.

Por primeiro, tem-se o Conselho Nacional de Educação do Ministério da Educação do Brasil, cuja sigla é CNE. Trata-se de um órgão do referido Ministério cujas atribuições são, entre outras, as de: criar normas e deliberações e assessorar o Ministro de Estado da Educação em seu trabalho, sendo a política nacional de educação o alvo de todas as ações, visando a qualidade do ensino, o cumprimento da legislação educacional e o desenvolvimento da educação nacional como um todo.<sup>99</sup>

Dentro da estrutura organizacional do CNE existe a Câmara de Educação Superior – CES, cujas funções são desempenhadas justamente a nível de assuntos do ensino superior, nomeadamente na consecução das ações listadas acima, neste âmbito universitário.<sup>100</sup>

Outrossim, há ainda a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação do Brasil, de sigla MEC/SESu que por seu turno pode ser conceituada como uma unidade que desenvolve o planejamento, coordenação e supervisão

---

<sup>98</sup>Ibid., Acesso em 25/07/2018. Disponível em: «[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)»

<sup>99</sup>BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Acesso em 05/06/2018. Disponível em: «<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/apresentacao>»

<sup>100</sup>Ibid., Acesso em 05/06/2018. Disponível em: «<http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/apresentacao>»

dos processos de implementação da Política Nacional de Educação Superior do Brasil.<sup>101</sup>

Com esta breve elucidação posta, compreendida a organização que emite as normativas regulatórias do ensino superior nacional, apto se está a seguir com a análise do objeto de investigação do presente estudo, o ensino do Direito.

Há de se ter em conta a Resolução CNE/CES N.º 9 de 29 de setembro de 2004 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito e determina as diretrizes curriculares que devem ser respeitadas pelas instituições de ensino, no seu plano curricular, para o curso de graduação em Direito.

O artigo segundo deste diploma preconiza uma visão global do intuito desta regulamentação, desde a organização do curso até os objetivos pretendidos, conforme verifica-se:

Art. 2º A organização do Curso de Graduação em Direito, observadas as Diretrizes Curriculares Nacionais se expressa através do seu projeto pedagógico, abrangendo o perfil do formando, as competências e habilidades, os conteúdos curriculares, o estágio curricular supervisionado, as atividades complementares, o sistema de avaliação, o trabalho de curso como componente curricular obrigatório do curso, o regime acadêmico de oferta, a duração do curso, sem prejuízo de outros aspectos que tornem consistente o referido projeto pedagógico.<sup>102</sup>

Ademais, preconiza-se que o projeto pedagógico do curso de Direito deverá, necessariamente, estar estruturado sobre os seguintes pilares: “I - concepção e objetivos gerais do curso, contextualizados em relação às suas inserções institucional, política, geográfica e social; II - condições objetivas de oferta e a vocação do curso; III - cargas horárias das atividades didáticas e da

---

<sup>101</sup>BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Superior**. Acesso em 05/06/2018. Disponível em: «<http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/apresentacao>»

<sup>102</sup>BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES N.º 9 de setembro de 2004**. Acesso em 05/06/2018. Disponível em: «[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09\\_04.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09_04.pdf)»

integralização do curso; IV - formas de realização da interdisciplinaridade; V - modos de integração entre teoria e prática; VI - formas de avaliação do ensino e da aprendizagem; VII - modos da integração entre graduação e pós-graduação, quando houver; VIII - incentivo à pesquisa e à extensão, como necessário prolongamento da atividade de ensino e como instrumento para a iniciação científica; IX - concepção e composição das atividades de estágio curricular supervisionado, suas diferentes formas e condições de realização, bem como a forma de implantação e a estrutura do Núcleo de Prática Jurídica; X - concepção e composição das atividades complementares; e XI - inclusão obrigatória do Trabalho de Curso.”<sup>103</sup>

Além disso, há a preocupação, ao menos legal, de que o ensino jurídico promova uma formação “geral, humanística e axiológica, capacidade de análise, domínio de conceitos e da terminologia jurídica, adequada argumentação, interpretação e valorização dos fenômenos jurídicos e sociais, aliada a uma postura reflexiva e de visão crítica que fomente a capacidade e a aptidão para a aprendizagem autônoma e dinâmica, indispensável ao exercício da Ciência do Direito, da prestação da justiça e do desenvolvimento da cidadania.”, conforme ilustra o artigo terceiro da resolução.<sup>104</sup>

Mais adiante, a normativa prevê a divisão do “Projeto Pedagógico e Organização Curricular” em “eixos de formação”. Os referidos pilares representam algumas áreas e desenvolvem-se nas seguintes áreas: há um eixo de formação fundamental que tem por norte a integração do estudante de Direito com outras sendas do conhecimento, provendo a interdisciplinaridade com a Antropologia, Ciência Política, Economia, Ética, Filosofia, História, Psicologia e Sociologia. Além deste, há um eixo de formação fundamental que estabelece o necessário estudo jurídico nos ramos de Direito Constitucional, Direito Administrativo, Direito Tributário, Direito Penal, Direito Civil, Direito Empresarial, Direito do Trabalho, Direito Internacional e Direito Processual. Por último, há a previsão de um eixo de formação prática, cujo foco é a junção dos conteúdos teóricos com a prática

---

<sup>103</sup>Ibid., Acesso em 05/06/2018. Disponível em: «[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09\\_04.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09_04.pdf)»

<sup>104</sup>Ibid., Disponível em: «[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09\\_04.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09_04.pdf)»



forense, desenvolvidos em todas as áreas integradas nos eixos anteriores, devendo ser continuadas em um estágio profissional supervisionado, em um trabalho de conclusão de curso e em atividades complementares.<sup>105</sup>

Subsequentemente, o artigo sexto desta mesma resolução, estabelece que cabe à instituição de ensino decidir sobre a organização curricular do curso, pode ser dividido em semestres, anos ou por sistemas de créditos com matrícula em disciplinas ou módulos. Ademais, do artigo sétimo ao décimo, há referencia aos pormenores elencados no último eixo estrutural do curso de Direito, nomeadamente as atividades de estágio e complementares e o trabalho de curso.<sup>106</sup>

Por fim, uma última característica relevante é a questão da carga horária. Está previsto no artigo décimo primeiro, da supracitada resolução, que a duração dos cursos de graduação será estabelecidas pela Câmara de Educação Superior do Ministério da Educação brasileiro, que, por seu turno, delimitou através da Resolução N.º 2 de 18 de junho de 2007, que o curso de Direito está inserido no grupo de carga horária mínima entre 3.600 e 4.000 horas, devendo ser distribuídas em um limite mínimo de 5 anos. No anexo da resolução em comento, há a previsão expressa de que o curso de Direito deve ter carga horária mínima de 3.700 horas.<sup>107</sup>

Ainda sob à ótica do regramento legal do ensino jurídico no Brasil, deve-se mencionar a última atualização regulamentar exarada pelo MEC. Trata-se da Resolução N.º 3 de 14 de julho de 2017, que altera a comentada Resolução CNE/CES N.º 9/2004, especificamente no que se refere aos parâmetros que devem ser observados no estágio supervisionado obrigatório.<sup>108</sup>

---

<sup>105</sup>Ibid., Disponível em: «[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09\\_04.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09_04.pdf)»

<sup>106</sup>Ibid., Disponível em: «[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09\\_04.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09_04.pdf)»

<sup>107</sup>BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES N.º 2 de junho de 2007**. Acesso em 05/06/2018. Disponível em: «[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17002-resolucao-002-07-04fev2015&category\\_slug=fevereiro-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17002-resolucao-002-07-04fev2015&category_slug=fevereiro-2015-pdf&Itemid=30192)»

<sup>108</sup>BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES N.º 3 de junho de 2017**. Acesso em 05/06/2018. Disponível em:

Apesar de não terem a mesma força normativa das espécies acima narradas, há de se examinar algumas outras iniciativas organizacionais que agem em prol do controle e melhoria do sistema brasileiro de ensino jurídico.

O primeiro elemento a ser analisado é a atuação empreendida pela Ordem dos Advogados do Brasil. Dentro do organograma interno do órgão existe um departamento especializado no ensino do Direito, a denominada Comissão Nacional de Ensino Jurídico. Além disto, o Estatuto da Advocacia e da OAB, a Lei N.º 8.906 de 04 de julho de 1994, prevê que compete ao Conselho Federal da OAB acompanhar e promover a melhoria dos cursos jurídicos, bem como opinar acerca dos pedidos de criação de novos cursos, artigo 54º, XV; e analisar, através da Comissão Nacional de Educação Jurídica com Conselho Federal, os pedidos de instituição de novas Faculdades de Direito, verificando, dentre outros pontos, a necessidade territorial e social do curso, o projeto pedagógico, as instalações físicas e a biblioteca, artigo 83º.<sup>109</sup>

No entanto, pode-se dizer que a maior influência regulatória da OAB no ensino do Direito realizado no Brasil é, indubitavelmente, a organização do Exame de Ordem Unificado. A referida avaliação é requisito essencial para o exercício da profissão de advogado em território nacional, conforme elucida o artigo oitavo da referida Lei N.º 8.906 de 1994, em seu inciso IV, senão veja-se: “Art. 8º Para inscrição como advogado é necessário: [...] IV - aprovação em Exame de Ordem;”.<sup>110</sup>

Nos últimos anos, o referido exame tem modificado vastamente os cursos de Direito nacionais, fazendo com que o ensino jurídico passe a se voltar fortemente para a preparação à prova. Entretanto, como a própria Comissão Nacional de Ensino Jurídico da OAB informa, o nível de reprovação dos candidatos é

---

«[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=68081-rces003-17-pdf&category\\_slug=julho-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=68081-rces003-17-pdf&category_slug=julho-2017-pdf&Itemid=30192)»

<sup>109</sup>BRASIL. Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. **Lei N.º 8.906 de julho de 1994.** Acesso em 05/06/2018. Disponível em: «[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8906.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8906.htm)»

<sup>110</sup>Ibid., Acesso em 05/06/2018. Disponível em: «[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8906.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8906.htm)»

exacerbado. Situações problemáticas que, todavia, serão analisadas detidamente na sequência deste trabalho.<sup>111</sup>

Uma outra organização, desta vez governamental, que possui certa influencia no ensino superior pátrio, e da mesma forma no ensino jurídico, nomeadamente a nível de pós-graduação, é a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), uma fundação do Ministério da Educação, que: “desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado) em todos os estados da Federação.” e além disso, realiza suas atividades, especialmente, nas seguintes vertentes: “avaliação da pós-graduação stricto sensu; acesso e divulgação da produção científica; investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior; promoção da cooperação científica internacional; e indução e fomento da formação inicial e continuada de professores para a educação básica nos formatos presencial e à distância.”<sup>112</sup>

Ainda, existe uma estrutura de controle dos cursos em geral do ensino superior brasileiro, através de exames do rendimento dos alunos e das instituições de ensino. O primeiro é denominado Exame Nacional de Desempenho de Estudantes e tem por escopo avaliar o rendimento dos alunos de ensino superior, no momento de ingresso e posteriormente na conclusão da licenciatura, tendo carácter obrigatório. Já o segundo é o Índice Geral de Cursos que analisa a média dos conceitos preliminares dos cursos, proveniente do referido ENADE.<sup>113</sup>

A Ordem dos Advogados do Brasil também instituiu uma espécie de programa avaliativo das Faculdades de Direito, com base no desempenho dos seus egressos no já falado Exame de Ordem, trata-se do “selo OAB Recomenda”. Na

---

<sup>111</sup>ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Número reduzido de aprovados no Exame de Ordem é resultado da baixa qualidade do ensino jurídico praticado no Brasil.** Acesso em 10/04/2018. Disponível em: «<https://www.oabpr.org.br/numero-reduzido-de-aprovados-no-exame-de-ordem-e-resultado-da-baixa-qualidade-do-ensino-juridico-praticado-no-brasil-avalia-marisvaldo-amado/>»

<sup>112</sup>BRASIL. CAPES. **Competências.** Acesso em 25/06/2018. Disponível em: «<https://www.capes.gov.br/acessoainformacao/80-conteudo-estatico/acesso-a-informacao/5418-competencias>»

<sup>113</sup>BRASIL. Ministério da Educação. **Enade.** Acesso em 05/06/2018. Disponível em: «<http://portal.mec.gov.br/enade>»

edição de 2016, apenas 142 instituições receberam tal referência, pouco mais de 10% do número total de cursos existentes no Brasil.<sup>114</sup>

Finalmente, com intuito elucidativo, traz-se um breve compêndio de toda legislação brasileira acerca do ensino jurídico. É importante que colacione-se: a Portaria do MEC N.º 1.886, de 30 de dezembro de 1994, já trabalhada neste estudo, que fixa as diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso jurídico; a Portaria do CF/OAB N.º 5 de 1995, que enumera os critérios e procedimentos para intervenção da OAB nos pedidos de criação e reconhecimento dos Cursos de Direito; a importante Resolução N.º 9, de 29 de setembro de 2004, do CNE/CES do MEC, que institui as Diretrizes Curriculares do Curso de Graduação em Direito, vastamente analisada neste texto; a Portaria do MEC N.º 1.874, de 2 de junho de 2005, que legitima a atuação da OAB no controle da criação e reconhecimento de cursos de Direito no país; o Decreto N.º 5.773, de 9 de maio de 2006, que discorre sobre as funções de regulação, supervisão e avaliação das instituições de ensino superior; a Portaria do MEC N.º 147, de 2 de fevereiro de 2007, que traz complementos acerca das normativas que regem a autorização dos cursos de Direito e Medicina; a Portaria N.º 927, de 25 de setembro de 2007, que aprova a utilização do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior para autorização de cursos de Direito; a Portaria Normativa do MEC N.º 40, de 12 de dezembro de 2007, que institui o e-MEC, sistema eletrônico de regulação da educação superior no sistema federal de educação brasileiro; o Parecer CNE/CES do MEC N.º 8/2007, que sugere, dentre outras coisas, que a carga horária mínima do curso de Direito deve ser de 3.700 horas; e, por fim, a Instrução Normativa da OAB N.º 1/2008, que atualiza as disposições acerca dos procedimentos de manifestação da Comissão Nacional de Ensino Jurídico sobre o reconhecimento e aumento de vagas para os cursos de

---

<sup>114</sup>ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **OAB entrega a 142 faculdades selo de qualidade em ensino de direito.** Acesso em 10/04/2018. Disponível em: «<https://www.oab.org.br/noticia/29187/oab-entrega-a-142-faculdades-selo-de-qualidade-em-ensino-de-direito>»

graduação em Direito, em respeito ao Decreto N.º 5.773/2006 e às Portarias Normativas MEC N.º 40/2007 e N.º 1.874/2005.<sup>115</sup>

Desse modo, terminada satisfatoriamente o exame acerca da estrutura curricular do curso de Direito, de acordo com o sistema de ensino jurídico brasileiro, especialmente sua forte relação com o regramento legal do tema, partir-se-á para a investigação do modelo de ensino jurídico português.

---

<sup>115</sup>ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Legislação sobre ensino jurídico**. Acesso em 18/01/2018. Disponível em: «<https://www.oab.org.br/visualizador/20/legislacao-sobre-ensino-juridico>»

### 3.2 O plano de ensino do Direito em Portugal: legislação e estruturação

Inicialmente, vale colacionar a legislação nacional portuguesa que tem relevo para o Sistema Educativo Pátrio. O primeiro diploma legal que merece ser citado é a Lei N.º 46/86, denominada Lei de Bases do Sistema Educativo. Por sua vez, estabelece o quadro geral do sistema educativo português; os princípios que regem seu funcionamento; a organização do referido sistema, desde a educação pré-escolar, até o que importa para o presente estudo: o ensino superior; bem como o desenvolvimento, suporte e gestão da Educação portuguesa.<sup>116</sup>

Ademais, cabe ainda, preliminarmente nesta parte do estudo, mencionar o Decreto-Lei N.º 74/2006, que ao seu turno aprova o regime jurídico dos graus e diplomas do ensino superior. Dispõem os requisitos e critérios de organização dos três ciclos de estudos do ensino superior, em adequação à nova realidade do ensino europeu pós-Bolonha.<sup>117</sup>

Outrossim, ainda mais importante para a presente investigação, conforme já referido anteriormente, o advento da Lei N.º 62/2007, de 10 de setembro, trouxe diversas alterações para o âmbito universitário lusitano. De acordo com o elucidado no capítulo histórico, o ano de 2007 fora marcante para o ensino superior português, especialmente para o ensino jurídico.

Assim, discorrer-se-á, de maneira pormenorizada, sobre os principais aspectos diferenciados, oriundos desta mudança legislativa, todavia, pode-se acrescentar desde já que o principal, indubitavelmente, seria o estabelecimento de maior autonomia para as Faculdades, de modo geral.

Inicialmente, confirma-se que o referido dispositivo legal regula juridicamente todas as instituições de ensino superior portuguesas, estabelecendo desde sua constituição até a organização e funcionamento, como se verifica pela leitura do artigo 1º, incisos 1 e 2, senão veja-se:

---

<sup>116</sup>PORTUGAL. Lei n.º 46/1986. **Lei de Bases do Sistema Educativo**. Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «[https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/222418/details/normal?p\\_p\\_auth=D688OvBC](https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/222418/details/normal?p_p_auth=D688OvBC)»

<sup>117</sup>PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 74/2006. **Regime Jurídico dos graus e diplomas do ensino superior**. Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/671387/details/maximized>»

Artigo 1.º Objecto e âmbito. 1 - A presente lei estabelece o regime jurídico das instituições de ensino superior, regulando designadamente a sua constituição, atribuições e organização, o funcionamento e competência dos seus órgãos e, ainda, a tutela e fiscalização pública do Estado sobre as mesmas, no quadro da sua autonomia. 2 - O disposto na presente lei aplica-se a todos os estabelecimentos de ensino superior, ressalvando o disposto nos artigos 179.º e 180.º <sup>118</sup>

Ademais, verifica-se que os preceitos enunciados pela Declaração de Bolonha foram devidamente atendidos pelo legislador, mormente a organização do estudo universitário em ciclos; o investimento económico no sistema de ensino; a sinestesia internacional em âmbito educacional e o fomento ao estabelecimento de um espaço universitário coerente e apropriado, de acordo com o artigo oitavo do referido diploma legal:

Artigo 8.º Atribuições das instituições de ensino superior. 1 - São atribuições das instituições de ensino superior, no âmbito da vocação própria de cada subsistema: a) A realização de ciclos de estudos visando a atribuição de graus académicos, bem como de outros cursos pós-secundários, de cursos de formação pós-graduada e outros, nos termos da lei; b) A criação do ambiente educativo apropriado às suas finalidades; c) A realização de investigação e o apoio e participação em instituições científicas; d) A transferência e valorização económica do conhecimento científico e tecnológico; e) A realização de acções de formação profissional e de actualização de conhecimentos; f) A prestação de serviços à comunidade e de apoio ao desenvolvimento; g) A cooperação e o intercâmbio cultural, científico e técnico com instituições congéneres, nacionais e estrangeiras; h) A contribuição, no seu âmbito de actividade, para a cooperação internacional e para a aproximação entre os povos, com especial destaque para os países de língua portuguesa e os países europeus; i) A produção e difusão do conhecimento e da cultura. <sup>119</sup>

---

<sup>118</sup>PORTUGAL. Lei n.º 62/2007. **Regime jurídico das instituições de ensino superior**. Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «[https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/640339/details/maximized?print\\_preview=print-preview](https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/640339/details/maximized?print_preview=print-preview)»

<sup>119</sup>Ibid., Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «[https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/640339/details/maximized?print\\_preview=print-preview](https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/640339/details/maximized?print_preview=print-preview)»

Sem embargo, percebe-se que a diretriz central desta lei é, sem dúvida, a conferência de maior autonomia às instituições universitárias portuguesas. O vocábulo “autonomia” é mencionado sessenta e nove vezes no decorrer do texto legal em comento, sendo que, pela primeira vez, no artigo 11.º, tocando todas as faces a que se daria maior liberdade de atuação das escolas do ensino superior. Sobre o tema, analise-se:

Artigo 11.º Autonomia das instituições de ensino superior. 1 - As instituições de ensino superior públicas gozam de autonomia estatutária, pedagógica, científica, cultural, administrativa, financeira, patrimonial e disciplinar face ao Estado, com a diferenciação adequada à sua natureza. 2 - A autonomia estatutária, científica, pedagógica, administrativa e financeira das universidades encontra-se reconhecida pelo n.º 2 do artigo 76.º da Constituição. 3 - Face à respectiva entidade instituidora e face ao Estado, os estabelecimentos de ensino superior privados gozam de autonomia pedagógica, científica e cultural. 4 - Cada instituição de ensino superior tem estatutos próprios que, no respeito da lei, enunciam a sua missão, os seus objectivos pedagógicos e científicos, concretizam a sua autonomia e definem a sua estrutura orgânica. 5 - A autonomia das instituições de ensino superior não preclui a tutela ou a fiscalização governamental, conforme se trate de instituições públicas ou privadas, nem a acreditação e a avaliação externa, nos termos da lei.<sup>120</sup>

Ademais, há previsão expressa de que as instituições de ensino superior possuem autonomia estatutária, podendo ser geridas por estatutos próprios, os quais controlam a gestão e atividade das Faculdades. Trata-se dos artigos 66.º e seguintes da lei em destaque, sendo o excerto do primeiro: “Artigo 66.º Autonomia estatutária. As instituições de ensino superior públicas gozam de autonomia estatutária, com observância do disposto na presente lei.”<sup>121</sup>

---

<sup>120</sup>Ibid., Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «[https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/640339/details/maximized?print\\_preview=print-preview](https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/640339/details/maximized?print_preview=print-preview)»

<sup>121</sup>Ibid., Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «[https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/640339/details/maximized?print\\_preview=print-preview](https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/640339/details/maximized?print_preview=print-preview)»



Todavia, os estatutos devem ser homologados e publicados pelo Governo, momento no qual verificar-se-á sua redação e consequente legalidade e constitucionalidade, de acordo com a *ratio* do artigo 69º, conforme observa-se:

Artigo 69.º Homologação e publicação dos estatutos. 1 - Os estatutos e as suas alterações carecem de homologação governamental, a qual é dada ou recusada no prazo de 60 dias, por despacho normativo do ministro da tutela. 2 - A homologação incide sobre a legalidade dos estatutos ou suas alterações, e a sua recusa só pode fundar-se na inobservância da Constituição ou da lei ou na desconformidade do processo da sua elaboração com o disposto na presente lei ou nos próprios estatutos. 3 - No caso de a revisão dos estatutos incluir medidas que, segundo a lei, careçam de aprovação tutelar, a recusa de homologação pode basear-se na rejeição da referida aprovação.<sup>122</sup>

Outrossim, o reforço da autonomia universitária se dá também em suas vertentes de: Autonomia Acadêmica (Artigos 70º e 71º); Autonomia Cultural (Artigo 72º); Autonomia Científica (Artigo 73º); Autonomia Pedagógica (Artigo 74º); Autonomia Disciplinar (Artigo 75º); Autonomia de Gestão (Artigos 76º a 78ª e 110º); e, finalmente, Autonomia Financeira (Artigo 111º).

Especificamente no tocante à autonomia pedagógica, necessário se faz o comentário que o artigo 74º da Lei 62/2007 traz em seu enunciado a menção de que as instituições de ensino superior têm a faculdade de criar seus próprios planos de estudo, consolidar o objetivo de cada unidade curricular, estabelecer os métodos de ensino e os procedimentos de avaliação a serem empregados no processo de ensino e de aprendizagem. Assim confira-se:

Artigo 74.º Autonomia pedagógica. A autonomia pedagógica confere às instituições de ensino superior públicas a capacidade para elaborar os planos de estudos, definir o objecto das unidades curriculares, definir os métodos de ensino, afectar os recursos e escolher os processos de avaliação de conhecimentos, gozando os professores e estudantes de

---

<sup>122</sup>Ibid., Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «[https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/640339/details/maximized?print\\_preview=print-preview](https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/640339/details/maximized?print_preview=print-preview)»

liberdade intelectual nos processos de ensino e de aprendizagem.<sup>123</sup>

Diferentemente do que se verificou no curso da história do ensino do Direito em Portugal, de acordo com o que se rememorou no capítulo anterior do presente escrito, bem como do que acontece no caso brasileiro já visto, não há na contemporaneidade uma diretiva governamental que estabeleça o currículo mínimo ou máximo do ensino jurídico português.

Assim reforça Barbas Homem: “O exercício da autonomia pedagógica na criação e organização curricular dos cursos não obedece a uma disciplina unitária, antes decorrendo da natureza dos estabelecimentos de ensino.”<sup>124</sup>

Motivo pelo qual, na presente iniciativa, analisar-se-ão os planos de estudo dos cursos de Direito das duas melhores Faculdades de Direito de Portugal.

Além do toda bagagem histórica e cultural que rodeia as Faculdades em comento, segundo o *QS World University Rankings* de 2015, a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra ocupam os melhores postos.<sup>125</sup>

Justifica-se a escolha do presente *ranking* pois, além de deter prestígio internacional, possibilita o filtro de busca de Faculdades por especialidades. Ainda, caso necessite-se de outra confirmação, pode-se utilizar o *Shanghai Academic Ranking of World Universities*, que por sua vez, também aponta as citadas Universidades entre as melhores.<sup>126</sup>

---

<sup>123</sup>Ibid., Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «[https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/640339/details/maximized?print\\_preview=print-preview](https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/640339/details/maximized?print_preview=print-preview)»

<sup>124</sup>BARBAS HOMEM, op. cit., p.16.

<sup>125</sup>QS WORLD UNIVERSITY RANKINGS. **Law**. Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «<https://www.topuniversities.com/university-rankings/university-subject-rankings/2018/law-legal-studies>»

<sup>126</sup>SHANGHAI ACADEMIC RANKING OF WORLD UNIVERSITIES. **Classificação Académica das Universidades Mundiais 2015**. Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «<http://www.shanghairanking.com/pt/ARWU2015.html>»

Dessa feita, ventilados os quesitos introdutórios do presente assunto, bem como os motivos de escolha dos planos de estudos a serem analisados, apto se está para a sequência desta detida análise.

De início, verifica-se o que os Estatutos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa foram homologados pelo Despacho N.º 12680/2012, no dia 17 de setembro daquele ano, e publicados no Diário da República, 2ª série, N.º 188 de 27 de setembro de 2012.<sup>127</sup>

No comentado diploma há, mais uma vez, a referência à figura da autonomia universitária, no caso, atribuída à Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em consonância com a dita Lei N.º 62/2007. Vale ressaltar que o artigo terceiro traz em seu bojo uma menção notadamente à capacidade que a Faculdade possui em definir “autonomamente seus programas de ensino e de investigação”. Assim, leia-se:

Artigo 3.º Autonomia 1 — A Faculdade de Direito, no âmbito das suas atribuições, define autonomamente os seus programas de ensino e de investigação, bem como os conteúdos e os objetivos das suas demais atividades. 2 — Os órgãos da Faculdade de Direito exercem, no âmbito das suas competências, poder regulamentar próprio.<sup>128</sup>

Ademais, no artigo 5º do mesmo documento, reforçar-se a ideia da “liberdade acadêmica”, frisando que os “os docentes e os investigadores são livres na definição dos conteúdos de ensino e de investigação, bem como na manifestação de opiniões científicas.” e também que “aos estudantes é reconhecida a compreensão crítica dos conteúdos de ensino.”<sup>129</sup>

---

<sup>127</sup>PORTUGAL. Despacho 12680/2012. **Estatutos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**. Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/09/Estatutos-da-FDL-29.11.2013.pdf>»

<sup>128</sup>Ibid., Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/09/Estatutos-da-FDL-29.11.2013.pdf>»

<sup>129</sup>Ibid., Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/09/Estatutos-da-FDL-29.11.2013.pdf>»

Ulteriormente, prevê o artigo catorze, em seu inciso primeiro, que “1 — São órgãos da Faculdade de Direito o Conselho de Escola, o Diretor, o Conselho de Gestão, o Conselho Académico, o Conselho Científico e o Conselho Pedagógico.”<sup>130</sup>

E é justamente o Conselho Científico, regido pelos artigos 43º até 54ª deste mesmo despacho, que possui como competência fundamental, a de organizar o ensino jurídico da Faculdade. Constata-se da análise dos referidos dispositivos, nomeadamente do artigo 47º, uma lista de competências concernentes à planificação do ensino jurídico, das quais destacam-se as seguintes alíneas:

Artigo 47.º Competências relativas ao ensino jurídico Compete ao Conselho Científico: [...] b) Pronunciar-se sobre a criação de ciclos de estudos e aprovar os planos dos ciclos de estudos ministrados; c) Propor cursos de mestrado e de doutoramento e aprovar cursos de pós-graduação e quaisquer outros, no âmbito da Faculdade de Direito ou em colaboração com outras faculdades ou instituições de ensino e de investigação; d) Aprovar os regulamentos dos cursos de mestrado e doutoramento; [...] g) Promover, em conjunto com o Conselho Pedagógico, a publicação, em cada ano, dos programas das disciplinas; h) Elaborar propostas e pronunciar-se sobre propostas relativas ao regulamento de avaliação de aproveitamento dos estudantes [...] m) Em geral, velar pela qualidade do ensino ministrado na Faculdade de Direito.”<sup>131</sup>

Cabe ainda ao Conselho Pedagógico, conforme previsão dos artigos 55º a 62º, nomeadamente do artigo 57º, que elenca como competência deste órgão: “Artigo 57.º Competências. Compete ao Conselho Pedagógico: a) Pronunciar-se sobre as orientações pedagógicas e os métodos de ensino e de avaliação; [...] g) Pronunciar-se sobre a criação de ciclos de estudos e sobre os planos de estudos ministrados [...]”<sup>132</sup>

---

<sup>130</sup>Ibid., Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/09/Estatutos-da-FDL-29.11.2013.pdf>»

<sup>131</sup>Ibid., Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/09/Estatutos-da-FDL-29.11.2013.pdf>»

<sup>132</sup>Ibid., Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/09/Estatutos-da-FDL-29.11.2013.pdf>»

Por fim, necessário se faz ressaltar que o capítulo terceiro destes Estatutos prevê a organização interna do ensino e da investigação, consolidando a premissa de que: “1 — A organização interna do ensino e da investigação na Faculdade de Direito realiza-se através de Grupos Científicos, de acordo com as ciências jurídicas e as ciências com estas conexas afetas a cada um destes Grupos. 2 — Os Grupos Científicos compreendem os docente” e ainda que: “Compete ao Plenário do Grupo Científico: [...] d) Propor ao Conselho Científico as disciplinas que devem ser ministrados nos ciclos de estudos;”, em seus artigos 63º e 65º.<sup>133</sup>

Destarte, observou-se quais são os parâmetros e o regramento que gerem o plano de ensino jurídico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, passando-se, neste momento, para um exame, nos mesmos moldes, da gestão dos programas de ensino do curso jurídico da Faculdade de Direito de Coimbra.

No Diário da República Portuguesa, 2ª série, N.º 78 de 22 de abril de 2009, foi publicado, em forma de anexo, o Regulamento N.º 164/2009 que, por sua vez, homologou os Estatutos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

A inovadora previsão da maior autonomia universitária, florescida pela Lei 62/2007, está discretamente posicionada no preâmbulo dos estatutos de Coimbra, constante dos seguintes termos:

[...] No exercício da sua irrenunciável autonomia científica, pedagógica e cultural, abre -se decisivamente a perspectivas interdisciplinares e propõe -se desenvolver, em um quadro de complementaridade de saberes, a investigação e a formação avançada, bem como promover a prestação de serviços à comunidade, hoje indispensáveis, em colaboração com outras faculdades e instituições. [...] <sup>134</sup>

---

<sup>133</sup>Ibid., Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/09/Estatutos-da-FDL-29.11.2013.pdf>»

<sup>134</sup>PORTUGAL. Regulamento n.º164/2009. **Estatutos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.** Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «[https://www.uc.pt/fduc/faculdade/orgaos\\_gestao/estatutos.pdf](https://www.uc.pt/fduc/faculdade/orgaos_gestao/estatutos.pdf)»

Outrossim, subsequentemente, no inciso segundo do artigo primeiro dos Estatutos, há novamente uma menção, desta vez mais específica da autonomia e das atribuições da Faculdade de Direito de Coimbra, senão confira-se:

Artigo 1.º (Natureza) 1 — A Faculdade de Direito é uma unidade orgânica de ensino e investigação da Universidade de Coimbra, no domínio das ciências jurídicas e das disciplinas com elas conexas. 2 — A Faculdade de Direito goza de autonomia científica, pedagógica e cultural, e é responsável pela atribuição dos graus de licenciado, mestre e doutor e o título de agregado em Direito conferidos pela Universidade de Coimbra, bem como de graus académicos na área da Administração Pública.<sup>135</sup>

O Conselho Científico está previsto e regulado no capítulo terceiro, a partir do artigo 11º até o 14º, sendo suas competências estão determinadas no artigo 12º. Entre elas, novamente a função de deliberação acerca dos ciclos de estudos ofertados e os seus respectivos planos. Trata-se da alínea “i)”, cujo excerto colaciona-se: “Artigo 12.º (Competência) 1 — Compete ao conselho científico: i) Pronunciar -se sobre a criação de ciclos de estudos e aprovar os planos dos ciclos de estudos ministrados;”.<sup>136</sup>

Incluem-se ainda as atribuições do Conselho Pedagógico, descritas no capítulo quarto do presente diploma, especificamente do artigo 15º ao 17º. Dentre suas competências, elencadas pelo artigo 16º, destaca-se novamente à incumbência de: “Artigo 16.º (Competência) 1 — No quadro das orientações para a promoção da qualidade pedagógica definidas pela Universidade de Coimbra, compete ao Conselho Pedagógico: [...] d) Pronunciar -se sobre a criação de ciclos de estudos e sobre os planos dos ciclos de estudos ministrados;”.<sup>137</sup>

Tudo isto posto, é sensato que se prossiga para a análise, propriamente dita, dos planos de estudos da Licenciatura em Direito em Portugal, representados

<sup>135</sup>Ibid., Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «[https://www.uc.pt/fduc/faculdade/orgaos\\_gestao/estatutos.pdf](https://www.uc.pt/fduc/faculdade/orgaos_gestao/estatutos.pdf)»

<sup>136</sup>Ibid., Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «[https://www.uc.pt/fduc/faculdade/orgaos\\_gestao/estatutos.pdf](https://www.uc.pt/fduc/faculdade/orgaos_gestao/estatutos.pdf)»

<sup>137</sup>Ibid., Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «[https://www.uc.pt/fduc/faculdade/orgaos\\_gestao/estatutos.pdf](https://www.uc.pt/fduc/faculdade/orgaos_gestao/estatutos.pdf)»

pelas escolhas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

A Escola lisboeta apresenta uma proposta de ensino que mescla o rigor científico com a renovação e abordagem prática do processo de aprendizagem. Além de deter um corpo docente de enorme valor, detém uma preocupação elevada com as saídas profissionais disponíveis aos licenciados e com a constante inovação de seus planos curriculares.

Neste contexto, o plano de estudos do curso de Direito da FDUL possui duração de quatro anos curriculares, divididos em oito semestres. O número de créditos totaliza, ao fim da licenciatura, um valor de 240 ECTS e os regimes oferecidos são o diurno, com aulas que podem ser distribuídas em horários nos períodos matutino e vespertino; e o pós-laboral, cujas aulas compreendem-se exclusivamente no período noturno.<sup>138</sup>

No primeiro ano de curso as unidades curriculares ofertadas são, no primeiro semestre: Introdução ao Estudo do Direito I; Teoria Geral do Direito Civil I; Direito Constitucional I; Direito Romano; e Economia I. Já no segundo semestre, são: Introdução ao Estudo do Direito II; Teoria Geral do Direito Civil II; Direito Constitucional II e História do Direito Português. Ademais, são unidades curriculares opcionais para uma opção: Economia II; Filosofia do Direito; História das Ideias Políticas; e Sociologia do Direito. A turma do regime pós-laboral possui os mesmos padrões de oferta curricular.<sup>139</sup>

Já o segundo ano do ensino jurídico oferecido em Lisboa é composto, em seu primeiro semestre, pelas unidades curriculares de: Direito das Obrigações I; Direito da Família; Direito Administrativo I; Direito Internacional Público; e uma unidade curricular opcional dentre as disciplinas de: História do Pensamento Jurídico; História das Relações Internacionais; Ciência Política e Direito Comparado. No segundo semestre, por seu turno, as disciplinas jurídicas são:

---

<sup>138</sup>FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. **Licenciatura. Plano de estudos.** Acesso em: 29/07/2018. Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/cursos/licenciatura/plano-de-estudos/#1479210541932-6950f9db-f359>»

<sup>139</sup>Ibid., Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/cursos/licenciatura/plano-de-estudos/#1479210541932-6950f9db-f359>»

Direito das Obrigações II; Direito das Sucessões; Direito Administrativo II; Direito da União Europeia e Finanças Públicas. O mesmo decorre com a turma noturna.<sup>140</sup>

O terceiro ano do curso de Direito desenvolve-se com, no primeiro semestre: Direito Comercial I; Direito Penal I; Direito Processual Civil I; Direito dos Contratos; e o acréscimo de mais uma matéria dentre: Direito da Economia; Economia Internacional; Direito Administrativo III ou Direito Marítimo. No segundo semestre as aulas são de: Direito Comercial II e Sociedades Comerciais; Direito Penal II e Direito Processual Civil II; Direitos Reais; e uma unidade curricular compreendida no seguinte grupo: Direito Internacional Económico; Direito dos Mercados Financeiros; Direito do Urbanismo e Direito dos Contratos II. Idem com o regime pós-laboral.<sup>141</sup>

Por fim, o quarto e último ano da Licenciatura em Direito está estruturado, em seu primeiro semestre, nas seguintes disciplinas: Direito do Trabalho I; Direito Internacional Privado; Direito Fiscal; Contencioso Administrativo e Tributário; e mais uma optativa entre: União Económica e Monetária; Direito do Contencioso da União Europeia; Direito Internacional Público II e Direito Comercial III. Já os últimos seis meses de curso são da seguinte forma: Direito do Trabalho II; Direito Processual Penal; Direito Processual Civil III; Direitos Fundamentais; e Direitos Fundamentais. A disciplina opcional deve ser uma escolha dentre: Direito Fiscal Internacional; Direito do Ambiente; Justiça Constitucional; Direito Internacional Privado II; Direito Penal III; e Proteção Internacional da Pessoa Humana. No regime pós-laboral a oferta é semelhante, com a ressalva da ordem de distribuição poder ser singelamente diferente.<sup>142</sup>

Mais, o ensino jurídico ofertado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, conforme já explicado anteriormente, no exame histórico deste trabalho,

---

<sup>140</sup>Ibid., Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/cursos/licenciatura/plano-de-estudos/#1479210541932-6950f9db-f359>»

<sup>141</sup>Ibid., Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/cursos/licenciatura/plano-de-estudos/#1479210541932-6950f9db-f359>»

<sup>142</sup>Ibid., Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/cursos/licenciatura/plano-de-estudos/#1479210541932-6950f9db-f359>»



em adequação ao Processo de Bolonha, é composto ainda pelo segundo e terceiros ciclos de estudo.

O segundo ciclo de estudos, no que lhe concerne, fica dividido entre os Mestrados em Direito e Prática Jurídica e os Mestrados em Direito e Ciência Jurídica, sendo que possuem objetivos e metodologias diferentes.

O Mestrado em Direito e Prática Jurídica, detentor do N.º de processo NCE/14/00186, é acreditado pela Agência de Avaliação do Ensino Superior desde 2015 e registrado pela DGES – Direção-Geral do Ensino Superior com o N.º R/A-Cr 287/2015. Tem por alvo ser um complemento ao primeiro ciclo de estudos, destinado a licenciados que procuram melhores hipóteses de saídas profissionais, possuindo um ano letivo que consiste em um curso de especialização acrescido de mais um semestre dedicado à preparação de uma dissertação, que poderá, entretanto, ser substituída pela realização de um relatório de estágio. O curso completo totaliza 90 (noventa) créditos ECTS.<sup>143</sup>

São lecionadas treze especialidades, nas seguintes temáticas: Economia e Políticas Públicas; Direito Financeiro e Fiscal; Direito da Concorrência e da Regulação; Direitos Fundamentais; Direito Administrativo e Administração Pública; Direito do Ambiente, dos Recursos Naturais e da Energia; Direito Internacional e Relações Internacionais; Ciências Jurídico-Forenses; Direito da Empresa; Direito Penal; Direito Civil; Direito dos Transportes; e Direito Comercial Internacional.<sup>144</sup>

Um relevante pormenor desta Escola é que todas as aulas deste curso são ministradas por Professores Doutores em Direito. No que tange ao método de avaliação, de acordo com o artigo 30º do Regulamento do Mestrado e do Doutoramento da FDUL, consiste na realização de uma prova escrita no final de

---

<sup>143</sup>FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. **Mestrado em Direito e Prática Jurídica**. Acesso em: 29/07/2018. Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/cursos/mestrados-em-direito-e-pratica-juridica-2/>»

<sup>144</sup>Ibid., Acesso em: 29/07/2018. Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/cursos/mestrados-em-direito-e-pratica-juridica-2/>»

cada unidade curricular, podendo ser complementado, ou não, por outros elementos de avaliação ao critério do Docente responsável.<sup>145</sup>

De mais a mais, compõe ainda o segundo ciclo de estudos desta Faculdade o Mestrado em Direito e Ciência Jurídica. Possui N.º de processo NCE/14/00181, foi acreditado pela Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior em 2015 e está registrado pela DGES – Direção-Geral do Ensino Superior com o N.º R/A-Cr 288/2015. Por seu turno, possui um carácter bastante diferente da supracitada vertente prática, tendo como escopo o aprofundamento da Ciência e da pesquisa Jurídicas. É composto por um curso inicial de especialização, no primeiro ano, com a frequência de três disciplinas anuais, elegidas de acordo com a área específica, e mais uma unidade curricular semestral de metodologia da investigação científica.<sup>146</sup>

As aulas desenrolam-se no sistema de seminários, sendo necessariamente o número de alunos mestrandos bastante reduzidos. O método avaliativo consiste, no primeiro ano, em uma avaliação de seu desempenho oral e em relatórios escritos. Posteriormente, no segundo ano, na apresentação de uma dissertação elaborada sob orientação de um Doutor em Direito. Esse ciclo de estudos possui a duração de dois anos letivos com um total de 120 créditos ECTS.<sup>147</sup>

São especialidades do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica da FDUL as seguintes: na área de Ciências Histórico-Jurídicas as especialidades de História do Direito e Teoria do Direito; na área de Ciências Jurídico-Econômicas as especialidades de Direito e Economia, Direito Fiscal e Direito Financeiro e Econômico Global; na área de Ciências Jurídico-Políticas as especialidades de Direito da União Europeia, Ciências Jurídico-Políticas, Ciências Jurídico-Ambientais, Ciências Jurídico-Internacionais, Direitos Fundamentais, Direito Administrativo e Direito Constitucional; e, por fim, na área de Ciências Jurídicas

---

<sup>145</sup>Ibid., Acesso em: 29/07/2018. Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/cursos/mestrados-em-direito-e-pratica-juridica-2/>»

<sup>146</sup>FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. **Mestrado em Direito e Ciência Jurídica**. Acesso em: 29/07/2018. Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/cursos/mestrados-em-direito-e-ciencia-juridica-2/>»

<sup>147</sup>Ibid., Acesso em: 29/07/2018. Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/cursos/mestrados-em-direito-e-ciencia-juridica-2/>»

as especialidades de Direito Civil, Direito Penal e Ciências Criminais, Direito Laboral, Direito Comercial, Direito Bancário e dos Seguros, Direito Intelectual, Direito Marítimo e Direito do Mar, Direito Comercial Internacional e Ciências Jurídico-Filosóficas.<sup>148</sup>

Finalmente, há de se citar o terceiro ciclo de estudos existente na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa: o Doutoramento em Direito.

Trata-se do grau acadêmico de topo na Ciência Jurídica. Composto por uma fase inicial denominada “Curso de Doutoramento” cuja duração é de um ano letivo e pela fase da escrita da tese com duração de três anos. Resultam num total de 240 créditos ECTS. São ofertadas onze especialidades, divididas em quatro áreas jurídicas, da seguinte maneira: Ciências Histórico-Jurídicas com as especialidades de Teoria e História do Direito; Ciências Jurídico-Econômicas com as especialidades de Direito e Economia, Direito Fiscal e Direito Financeiro e Económico Global; Ciências Jurídico-Políticas com as especialidades de Ciências Jurídico-Políticas e Ciências Internacionais e Europeias; e Ciências Jurídicas com especialidade de Ciências Jurídico-Civis, Ciências Jurídico-Empresariais e Ciências Jurídico-Criminais.<sup>149</sup>

Exaurida a análise da oferta educacional da Escola lisboeta parte-se para a verificação da situação apresentada pela outra grande instituição jurídica portuguesa: a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.

No primeiro ciclo de estudos coimbrão os alunos recebem um conjunto de conhecimentos básicos de Direito, bem como a noção dos procedimentos mais importantes e atualizados, que um jurista deve conhecer. O curso possui o código de registo junto à DGES N.º 9078, tendo enquadramento no Decreto-Lei N.º 74/2006, alterado pelo Decreto-Lei N.º 107/2008 e Portaria 789/2009. Tem duração de oito semestres que compõem quatro anos letivos e totalizam 240

---

<sup>148</sup>Ibid., Acesso em: 29/07/2018. Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/cursos/mestrados-em-direito-e-ciencia-juridica-2/>»

<sup>149</sup>FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. **Doutoramento**. Acesso em: 29/07/2018. Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/cursos/doutoramento-2/#1481121776177-5d8f0886-4596>»

créditos ECTS. Diferentemente da irmã da capital, a FDUC oferece apenas o regime temporal diurno do curso.<sup>150</sup>

Acerca da Licenciatura em Direito, a Faculdade de Coimbra refere que:

O primeiro ciclo de estudos está organizado de modo a fornecer aos estudantes uma visão completa sobre os instrumentos básicos que podem ser utilizados no exercício das profissões Jurídicas. As disciplinas estão organizadas por forma a permitir uma progressão de aquisição de conhecimentos, por cada aluno-desde as disciplinas introdutórias até aquelas mais complexas, que pressupõem conhecimentos já adquiridos. Os instrumentos Jurídicos são apresentados em exposições teóricas preliminares (nas vulgarmente designadas por aulas teóricas) com o objetivo de esclarecer o “estado das questões”, os problemas explícitos e implícitos, os modos possíveis de solução e as tendências de evolução doutrinal e jurisprudencial. O trabalho prático subsequente (nas vulgarmente designadas por aulas práticas) dará oportunidade de confrontar os conhecimentos com problemas de treinar a argumentação técnica, de avaliar alternativas, de justificar e comunicar soluções. Pretende-se, com estes dois tipos de abordagem dos conhecimentos Jurídicos, uma complementaridade e unidade das metodologias de ensino e aquisição de competências.<sup>151</sup>

Especificamente sobre a constituição do curso de Direito, temos que cada ano perfaz um total de 60 ECTS, possuindo aulas em regime integral. O primeiro ano constante do plano de estudos atual apresenta-se com as seguintes unidades curriculares: Direito Constitucional I; Direito Internacional Público I; Direito Romano; Economia Política I; Introdução ao Direito I, no primeiro semestre. Já no segundo semestre: Direito Constitucional II; Economia Política II; História do Direito Português; e Introdução ao Direito II. No segundo ano do curso são lecionados, no seu primeiro semestre: Direito Administrativo I; Direito da União Europeia I; Direito do Trabalho I; Finanças Públicas I; e Teoria Geral do Direito Civil I. No segundo semestre: Direito Administrativo II; Direito Fiscal I; Direito da

---

<sup>150</sup>FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Licenciatura.**, Acesso em: 29/07/2018. Disponível em: «<https://apps.uc.pt/courses/pt/course/1556/2015-2016>»

<sup>151</sup>Ibid., Acesso em: 29/07/2018. Disponível em: «<https://apps.uc.pt/courses/pt/course/1556/2015-2016>»

União Europeia II; e Teoria Geral do Direito Civil II. O penúltimo ano da Licenciatura é composto pelas disciplinas de: Direito Administrativo III; Direito Penal I; Direito Processual Civil I; Direito da Família e dos Menores; e Direito das Obrigações I. Subsequentemente, seu segundo semestre é ofertado nos seguintes moldes: Direito Penal II; Direito Processual Civil II; Direito das Coisas e Direito das Obrigações II. Por fim, o último ano do curso de Direito, em Coimbra, mostra-se composto, no primeiro semestre, por: Direito Comercial I; Direito Internacional Privado; Direito Penal III; Medicina Legal; Metodologia do Direito; e Organização Judiciária. O semestre final possui as unidades curriculares de: Direito Comercial II; Direito Patrimonial da Família e Sucessões; Direito Processual Civil III (Processo Executivo); e Direito Processual Penal. Outrossim, há ainda uma boa lista de unidades curriculares optativas, distribuídas como uma opção por ano. São elas: Direito Internacional Público II; Inglês Jurídico I; Introdução ao Pensamento Jurídico Contemporâneo; Alemão Jurídico; Direito do Trabalho II; Finanças Públicas II; Inglês Jurídico II; Direito Fiscal II; Contratos Cíveis; Contratos Públicos; Direito Internacional Privado II; Direito dos Registos e do Notariado; Direitos Reais II; Contratos Cíveis; e, finalmente, Contratos Públicos.<sup>152</sup>

O ensino jurídico proporcionado pela FDUC estende-se também ao segundo ciclo de estudos em Direito. Aliás, da mesma forma que acontece na Escola da capital, como clara consequência do Processo de Bolonha, existe a divisão entre Mestrados Científicos e Mestrado em Ciências Jurídico Forenses. A versão científica possui uma duração de 4 semestres e 120 ECTS, já a vertente de “Ciências Jurídico-Forenses”, 3 semestres e 90 ECTS, apresentando novamente a ideia de complemento ao primeiro ciclo. No Mestrado Científico existem sete áreas de especialização que se subdividem em 13 especialidades, naquela Casa denominadas “Menções”.<sup>153</sup>

---

<sup>152</sup>FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Licenciatura em Direito. Plano de Estudos.** Acesso em: 29/07/2018. Disponível em: «[https://apps.uc.pt/courses/PT/programme/1556/2015-2016?id\\_branch=2361](https://apps.uc.pt/courses/PT/programme/1556/2015-2016?id_branch=2361)»

<sup>153</sup>FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **2º Ciclo de Estudos em Direito. Mestrado.** Acesso em: 29/07/2018. Disponível em: «[https://www.uc.pt/fduc/cursos/2ciclo\\_direito](https://www.uc.pt/fduc/cursos/2ciclo_direito)»

Já o terceiro ciclo de estudos em Direito, proposto pela Universidade de Coimbra consiste no “Curso Geral de Doutoramento. Desafios sociais, incerteza e direito” e no “Doutoramento em Direito Público”, que decorrem num percurso de 4 a 5 anos e totalizam de 240 a 300 ECTS.<sup>154</sup>

Assim sendo, verificou-se como é a oferta formativa das duas maiores Faculdades de Direito de Portugal e, por consequência, percebe-se satisfatoriamente como é realizado, ou, ao menos, como é proposto o ensino jurídico lusitano.

Ao realizar-se um exame sobre os planos de estudos dos três ciclos do ensino jurídico, de ambas Instituições, percebeu-se que, via de regra, mesmo que utilizem nomenclatura diferenciada, possuem uma estrutura parecida, nomeadamente nas unidades curriculares elegidas para a Licenciatura em Direito e, no que se refere às consequências advindas do Processo de Bolonha, nomeadamente a separação dos mestrados em vertentes científicas e práticas.

Por fim, nesta importante análise comparativa das supracitadas Casa, com o fito de se entender os parâmetros e moldes da oferta jurídico-educativa portuguesa, constatou-se que o rigor científico está presente e aliado com uma intensa preocupação na modernização e obtenção de ótimos patamares a nível de saídas profissionais para o alunado.

Superadas estas marcantes questões, deve-se ainda fazer uma menção aos órgãos de controle do ensino superior desenvolvido em Portugal. Diferentemente do que fora demonstrado no ensino superior brasileiro, as entidades que realizam este trabalho no país luso não desenvolvem um labor tão delimitador, estabelecendo padrões mínimos ou máximos das estruturas curriculares dos cursos. No entanto, realizam um trabalho de controle de qualidade, de forma sinérgica com as instituições de ensino, buscando a manutenção ou ainda a melhora no nível de ensino de modo geral.

Pode-se iniciar esta enumeração com a Direção-Geral do Ensino Superior - DGES, que trata-se de um serviço central do Ministério da Ciência, Tecnologia

---

<sup>154</sup>FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Curso Geral de Doutoramento.**, Acesso em: 29/07/2018. Disponível em: «<http://www.uc.pt/fduc/cursogeraldoutoramento/index>»

e Ensino Superior de Portugal. É regrada pelo Decreto Regulamentar n.º 20/2012 e pelas portarias 143/2012, 8353/2012 e 9199/2012.<sup>155</sup>

Tem por missão “assegurar a conceção, a execução e a coordenação das políticas que, no âmbito do ensino superior, cabem àquele ministério.” e preza por ações de cooperação; ética; abertura, fomentando o diálogo e o respeito à diversidade; e de consistência, atuando com afinco na produção de informação e acompanhamento do ensino superior português. Além disso, ainda presta apoio diretamente aos estudantes, através de bolsas, financiamento estudantil e outras frentes.<sup>156</sup>

Dentre as principais atividades da DGES, sob à ótica do objeto deste trabalho, ou seja, a análise do ensino jurídico contemporâneo, podem-se destacar três, presentes no Decreto Regulamentar nº20/2012:

Artigo 2.º Missão e atribuições. 2 — A DGES prossegue as seguintes atribuições: a) Apoiar o membro do Governo responsável pela área do ensino superior na definição das políticas para o sector, nomeadamente nas vertentes da definição e da organização da rede de instituições de ensino superior, do acesso e do ingresso no ensino superior e da acção social, bem como preparar e executar, sem prejuízo da autonomia das instituições de ensino superior, as decisões que cumpre àquele membro do Governo adoptar; [...] c) Coordenar as acções relativas ao acesso e ao ingresso no ensino superior; [...] f) Proceder ao registo dos ciclos de estudos de ensino superior e dos cursos de especialização tecnológica; [...] <sup>157</sup>

Ora, verifica-se que três aspectos bastante relevantes do ensino superior, inclusive do ensino jurídico e, que podem impactar diretamente na sua qualidade, são geridos pela DGES, quais seja, conforme colacionado pela legislação supracitada: respeitar a autonomia de cada instituição de ensino superior;

<sup>155</sup>PORTUGAL. Direção-geral do Ensino Superior. **Institucional**. Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: « <https://www.dges.gov.pt/pt/content/dges-pt>»

<sup>156</sup>Ibid., Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: « <https://www.dges.gov.pt/pt/content/dges-pt>»

<sup>157</sup>PORTUGAL. Decreto Regulamentar n.º 20/2012. **Ministério da Educação e Ciência**. Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «[https://wwwcdn.dges.gov.pt/sites/default/files/decreto\\_regulamentar\\_n.o\\_20\\_2012\\_de\\_7\\_de\\_fevereiro.pdf](https://wwwcdn.dges.gov.pt/sites/default/files/decreto_regulamentar_n.o_20_2012_de_7_de_fevereiro.pdf)»

administrar o procedimento de ingresso ao curso superior; e registrar legalmente os ciclos de estudos que compõe a oferta de cada Faculdade.

Outra estrutura que merece comentário é a Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior – A3ES. Criada pelo Estado Português, tem a função de avaliar e acreditar as instituições do ensino superior bem como seus ciclos de estudos, visando a garantia da qualidade do ensino universitário em Portugal. Em consonância com a Leis N.º 49/2005, 38/2007 e 62/2007, assim como o Decreto-Lei N.º 74/2006, já citados, foi instituída pelo Decreto-Lei N.º 369/2007.<sup>158</sup>

Dessa forma, realiza uma espécie de controle de qualidade dos cursos que estão sendo oferecidos, e, inclusive, do curso de Direito ofertado pelas instituições portuguesas de ensino superior, sendo um fator determinante para o sucesso do processo de ensino-aprendizagem.

Assim sendo, uma vez analisados todos os pormenores do ensino jurídico português, desde seu enquadramento legal até as estruturas curriculares dos três ciclos de estudo ofertados pelas duas maiores, e detentoras de grande parcela do número total de alunos, a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, considera-se concluído este exame estrutural, legal, social e acadêmico acerca do ensino do Direito em Portugal.

---

<sup>158</sup>PORTUGAL. Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. **Enquadramento Legal.** Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «<http://www.a3es.pt/pt/o-que-e-a3es/enquadramento-legal>»



#### 4. PROBLEMAS SIGNIFICATIVOS DO ENSINO JURÍDICO

Em que pese existir uma grande proximidade entre os ensinos jurídicos português e brasileiro, por características comuns de cunho histórico, político, linguístico e cultural, há algumas problemáticas que são especificamente encontradas apenas em um lado de cada vez.

Desse modo, por uma opção de estruturação, discorrer-se-á inicialmente sobre os problemas que concernem tipicamente à realidade brasileira e, seguidamente, os distúrbios sediados no cenário lusitano, para, somente depois, fazer-se uma análise da maior parte dos problemas significativos do ensino jurídico comum à contemporaneidade luso-brasileira.

##### 4.1 A realidade brasileira e suas consequências

Há de se ter em conta que a realidade brasileira do ensino do Direito possui algumas características bastante singulares, encontradas exclusivamente naquele ponto do globo.

A mercantilização da educação atingiu um nível jamais imaginado, universidades organizadas e geridas como empresas acabaram por dominar o ensino superior brasileiro. No Direito o panorama é ainda mais grave.

Como já referido no presente trabalho, no ano de 2010 foi divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça que o Brasil detinha 1.240 Faculdades de Direito, mais do que o resto do mundo inteiro, que somou 1.100 cursos. A Ordem dos advogados do Brasil, como também já fora dito, recomendou, através de seu senso, menos de dez por cento destes cursos. Na pós-graduação, em 2011, existiam 4.469 mestrados e 1.590 doutorandos em Direito.<sup>159</sup>

Vale a pena tentar se perceber o motivo deste tão grande apreço da sociedade brasileira pelo curso jurídico. Muitos autores apontam que o motivo basilar desta grande procura é a vinculação do curso com a possibilidade de clara e fácil

---

<sup>159</sup>JÚNIOR, José Levi Mello do Amaral. **Ensino do Direito e Profissões Forenses no Contexto do Processo de Bolonha**. In III Congresso do Direito de Língua Portuguesa. GOUVEIA, Jorge Bacelar. HENRIQUES, Henrique José. ESPADA, Gildo. COUTINHO, Francisco Pereira. Organização. Coimbra: Almedina, 2014. p.268.

ascensão social. Relacionado basicamente com as profissões públicas, cujo ingresso é, via de regra, o concurso público, e as remunerações são elevadas no contexto social pátrio, o bacharelado em Direito é constante opção. Entretanto, a noção de facilidade é falsa. A realidade é terrível, composta por concursos públicos de concorrência exponencial e por recorrentes reprovações e falhanços, oriundos nomeadamente de uma má formação.<sup>160</sup>

É importante recordar que, como já discorrido no recorte histórico realizado preliminarmente, há uma forte herança do movimento da “fábrica de bacharéis”, responsável por, no decorrer dos séculos XIX e XX, formar uma grande quantidade de profissionais que viriam a ocupar os carentes quadros do serviço público e da Justiça, atuando nas esferas públicas ou privadas.

Entretanto, não há mercado que suporte tamanho inchaço. A quantidade de graduados em Direito todos os anos supera, e muito, o número de vagas de profissões jurídicas. A realidade é alarmante, resultado de um grande número de juristas muito mal preparados no decorrer de sua formação acadêmica, e de um montante exorbitante de “produtos expressos” da “fábrica de bacharéis”.

Existe também um outro problema que, mesmo tendo um grau de importância significativamente menor que o primeiro, ainda pode ser caracterizado como um grande prestador de desserviço ao ensino jurídico brasileiro. Trata-se da realização do estágio obrigatório, pelos acadêmicos do curso.

Como já demonstrado neste estudo, o estágio profissional é requisito obrigatório no ensino jurídico brasileiro, com previsão na Resolução 29 de setembro de 2004, do CNE/CES do Ministério da Educação.

Em teoria, não se duvida que o estágio possui função essencial para o desenvolvimento do estudante de Direito, permite que o acadêmico pratique o que lhe fora lecionado e faça a ambicionada junção da teoria e da prática.<sup>161</sup>

---

<sup>160</sup>Ibid., p.268.

<sup>161</sup>CRUZ, Elisa Pires da. SENA, Jaqueline Santa Brígida. BLOTTA, Vitor Souza Lima. LEVY, Wilson. **180 anos de ensino do direito no Brasil - Olhares e perspectivas discentes**. In 180 anos do ensino jurídico no Brasil. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Millennium Editora, 2007. p.224.

Segundo Bittar, sobre os estágios profissionais: “[...] Dessa forma, fazer da prática engajada do Direito um item do preparo do profissional do Direito é algo de grande importância, em face dos desafios que a prática antepõe ao operador do Direito.”.<sup>162</sup>

Todavia, o que se passa fatidicamente é algo bem diverso. Verifica-se um estágio repleto de atividades laborais não intelectuais, repletas de burocracias e atividades simples de caráter administrativo, que nada tem a ver com o Direito. Assim sendo, na prática, os estagiários acabam por realizar fotocópias, impressões, protocolos, transportes de autos processuais, acompanhamento de audiências, pagamento de contas bancárias, entre outros muitos serviços não jurídicos. É, resumidamente e infelizmente, uma perda de tempo dos estudantes.<sup>163</sup>

E mesmo dentro das Universidades, mesmo quando do exercício das disciplinas de estágio supervisionado, em que os acadêmicos redigem peças processuais, que são posteriormente corrigidas por um professor, há via de regra uma pré-indicação de que linha seguir e exatamente o que fazer, meio que, de forma alguma, desenvolve o raciocínio do alunado.<sup>164</sup>

Por último, no tocante à realidade brasileira, ainda há de se falar do Exame de Ordem, uma espécie de exame promovido pela Ordem dos Advogados do Brasil e que é requisito formal para registro junto ao quadro do órgão de classe e, conseqüentemente, para o exercício da profissão de advogado em território brasileiro. Regulamentado pelo artigo 8º, VI da Lei Nº 8.906/94 e pelo

---

<sup>162</sup>BITTAR, Eduardo. **O direito na pós-modernidade**. São Paulo: Editora Atlas, 2005. p.147.

<sup>163</sup>CRUZ, Elisa Pires da. SENA, Jaqueline Santa Brígida. BLOTTA, Vitor Souza Lima. LEVY, Wilson. op. cit., p.227.

<sup>164</sup>Ibid., p.227.

Provimento Nº 109/2005 do Conselho Federal da OAB, possui caráter obrigatório.<sup>165</sup>

Ressalta-se que não se trata de um exame aplicado às demais profissões jurídicas, não sendo um concurso público, mas sim uma avaliação individual dos candidatos sem estabelecimento de número máximo de vagas.<sup>166</sup>

O referido Exame apresenta-se também como uma forma de controle exercido pela OAB, visto que, em que pese a Comissão de Ensino Jurídico desta organização esteja sendo bastante rigorosa em seus pareceres acerca da criação de novos cursos jurídicos no Brasil, não possui força vinculativa, permitindo que o Ministério da Educação seja mais brando e, por questões diversas, permita o crescimento exacerbado de Faculdades de Direito. Assim sendo, o Exame de Ordem: “é utilizado como um filtro necessário para evitar que bacharéis em Direito com qualificação técnica deficiente exerçam a advocacia. Não pode tão relevante *munus* público ser confiado a pessoas despreparadas.”<sup>167</sup>

Todavia, mesmo parecendo, de fato, ser necessária esta iniciativa de avaliação e seleção dos profissionais com nível de qualificação aceitável, sabendo-se que o mercado de trabalho para o jurista, nomeadamente para o advogado, observado todo o contexto exposto de excesso de oferta formativa de cursos jurídicos, há de se pontuar alguns graves efeitos colaterais originados.

Até algumas décadas atrás, as Faculdades de Direito brasileiras não tinham como objetivo a formação de advogados, sendo seu alvo o preenchimento de quadros “para a alta burocracia do Estado brasileiro emergente”. Posteriormente,

---

<sup>165</sup>TAUFNER, Domingos Augusto. **O ensino jurídico e o exame de ordem**. In Ensino jurídico e pedagogia: em busca de novos saberes. FRANCISCHETTO, Gilsiene Passon. Organização. Curitiba: Editora CRV, 2010. p.146.

<sup>166</sup>LÔBO, Paulo Luiz Neto. **Comentários ao novo estatuto da advocacia e da OAB**. Brasília: Brasília Jurídica, 1994, p.65.

<sup>167</sup>TAUFNER, Domingos Augusto. op. cit., p.147.

passaram a ofertar uma “formação generalista, de “cultura geral”, a fim de permitir uma ascensão social ou melhores salários aos seus alunos.<sup>168</sup>

Porém, com o advento do Exame de Ordem, do popular senso que comina com o oferecimento de um selo de recomendação às boas Faculdades, àquelas que aprovam grande parte de seus estudantes e egressos no falado Exame, por parte da Ordem dos Advogados do Brasil, está se passando um fenômeno de modificação das preocupações acadêmicas e estratégicas do cursos de Direito.

Devido à grande valorização desses dados por parte dos jovens estudantes de ensino médio (o ensino secundário de Portugal) e de suas famílias, bem como a vasta exploração publicitária deste “Selo OAB Recomenda”, muitas Escolas jurídicas vêm modificando substancialmente seus planos de estudo de graduação, instituindo disciplinas de “prática jurídica com foco no Exame de Ordem” bem como modificando boa parte de seus sistemas avaliativos, adequando-os aos moldes da referida prova, por meio de questões de múltipla escolha e peças processuais, por exemplo.

Na prática, o resultado que está sobre a mesa é um ensino ainda mais tecnicista do que, por diversos outros motivos que serão vistos oportunamente adiante, já estava sendo cada vez mais comum no estudo jurídico. Uma formação ética e reflexiva relevante fica crescentemente de lado, neste novo panorama.

São estes três pontos particulares da realidade brasileira do ensino jurídico, de dimensões e características absolutamente diferentes, mas que por sua vez não se verificam, ao menos não nesses moldes, no ensino jurídico português. Feita essa explicação, partir-se-á para a verificação das situações problemáticas exclusivamente pertencentes ao sistema de ensino do Direito em Portugal.

---

<sup>168</sup>AGUIAR, Roberto A. R. de. **A crise da advocacia no Brasil: diagnóstico e perspectivas**. 3ª ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1999. p.152.

## 4.2 O ensino do Direito em Portugal e seus distúrbios característicos

Também imperam em Portugal algumas críticas em relação ao excesso de oferta de vagas e consequentemente a um número maior do que o indicado de licenciados em Direito.

Conforme elucida Menezes Leitão, existe uma facilitação na abertura dos cursos de Direito, por parte da regulação estatal e em prol das instituições de ensino, originando um forte estímulo à proliferação de Faculdades, baseadas na ideia de que “para lançar uma nova licenciatura em direito, basta investir em publicidade”, e resultando em uma vasta gama de ensinos jurídicos de baixa qualidade. Ademais, ressalta que, mesmo perante a saídas profissionais bastante reduzidas e um mercado de trabalho forense deveras complicado, a procura e a popularidade do curso de Direito mantêm-se altas e constantes.<sup>169</sup>

Portugal também apresenta uma oferta de vagas superior ao que poderia ser considerado adequado, de modo que o montante total disponível deveria ser melhor regulado pelas entidades competentes, para que pudesse atender as necessidades portuguesas de forma mais pontual.<sup>170</sup>

Todavia, mesmo possuindo algumas semelhanças com a situação brasileira, previamente narrada, não se pode sequer comparar os casos no que se refere a questões de quantidade. A oferta do curso de Direito no Brasil é *sui generis*, completamente anômala e desregulada.

Feita essa ressalva, parte-se para a verificação de um problema considerável, algo que efetivamente afetou o ensino jurídico luso: o Processo de Bolonha.

Mesmo tendo sido concebido e pensado com intuito de ser um grande marco para o bem da educação europeia, como descreve Barbas Homem, para “dar corpo ao desejo de constituir um espaço europeu do ensino superior assente no

---

<sup>169</sup>MENEZES LEITÃO, Luís Manuel Teles. **O ensino do Direito e o acesso às profissões jurídicas**. In O debate da Justiça: Estudos sobre a crise da Justiça em Portugal. GOUVEIA, Jorge Bacelar. BARBAS HOMEM, António Pedro. Organização. Lisboa: Vislis Editores, 2001. p.77.

<sup>170</sup>TEIXEIRA, Glória. **O ensino do Direito em Portugal**. Acesso em: 05/09/2018. Disponível em: «<https://www.portoeditora.pt/sites/ensino-direito-portugal/>»

reconhecimento mútuo das qualificações e dos graus atribuídos pelas instituições de ensino superior e na mobilidade dos seus docentes e estudantes.”<sup>171</sup>, na realidade prática existiram também outros resultados menos felizes.

O primeiro, mais simples e mais aparente problema herdado da instauração do referido processo foi a redução da carga horária do curso de Licenciatura em Direito de cinco para quatro anos. Acerca desta temática, refere Fausto de Quadros: “[...] particularmente após a limitação de tempo trazida à licenciatura com o regime de Bolonha, tem-se de seleccionar, como obrigatórias, as disciplinas básicas [...]”.<sup>172</sup>

A eminente necessidade de reestruturação curricular do curso de Direito, com a obrigatoriedade de restrição da oferta de cadeiras, que resultava claramente no “estudar menos matéria”, foi um dos grandes desafios impostos. Eleger o que, nesta nova realidade, deixava de ser tão importante e, o que era de fato imprescindível, fora uma árdua tarefa para os Conselhos Científicos das Escolas, que, por mais que fossem geniais, não poderiam solucionar o problema da redução temporal do curso.

Além disso, muitos foram os que falaram numa possível conjuntura de intenções ocultas, provenientes da Declaração, e com aso na preocupação dos estados subscritores em reduzir os custos com o ensino superior, nas instituições públicas, através da diminuição temporal dos cursos ofertados, estabelecendo a ligação deste novo padrão com a tão discutida pauta da profissionalização e das saídas profissionais.<sup>173</sup>

Todavia, não fora apenas esta a consequência do Regime de Bolonha. Uma reforma essencialmente tecnicista do ensino superior não se encaixou adequadamente nos padrões e nas ambições idealizadas pelo curso de Direito.

---

<sup>171</sup>BARBAS HOMEM, 2007, op. cit., p.20.

<sup>172</sup>QUADROS, Fausto de. **Como ensinar Direito em Portugal no século XXI? Algumas reflexões.** In Estudos Comemorativos dos 10 anos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa: Volume II. AMARAL, Diogo Freitas do. ALMEIDA, Carlos Ferreira. ALMEIDA, Marta Tavares. Organização. Coimbra: Almedina, 2008. p.882.

<sup>173</sup>BARBAS HOMEM, 2007, op. cit., p.22.

Como ver-se-á à frente, o privilégio excessivo da técnica e da forma é um dos maiores defeitos do ensino jurídico hodierno.

Nessa toada, refere Barbas Homem:

Reformas tecnocráticas, como a que está em cima da mesa, marcadas por uma estranha engenharia de números [...] em nada vão contribuir para um processo que deve assentar na avaliação de qualidade do ensino actualmente ministrado, na especificidade de cada área do conhecimento e em estudos prospectivos das reformas a induzir.<sup>174</sup>

Este importante pormenor, atinente ao funcionamento específico de cada área do conhecimento, não fora devidamente observado quando da instauração do Processo de Bolonha.

Na realidade portuguesa, a “simplificação excessiva” do ensino do Direito, proposta pelo Regime em comento, não trouxe benefícios unificadores ou que promovam maior dinamismo e intercambio entre estudantes europeus. O fato de um ciclo inicial de estudos de três ou quatro anos ser suficiente para alguma outra área do conhecimento, com outras propriedades e componentes, não estende essa possibilidade para o curso jurídico.<sup>175</sup>

Uma genial frase, que descreve com propriedade esta problemática, diz que: “Tratar de modo igual o que é diferente seria minorizar as instituições e os seus agentes e deitar por terra tradições culturais e científicas cuja manutenção ou eventual alteração só pode ser concluída mediante um processo de avaliação do ensino e da investigação.”<sup>176</sup>

Assim, percebe-se que o Processo de Bolonha, apesar de completamente, tanto legislativa quanto praticamente, instalado, mesmo que após muita resistência

---

<sup>174</sup>Ibid., p.22.

<sup>175</sup>Ibid., p.22.

<sup>176</sup>Ibid., p.22.



das Escolas, nomeadamente às referências de Direito, ainda traz muitas incertezas para o futuro universitário europeu.

As tentativas de melhoria nem sempre são bem sucedidas e, em muitas ocasiões, podem originar problemas colaterais, que por seu turno sequer haviam sido previstos.

A redução temporal dos cursos de Direito é o mais visível e imediato problema, e trouxe, de fato, dificuldades para o estabelecimento de um novo plano de estudos capaz de abranger todas as disciplinas relevantes para uma formação minimamente adequada dos juristas.

Entretanto, a lecionação do Direito de forma exacerbadamente técnica bem como a vinculação necessária do curso universitário com as saídas profissionais bem-sucedidas e instantâneas, potencializadas por pesquisas e índices de empregabilidade, foram consequências observadas, não previstas, e gravíssimas para o ensino jurídico português. Estas, por sua vez, serão exhaustivamente analisadas a seguir.

### **4.3 Situações problemáticas vislumbradas em ambos sistemas de ensino**

Visto que os problemas específicos de cada sistema foram recordados individualmente no início deste capítulo, pode-se, neste momento, seguir-se para a verificação dos problemas comuns aos sistemas de ensino jurídicos de ambos países.

Da vasta lista de situações problemáticas que serão elencadas neste texto, pode se iniciar com este que é, direta e indiretamente, precursor de tantos outros: o insucesso escolar das sociedades ocidentais. Assim o é, pois acaba influenciando toda a cadeia de problemas do ensino jurídico.

Não se trata de um problema exclusivamente português ou brasileiro, sendo que, entre os dois panoramas também há significativo hiato, mas sim de um distúrbio que afeta diversos países do ocidente. Verifica-se que os jovens, ao chegar ao ensino superior, apresentam uma “formação humana progressivamente mais defeituosa” e que “a generalização do acesso ao ensino acresce a este resultado negativo”.<sup>177</sup>

Desse modo, o ensino universitário já parte prejudicado. Com o ensino jurídico a situação é semelhante, ou melhor, a situação pode ser considerada ainda pior, verificada a imensa procura e a significativa quantidade de vagas ofertadas, o que potencializa estes maus efeitos.

Outrossim, há de se falar, inevitavelmente, do baixo investimento na Educação. Em uma análise teleológica breve, todos, sem exceção, poderiam ser evitados com investimentos pontuais e melhorias implementadas.

Em Portugal, há um processo continuado e progressivo de desinvestimento, em todo ensino superior, que tem por consequência primeira a necessidade de que as instituições de ensino público, curvem-se a financiamentos de cunho privado, para garantir o funcionamento de suas atividades. Esta carência financeira coloca a ideia de independência e autonomia das universidades em cheque.<sup>178</sup>

---

<sup>177</sup>BARBAS HOMEM, 2007, op. cit., p.25.

<sup>178</sup>VERA-CRUZ PINTO, Eduardo. op. cit., p.18.

Mesmo após os ideais pregadas pela Declaração de Bolonha e pela reflexão promovida por outras iniciativas internacionais que caminharam nesta linha, de maior investimento na educação, de modo geral, pelos países subscritores, Portugal, na presente referência, a realidade fática continuou diversa. O caso português aponta investimentos nas universidades inferiores a cinco por cento do PIB nacional, sendo grande parte deste valor proveniente da iniciativa privada.<sup>179</sup>

Ainda nesta linha, assevera Eduardo Vera-Cruz Pinto que não há a devida preocupação com a Universidade, existindo um: “imenso desfasamento entre a virtualidade do legislado e a realidade actual do ensino superior do Direito: as exigências colocadas aos docentes na garantia de qualidade do ensino não se podem realizar em instituições subfinanciadas” e arremata afirmando que “os alunos chegam à universidade em estado grave de iletracia”.<sup>180</sup>

No Brasil, em que pese ter ocorrido um considerável desenvolvimento econômico, o sistema educacional passou a leste, estando carente de investimentos, descuidado no que tange ao ensino de forma genérica, em relação aos professores, alunos e com as próprias instituições.<sup>181</sup>

É eminente a necessidade de implantação de uma política educacional com gestão adequada e reta, com intuito de se promover um “ensino emancipatório” que fomente o “discente na preparação do conhecimento de uma forma geral” sendo assim uma formação que se atente para a sociedade globalizada do século XXI, mas que seja ágil e coerente com o bem comum social.<sup>182</sup>

---

<sup>179</sup>BARBAS HOMEM, 2007, op. cit., p.23.

<sup>180</sup>VERA-CRUZ PINTO, Eduardo. op. cit., p.19.

<sup>181</sup>LEISTER, Margareth Anne. TREVISAM, Elisaide. **A necessidade da transversalidade no ensino jurídico para uma efetiva contribuição do jurista no desenvolvimento da sociedade: Um olhar segundo reflexões de Edgar Morin.** In Ensino do Direito em Debate: Reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente. GHIRARDI, José Garcez. FEBERBAUM, Marina. Organização. São Paulo: Direito GV. 2013. p.47.

<sup>182</sup>Ibid., p.49.

O panorama pré-universidade, anterior às situações que ocorrem “dentro” do curso de Direito, é, de fato, alarmante. Entretanto, existem ainda diversas questões internas e posteriores que merecem comentário.

Um dos maiores problemas do ensino jurídico contemporâneo, senão o maior, é a distorção e aplicação cega do positivismo jurídico, rodeado e amarrado pelo legalismo formal.

Neste caso, refere-se ao positivismo, sob a ótica da interpretação, daquele que privilegia o sentido literal da norma, proveniente da “subsunção dedutivista”, e que faz com que o operador do Direito, ou que neste momento ainda acadêmico, se contente com a aplicação da norma nos moldes da Escola da Exegese, da França do século XIX, ou ainda do Pandectismo, da Alemanha do mesmo tempo. É o sistema que aplica a norma de forma “mecânica e sem criatividade”.<sup>183</sup>

Constata-se que, por tradição, em ambos sistemas de ensino jurídico, o Direito sempre fora ensinado de forma que as disciplinas dogmáticas estivessem em destaque. Mesmo posteriormente, quando no decorrer da evolução da ciência jurídica se introduziram disciplinas de cunho zetético, tais matérias foram introjetadas de maneira despreocupada e individualizada, sem maior relação e articulação com as dogmáticas, gerando uma situação de hierarquização e priorização das cadeiras positivistas.<sup>184</sup>

Nesta linha, Lenio Streck pondera que:

O positivismo ainda é a regra, calcado, de um lado, em um objetivismo que não diferencia texto e norma e, de outro, em um subjetivismo que ignora os limites semânticos do texto jurídico (portanto, desconfie-se tanto do professor que diz que a lei contém um sentido em si mesmo como aquele que, pensando ser crítico, diz para os alunos: “a lei não importa muito, pois ela

---

<sup>183</sup>FILHO, Roberto Freitas. **As normas abertas e o método do ensino jurídico**. In Ensino do Direito em Debate: Reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente. GHIRARDI, José Garcez. FEBERBAUM, Marina. Organização. São Paulo: Direito GV. 2013. p.74.

<sup>184</sup>ALMEIDA, Frederico de. SOUZA, André Lucas Delgado. CAMARGO, Sarah Bria de. **Direito e realidade: desafios para o ensino jurídico**. In Ensino do Direito em Debate: Reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente. GHIRARDI, José Garcez. FEBERBAUM, Marina. Organização. São Paulo: Direito GV. 2013. p.20.

é apenas a ponta do iceberg...” – os dois são positivistas). A dogmática jurídica trabalhada em sala de aula (e reproduzida em boa parte dos manuais) considera o direito como sendo uma mera racionalidade instrumental.<sup>185</sup>

Como verificam Martínez e Faria, acerca desta carência de interdisciplinaridade e maior valorização das outras cadeiras componentes da formação humanística do jurista, uma verdadeira implementação deste modo de ensino, nos cursos de Direito atualmente estruturados, praticamente não existe.<sup>186</sup>

No caso brasileiro, apesar de as cadeiras ditas zetéticas terem sido lembradas pela Lei das Diretrizes Curriculares Nacionais e pela Ordem dos Advogados do Brasil, na realização do exame para ingresso na advocacia, o cenário não foi efetivamente alterado. Pode-se dizer que os cursos jurídicos, em sua grande parte, possuem planos de estudos petrificados, obsoletos, de forma que as referidas disciplinas que poderiam trazer uma visão problematizada e aprofundada do Direito, tais quais a Filosofia, Sociologia, Economia, etc., ficam isoladas, não relacionando-se com o restante do curso, fazendo-se uma distinção entre disciplinas jurídicas e não jurídicas.<sup>187</sup>

Como bem sintetiza José Renato Nalini: “As disciplinas são as previsíveis. Direito substancial e Direito processual. Tudo compartimentado, sem diálogo interdisciplinar. Prevalece o dogmatismo positivista em quase todas as Faculdades.”<sup>188</sup>

Em Portugal, mesmo nas Escolas jurídicas de referência, vê-se o mesmo. Por influências diversas, nomeadamente pelo apego excessivo à questão das saídas

---

<sup>185</sup>STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica e ensino jurídico em *terrae brasilis***. In 180 anos do ensino jurídico no Brasil. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Millennium Editora, 2007. p.388.

<sup>186</sup>MARTÍNEZ, Sergio Rodrigo. **Pedagogia Jurídica**. Curitiba: Juruá, 2002. p.39.

<sup>187</sup>ALMEIDA, Frederico de. SOUZA, André Lucas Delgado. CAMARGO, Sarah Bria de. op. cit., p.21.

<sup>188</sup>NALINI, José Renato. **O ensino da justiça (ou a renovação da docência jurídica)**. In 180 anos do ensino jurídico no Brasil. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Millennium Editora, 2007. p.284.

profissionais, como adiante se verá, a situação estrutural do curso de Direito encontra-se mal consolidada.

Destarte, percebe-se a predominância de uma “visão lógico-formal” que dá ao Direito um caráter propriamente de ciência, fazendo com que o estudo da dogmática jurídica, com foco no estudo da forma normativa, desvincule o Direito das disciplinas que o fundamentam, ou ao menos o deveriam fazer, tais quais a Filosofia, Economia, Ciência Política e Sociologia, apenas como alguns exemplos. Utiliza-se, neste modelo de estudo jurídico, nomeadamente o método dedutivo, cuja diretriz principal é a “predominância do estudo do direito positivo, sendo o direito válido apenas o direito estatal, o que redundando na noção de que o direito é uno e monolítico.”<sup>189</sup>

Por assim ser, o posicionamento dos aspectos da legalidade e da validade no topo da lista de relevância daquilo que se é estudado em uma Faculdade de Direito, bem como o panorama das demais disciplinas como imóveis, paradas no tempo e isoladas umas das outras, desconsiderando-se qualquer possibilidade de interdisciplinaridade, tornam o “ator jurídico um aplicador acrítico e não questionador do Direito e das normas.”<sup>190</sup>

O problema metodológico, de caráter puramente legalista, que ainda domina a realidade das Escolas de Direito, condensa a efetivação do Direito em ações de “aplicação dedutiva das normas jurídicas mais imediatamente aplicáveis e interpretadas nos limites autorreferenciais do sistema positivo vigente”. Mesmo que o Direito atualmente vigente não permita a simples aplicação lógico-dedutiva das normas isoladamente, o velho paradigma positivista resiste, verificando-se que, empiricamente, quando se tenta vislumbrar outra possibilidade metodológica, esta resta inferiorizada ou até mesmo afastada.<sup>191</sup>

Este legalismo parece mesmo dominar vigorosamente o modo de pensar dos juristas, bem como a sociedade em que estão inseridos. Eduardo Vera-Cruz

---

<sup>189</sup>FILHO, Roberto Freitas. op. cit., p.74.

<sup>190</sup>Ibid., p.74.

<sup>191</sup>CORTÊS, António. **Para uma Metodologia Jurídica Integral**. In Estudos Dedicados ao Professor Doutor Nuno Espinosa Gomes da Silva: Volume I. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2013. p.40.

descreve esse fenômeno como: “Uma sociedade legalística onde se obedece apenas e só, de forma apática, à norma imposta pelo poder legiferante, que afasta, porque teme, o Direito e os jurisperitos”.<sup>192</sup>

Verifica-se que a vertente Dogmática do Direito não tem o condão de se aprofundar satisfatoriamente nos conflitos que deve regular, exarando um entendimento básico de cada caso e oferecendo uma solução que “silencie os conflitantes”. Difere-se, portanto, da visão das demais vertentes, que buscam problematizar a situação e adentrar a verdadeira “raiz do problema”.<sup>193</sup>

A visão una e egoísta de que o Direito é somente Lei, por razões históricas já percorridas, por motivos culturais também já falados ou até mesmo por uma ignorância científica que assombra os seus operadores, de fato vige e o faz não somente no mercado de trabalho como, infeliz e perigosamente, na Academia.

Destarte, não parece poder ser mais atual e adequada a crítica de Jean Cruet, que apesar de publicada em 1908, parece ter sido moldada como crítica para o momento atual do ensino jurídico. Afirma que: “Vê-se todos os dias a sociedade reformar a lei; nunca se viu a lei reformar a sociedade.”<sup>194</sup>

O Direito é muito mais do que um conjunto de leis. Não se pode mais enxergar o ensino jurídico da mesma forma que se fazia há séculos atrás, bipartido em Faculdade de Cânones e Faculdades de Leis. Se a lei por si só não modifica uma sociedade, como por fato notório não faz, não se pode reduzir o Direito, nem muito menos seu ensino, à análise de códigos e manuais. Esta simplificação retrógrada e tecnicista empobrece a ciência jurídica e a torna cada vez mais incapaz de buscar as melhores soluções para os problemas de determinada sociedade, deixando o Direito justo cada vez mais afastado.

Desde já faz-se a ressalva que não se pensa que as cadeiras de cunho dogmático não são importantes para o Direito. Com certeza são, pois alicerçam

---

<sup>192</sup>VERA-CRUZ PINTO, Eduardo. op. cit., p.12.

<sup>193</sup>ALMEIDA, Frederico de. SOUZA, André Lucas Delgado. CAMARGO, Sarah Bria de. op. cit., p.21.

<sup>194</sup>CRUET, Jean. **A vida do Direito e a Inutilidade das Leis**. Acesso em 01/03/2017. Disponível em: «[https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/26626/A\\_vida\\_direito\\_inutilidade.pdf](https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/26626/A_vida_direito_inutilidade.pdf)»

o Direito Positivo. Todavia, quando isoladas não são capazes de fomentar o senso crítico, a reflexão e o raciocínio do estudante e, posteriormente, do profissional do Direito, fazendo com que estes, em sendo puramente dogmáticos, acabem por se prender excessivamente ao texto da lei.<sup>195</sup>

Todavia, como bem relata António Cortês, o cerne do estudo do Direito, quando é somente o exame da norma, não se vislumbram todas as possibilidades justas que poderiam se ponderar, reduzindo-se as soluções mais adequadas aos problemas jurídicos com que se depara.<sup>196</sup>

Nesta linha, o ensino do Direito desenvolvido atualmente, pode ser conceituado apenas como um acumulador de informações, ou até mesmo um simplificador da realidade, responsável apenas por transmitir a cultura jurídica positiva através de um procedimento didático e pedagógico que consiste basicamente na exposição.<sup>197</sup>

Atrasadamente, ainda é baseado na análise literal da legislação e na leitura rasa da doutrina e jurisprudência, metodologia que não incentiva o debate e nem a observação de realidades diferentes das apresentadas.<sup>198</sup>

Ademais, essa transmissão contínua de conteúdos quase de imutáveis, pode ser justificada pelo intuito primeiro de formar juristas fundamentalmente tecnicistas, mergulhando em um sistema jurídico exclusivamente codificado, que tendem a considerar essa positivação como o espírito do Direito.<sup>199</sup>

---

<sup>195</sup>Ibid., p.20.

<sup>196</sup>CORTÊS, António. op. cit., p.40.

<sup>197</sup>RIBEIRO JÚNIR, J. **A formação pedagógica do professor de direito**. 2. ed. Capinas: Papirus, 2003. p.22.

<sup>198</sup>CRUZ, Elisa Pires da. SENA, Jaqueline Santa Brígida. BLOTTA, Vitor Souza Lima. LEVY, Wilson. **180 anos de ensino do direito no Brasil - Olhares e perspectivas discentes**. In 180 anos do ensino jurídico no Brasil. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Millennium Editora, 2007. p.215.

<sup>199</sup>ALVES, Elizete Lanzoni. **Ensino jurídico como fonte de direito: uma abordagem crítica sobre o espaço universitário**. In 180 anos do ensino jurídico no Brasil. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Millennium Editora, 2007. p.241.



Claramente, refletindo acerca de uma possível caracterização dos profissionais do Direito em sábios e ignorantes, pode-se dizer que um especialista nunca será um ignorante, uma vez que detém vasto conhecimento em determinada parcela da ciência, todavia, não pode ser considerado um sábio, pois desconhece tudo o que foge de sua especialidade.<sup>200</sup>

A Faculdade de Direito está, continua e progressivamente, formando profissionais cada vez mais especializados em alguma parte da ciência jurídica. A consequência primeira desta demasiada especialização é que a percepção aprofundada dos temas gerais do Direito resta prejudicada. Quer dizer, um profissional que se atém cada vez mais às normas e sua interpretação literal, corre o risco de deixar de lado uma série de ponderações extremamente importantes para a resolução justa dos problemas que o Direito tem de regular.

A ciência do Direito é enxergada, neste viés, como “um tipo de produção técnica, destinada apenas a atender às necessidades do profissional (o juiz, o promotor, o advogado) no desempenho imediato de suas funções. Na verdade, nos últimos cem anos, o jurista teórico, pela sua formação universitária, foi sendo conduzido a esse tipo de especialização, fechada e formalista.”<sup>201</sup>

Ainda sobre este pormenor, reforça Vera-Cruz Pinto que:

A especialização requerida (quando não exigida) tecnicizou o Direito e afunilou os saberes suscitando um crescente desinteresse dos “peritos especializados” pelo Direito como um todo, pelas suas problemáticas centrais, pelas componentes teóricas que o estruturam e pelos ramos que não tocam a especialidade que escolheu.<sup>202</sup>

Destarte, percebe-se que as Escolas de Direito têm vindo a licenciar profissionais demasiado práticos, que não possuem a capacidade de compreender

---

<sup>200</sup>BARBAS HOMEM, 2007, op. cit, p.32.

<sup>201</sup>FERRAZ JÚNIOR Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**. São Paulo: Atlas, 1987. p.18.

<sup>202</sup>VERA-CRUZ PINTO, 2012, op.cit. p.15.

corretamente a profundidade verdadeira das situações de problemas jurídicos, situações estas que terão de enfrentar e solucionar.<sup>203</sup>

O tecnicismo exagerado é, sem a menor sombra de dúvidas, um dos males que assola o ensino do Direito tanto no Brasil quanto em Portugal. O movimento de especialização excessiva dos juristas, em que pese promover alguma produção científica, constante atualização e o aprofundamento em determinadas searas jurídicas, promove, em contrapartida, um desconhecimento da teoria geral e das disciplinas propedêuticas que, conforme adiante se verá, detêm importância destacada para o bom funcionamento do Direito.

Cabe tentar perceber quais os motivos pragmáticos desse fenômeno, além dos históricos já demonstrados. Verifica-se que o peso dado às saídas profissionais nas Faculdades de Direito, potencializado pelo poder da publicidade e da cada vez mais constante necessidade de captação de alunos, vez que a quantidade de vagas demonstra-se em crescente constante e já supera em muito o montante adequado, é de fato demasiado.

A transformação das Faculdades de Direito em meros institutos de formação profissional, de caráter demasiadamente abreviado, que beira a irracionalidade, acaba por causar diretamente um afastamento do verdadeiro intuito do Direito, que por seu turno corresponde à busca pela Justiça.<sup>204</sup>

Os alertas foram dados. António Pedro Barbas Homem referiu que: “O ensino universitário não pode confundir-se com a formação profissional”. Em comentários acerca das renovações implementadas pelo Processo de Bolonha, já descrito no presente trabalho, manifestou a preocupação com a correlação do primeiro ciclo de estudos, a Licenciatura no caso português ou a Graduação na ótica brasileira, com a necessária condução ao emprego, distorcendo-se assim, gravemente, a “ideia de universidade” e, subsidiariamente, prejudicando a integração das disciplinas históricas com a sequência do curso.<sup>205</sup>

---

<sup>203</sup>ALMEIDA, Frederico de. SOUZA, André Lucas Delgado. CAMARGO, Sarah Bria de. op. cit., p.21.

<sup>204</sup>VERA-CRUZ PINTO, 2012, op.cit. p.12.

<sup>205</sup>BARBAS HOMEM, 2007, op. cit, p.26.

Vale frisar que de forma alguma questiona-se a importância da empregabilidade e da formação do aluno para o mercado de trabalho. Entretanto, não pode ser este o objetivo principal do ensino do Direito, pois, quando o é, causa um empobrecimento significativo da didática e do universo de aprendizagem do corpo discente.<sup>206</sup>

Esse movimento acaba por criar um ciclo vicioso, quase infindável, responsável pela sintetização excessiva do ensino jurídico. A sistemática apresenta-se com a seguinte sequência: há um vasto número de vagas ofertadas; que proporciona um investimento gigantesco por parte das instituições de ensino em publicidade e divulgação de taxas de empregabilidade, *rankings*, selos e recomendações diversas; que, por sua vez, chega ao cúmulo de modificar profundamente os planos de estudos e os métodos pedagógicos aplicados no curso; que finalmente resulta em uma Faculdade de Direito extremamente positivada, tecnicista e profissionalizante.

Esse movimento incoerente e irracional precisa ser interrompido e modificado. O ensino jurídico deve, urgentemente, reestabelecer sua rota e retomar seus ideais.

Contudo, ainda existem outros problemas relevantes que permeiam a Faculdade de Direito. O conservadorismo de grande parte das Escolas, que culmina sempre com uma travagem à inovação e às possíveis melhorias provenientes dessas iniciativas, é, sem dúvida, um destes.

O referido conservadorismo apresenta-se com múltiplas faces. Inicialmente há aquele proveniente das próprias instituições de ensino que mantém práticas pedagógicas arcaicas, currículos escolares congelados há diversos anos e limitações pré-estabelecidas em relação à atuação dos docentes.

Uma significativa parte das Escolas de Direito apresentam essa postura, não tendo desenvolvido seus projetos de ensino com o decorrer do tempo e nem as técnicas pedagógicas implementadas. Tradições ultrapassadas, baseadas

---

<sup>206</sup>VERA-CRUZ PINTO, 2012, op.cit. p.14.

exclusivamente no dogmatismo e nas aulas expositivas, que ignoram o avanço da ciência jurídica.<sup>207</sup>

Glória Teixeira, docente da Faculdade de Direito da Universidade do Porto, afirma que: “O ensino do Direito em Portugal é conservador e fechado ao exterior.”. E ressalta: “As faculdades de Direito têm também de se modernizar, introduzindo novas disciplinas jurídicas, e eliminar expedientes burocráticos (comuns, é certo, a todo o universo do ensino superior) que fomentam a dependência e a menoridade dos estudantes [...]”.<sup>208</sup>

O pensamento conservador no Direito interfere fortemente na forma em que os obstáculos são enfrentados pelo ensino jurídico hodiernamente. Os acadêmicos ainda estão sendo instruídos sob uma ótica positivista, estruturada sob um modelo normativo hierarquizado, que resulta na incapacidade de resposta aos problemas jurídico-sociais mais substanciais, oriundos do mundo globalizado.<sup>209</sup>

A resultante desta problemática é que o jurista é acometido por um senso teórico comum, que o limita hermeneuticamente, sendo que, nos momentos em que é contrastado com alguma postura inovadora, tende a reagir de forma crítica, manifestando-se negativamente e demonstrando apenas possibilidades pré-estabelecidas. Destarte, a reflexão torna-se sempre superficial, incapaz de atingir os centros das questões. Esse jurista “tradicional”, pertencente a uma “tradição jurídico-social inautêntica” sequer consegue notar essa problemática.<sup>210</sup>

Porém, o conservadorismo institucionalizado, quer dizer, por parte das Faculdades de Direito, pode também ser analisado sob um viés sociológico, conforme sugere António Manuel Hespanha. Refere que a inclusão das

---

<sup>207</sup>SABAINI, Wallace Tesch. **Novos princípios metodológicos para o processo de ensino-aprendizagem do Direito**. In Ensino jurídico e pedagogia: em busca de novos saberes. FRANCISCHETTO, Gilsiene Passon. Organização. Curitiba: Editora CRV, 2010. p.77.

<sup>208</sup>TEIXEIRA, Glória. op. cit. Acesso em: 05/09/2018. Disponível em: «<https://www.portoeditora.pt/sites/ensino-direito-portugal/>»

<sup>209</sup>COSTA, Bárbara Silva. **(Re)Pensando o direito diante de um mundo global: uma reflexão sobre os desafios do ensino jurídico no século XXI**. In 180 anos do ensino jurídico no Brasil. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Millennium Editora, 2007. p. 367.

<sup>210</sup>STRECK, Lenio Luiz. op. cit., p.383.

disciplinas que propõem o estudo dos fatos sociais, recorrendo à análise empírica e social, tais quais a antropologia e a sociologia, entre outras diversas, poderia flexibilizar o estudo das normas, ocupação exclusiva do estudante tradicional de Direito, sendo esta “intromissão no mundo dos valores jurídicos” ainda extremamente inconcebível.<sup>211</sup>

A resistência conservadora é igualmente emanada por alguns professores da antiga Faculdade de Direito. Há, claro, aqueles que estão dispostos a inovar e enxergam aprazivelmente as novas técnicas e possibilidades. Todavia, são muitos os que consideram que, mesmo empiricamente, seu procedimento pessoal de lecionar é eficaz, seguro, e está integralmente adequado, sendo que fora lapidado pelo tempo e, desse modo, não pode ser revisto nem melhorado. Esta parcela do corpo docente tende a reprovar o emprego de possibilidades inovadoras, como um todo.<sup>212</sup>

As consequências dessa barreira à inovação são desde o desestímulo dos alunos no que se refere à motivação ao estudo e à investigação e o bloqueio à interdisciplinaridade do curso, até a moldagem superada do licenciado em Direito, tornando-o um “advogado astuto, juiz dogmático e promotor programado para enxergar o mundo em duas cores, no maniqueísmo do certo e do errado.”<sup>213</sup>

O sentimento de conformismo, tanto da parte discente quanto docente das Faculdades, também acaba por ser um grande fator prejudicial da relação ensino-aprendizagem.

Essa postura pode ser presenciada diariamente nas salas de aula sendo caracterizada pelo eminente desinteresse de alunos e professores pelo momento. Para os alunos fica difícil se manterem atento às aulas monótonas

---

<sup>211</sup>HESPANHA, António Manuel. op. cit., p.14.

<sup>212</sup>MASETTO, Marcos Tarciso. TAVARES, Cristina Zukowsky. **Inovação e a Universidade**. In Ensino do Direito em Debate: Reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente. GHIRARDI, José Garcez. FEBERBAUM, Marina. Organização. São Paulo: Direito GV. 2013. p.33.

<sup>213</sup>CRUZ, Elisa Pires da. SENA, Jaqueline Santa Brígida. BLOTTA, Vitor Souza Lima. LEVY, Wilson. op. cit., p.217.

que costumam tratar de casos fictícios e desconectados com o mundo dos fatos, sendo que possuem um grande conjunto de possibilidades de entretenimento, potencializado pelos aparelhos eletrônicos e pela internet. Já sob a ótica dos professores, a dificuldade progressiva de deter a atenção do alunado bem como despertar seu interesse para as matérias jurídicas. Parece, genericamente, haver uma falta de envolvimento.<sup>214</sup>

Por vezes, o professor de Direito não se apercebe que possui grande relevância na qualidade de determinado curso jurídico, podendo, através de sua atividade, promover grande melhora. Essa “desatenção” provém da falta de uma “identidade docente” que, por sua vez, poderia abrir novos caminhos e possibilidades para o trabalho de ensinar.<sup>215</sup>

Há quem diga que esse comportamento conformista emane das próprias Escolas de Direito, não havendo um empenho necessário em despertar nos estudantes o gosto pela pesquisa e o caminho da iniciação científica, que poderiam ser fatores capazes de reverter essa situação.<sup>216</sup>

Também, pode-se dizer que há uma correlação entre a crise do ensino jurídico e a sua estagnação pedagógica, sendo que “a sua força estática, muito mais que insegurança e intranquilidade, serve ao benefício da acomodação de quem não quer mudança alguma, haja vista a cristalização do modelo pedagógico tradicional no tempo”.<sup>217</sup>

---

<sup>214</sup>PINTO, Henrique Motta. CORRÊA, Luiza Andrade. PINTO, Camila Batista. **O aluno no centro do ensino em Direito: A experiência da escola de formação da SBDP**. In Ensino do Direito em Debate: Reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente. GHIRARDI, José Garcez. FEBERBAUM, Marina. Organização. São Paulo: Direito GV. 2013. p.187.

<sup>215</sup>CARLINI, Angélica. **O professor de direito: perspectivas para a construção de uma identidade docente**. In 180 anos do ensino jurídico no Brasil. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Millennium Editora, 2007. p.323.

<sup>216</sup>CRUZ, Elisa Pires da. SENA, Jaqueline Santa Brígida. BLOTTA, Vitor Souza Lima. LEVY, Wilson. op. cit., p.222.

<sup>217</sup>MARTÍNEZ, Sergio Rodrigo. **Técnicas para a evolução do modelo pedagógico tradicional dos cursos de direito**. In 180 anos do ensino jurídico no Brasil. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Millennium Editora, 2007. p.298.

O panorama do ensino jurídico atual é complexo: a relação professor-aluno está fragilizada; o método de ensino está defasado; não há incentivo à pesquisa como pilar da educação jurídica; falta didatismo por parte de alguns elementos do corpo docente; o prolixo ainda é bem quisto; os alunos são profissionalizados de forma precoce e a Faculdade não é vista como o local destinado ao verdadeiro ensino-aprendizagem do Direito.<sup>218</sup>

O “boicote ao pensamento inovador”, todas as tentativas de repreensão das novas ideias e implementos em prol da evolução do ensino jurídico, são “atitudes ardilosas”, que visam unicamente à manutenção da ordem excludente do Direito.<sup>219</sup>

Pelo visto, se pode perceber que além dos problemas extrínsecos do ensino do Direito, primeiramente mencionados, também deparam-se com diversos problemas intrínsecos, o conservadorismo e o conformismo, já enraizados na cultura jurídica luso-brasileira, são dois importantes destes distúrbios.

Aliás, muitos autores apontam para o fato de não apenas o ensino do Direito estar em crise, mas sim o próprio Direito e a própria Democracia. É relevante procurar perceber os motivos deste alargado momento crítico no campo jurídico e social.

Ao ver de Eduardo Vera-Cruz Pinto, é um cenário grave, de imenso descrédito das próprias instituições judiciárias e seus representantes e forte “insensibilidade para a justiça”, proveniente de uma sociedade que está cada vez mais silente para os problemas enfrentados, que resultam quase sempre em situações de injustiça, mesmo se tratando de uma comunidade composta por muitos graduados em Direito.<sup>220</sup>

Se em outros tempos existia uma crise política proveniente da falta ou da impossibilidade de se exercer a Democracia, hoje, verifica-se que há uma crise democrática originada pela incapacidade de existência de um “sistema de justiça

---

<sup>218</sup>PINTO, Henrique Motta. CORRÊA, Luiza Andrade. PINTO, Camila Batista. op. cit., p.187.

<sup>219</sup>HERKENHOFF, João Baptista. **Para onde vai o Direito? Reflexões sobre o papel do Direito e do jurista**. 3ª Edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2001. p.41.

<sup>220</sup>VERA-CRUZ PINTO, 2012, op.cit. p.20.

consensual” para a maior parte dos cidadãos, quer dizer, ao aumentar a quantidade de ideias e consequentemente de interesses e diferentes valores pessoais, o sistema político está cada vez mais enfraquecido e injusto. Observa-se uma significativa crise da Justiça que, consequentemente, abala a Democracia.<sup>221</sup>

Acerca do assunto, mas sob à ótica brasileira, refere Vicente Barreto, na mesma linha, que a crise da Democracia de do Direito, necessariamente vincula o ensino do Direito. Hodiernamente, não se leciona o Direito de acordo com os princípios da Justiça e com a interdisciplinaridade necessária, mas sim, ensina-se apenas “um conjunto de técnicas de interpretação legal, que nada tem a ver com o fenômeno jurídico”.<sup>222</sup>

Compreende-se ademais, que a crise que afeta o arcaico sistema jurídico vigente está profundamente relacionada com a exaustão das antigas máximas das ciências humanas. Os ultrapassados paradigmas que sustentavam o pensamento humano e a ciência acabaram por mostrarem-se insuficientes para reger os atuais e complexos problemas sociais.<sup>223</sup>

Se o cerne do problema é que o Direito, em todas suas extensões, não está atingindo a Justiça, seu objetivo final, há de se verificar os motivos desse desvio.

António Pedro Barbas Homem, retrata que:

Aquilo que devemos interrogar perante estes elementos normativos e institucionais é o método da justiça, a saber, se estes elementos próprios da situação actual importam uma metodologia específica do decidir justamente. O problema enfrentado é, portanto, não apenas o de conhecer a essência

---

<sup>221</sup>BARBAS HOMEM, António Pedro. **Introdução**. In O debate da Justiça: Estudos sobre a crise da Justiça em Portugal. GOUVEIA, Jorge Bacelar. BARBAS HOMEM, António Pedro. Organização. Lisboa: Vislis Editores, 2001. p.8.

<sup>222</sup>BARRETO, Vicente. **Sete notas sobre o ensino jurídico**. In Encontros da UNB. Brasília: UNB, 1979. p.81.

<sup>223</sup>NALINI, José Renato. op. cit., p.284.



do justo, mas o de conhecer os pressupostos para não decidir de modo injusto.<sup>224</sup>

E é justamente por esse caminho que parece se poder ter uma visão global do problema da crise do ensino jurídico, bem como a Crise do Direito e da Democracia, tanto na realidade portuguesa quanto brasileira.

É nítida a necessidade de mais Justiça e menos Direito, por parte da sociedade. A retórica institucional do sistema jurídico, o trato técnico e axiológico das matérias, elevado ao seu auge, aplicados nesse método lógico-racional das análises fáticas, gera, caso após caso, a realização de injustiças.<sup>225</sup>

Consequentemente, há de se refletir necessariamente sobre o que deve ser ensinado no Curso de Direito. É preciso ensinar leis, interpretação e técnicas? Ou deve-se ensinar justiça?

A primazia do tecnicismo em prejuízo da problematização filosófica dos casos, faz com que os juristas transformem o Direito em uma simples ferramenta de resolução de problemas. Trata-se de um foco demasiado prático e processualista do Direito, que tornou as Faculdades de Direito em oficinas de formação de “profissionais do litígio”.<sup>226</sup>

O desincentivo à reflexão, à interação com a comunidade, à pesquisa e produção científica são traços maléficos que definem o atual panorama do ensino jurídico.<sup>227</sup>

Ademais, há uma interessante análise que coloca a crise do ensino jurídico como resultado de dois momentos possíveis: a formação do jurista e, posteriormente, a aplicação prática do Direito, em sua vertente profissional. Coaduna-se um

---

<sup>224</sup>BARBAS HOMEM, António Pedro. **O Justo e o Injusto**. Lisboa: AAFDL Editora. Reimpressão, 2017. p.11.

<sup>225</sup>NALINI, José Renato. op. cit., p.287.

<sup>226</sup>NALINI, José Renato. op. cit., p.286.

<sup>227</sup>ALVES, Elizete Lanzoni. op. cit., p.242.

conjunto de princípios, valores, condicionantes culturais e procedimentos que serão um mapa para o percurso do operário do Direito.<sup>228</sup>

Destarte, compreende-se que as crises do Direito e da Democracia e a crise no ensino jurídico são interligadas e complementares. Apesar de cada crise possuir determinantes próprias e que não necessariamente se repetem em ambas situações, pode-se afirmar que o resultado duma é a outra e vice-versa, quer significar: a crise do Direito tem como uma de suas motivadoras a crise na educação jurídica, sendo natural que o jurista mal formado possuirá defeitos que influenciarão fortemente sua conduta e, teleologicamente, prejudicarão o Direito. Doutro lado, a crise no ensino jurídico também provém de um sistema jurídico que beira o colapso e detém uma vasta lista de distúrbios graves, refletidos diariamente em sala de aula.

O Direito lecionado nas universidades anda longe da realidade jurídica prática. Ainda existem nos cursos jurídicos uma série de características que o acompanham desde sua fundação e não mais são úteis para o ensino jurídico. A descontextualização, o positivismo e a unidisciplinaridade são exemplos. Por assim ser, aquilo que o professor expõe em classe, apesar de distante da sociedade e da prática, é assumido pelos alunos como perfeito e único possível. Sem a devida reflexão, os especialistas transferem o conhecimento para os receptores que apenas o acumulam.<sup>229</sup>

Sobre este momento do ensino jurídico, especificamente sobre o distanciamento do Direito teórico, que é ensinado, para o Direito da prática, ou melhor, para o Direito que deveria ser praticado, muito bem elucida Horário Wanderlei Rodrigues:

Modificaram-se as exigências com relação à prática profissional do jurista, mas o ensino do Direito não acompanhou essa evolução. Continua inerte, estacionado na era da dogmática, não tendo, em muitas situações, superado o século XIX, ainda reproduzindo a ideia de que a simples positivação dos ideais do liberalismo é suficiente para gerar a democracia e que o

---

<sup>228</sup>FILHO, Roberto Freitas. op. cit., p.72.

<sup>229</sup>OLIVEIRA, Juliana Ferrari de. op. cit., p.6.

positivismo é o modelo epistemológico adequado para a produção do conhecimento jurídico.<sup>230</sup>

E não poderia ser mais preciso o complemento de Lenio Streck, quando discorre que:

Em síntese: é preciso compreender que a crise do ensino jurídico é, antes de tudo, uma crise do direito, que na realidade é a crise de paradigmas, assentada em uma dupla face: uma crise do modelo e uma crise de caráter epistemológico. De um lado, os operadores do direito continuam reféns de uma crise emanada da tradição liberal-individualista-normativista (e iluminista, em alguns aspectos)); e, de outro, a crise dos paradigmas epistemológico da filosofia da consciência – metafísica moderna – e aristotélica-tomista, da metafísica clássica). O resultado dessa(s) crise(s) é um direito alienado da sociedade, questão que assume foros de dramaticidade se compararmos o texto da Constituição com as promessas da modernidade incumpridas.<sup>231</sup>

Há, claramente, um descompasso entre o estudo jurídico e as necessidades da sociedade contemporânea. A não visualização do Direito como um produto social, em constante mutação, e que deve ser problematizado incansavelmente com um único intuito, de se buscar o justo, é uma gravíssima falha. Os resultados deste ciclo vicioso são penosos e levam em consideração que o Direito, a Democracia e o ensino jurídico, como dito, estão, de fato, em crise.

Todavia, o momento difícil em que se encontra o ensino do Direito é também causado por fatores internos, ou, se assim se preferir, provenientes de pormenores da própria relação ensino-aprendizagem, em todas suas vertentes.

---

<sup>230</sup>RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Crises do ensino do Direito no Brasil**. In: Pensando o ensino do Direito no século XXI: diretrizes curriculares, projeto pedagógico e outras questões pertinentes. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005. p.34.

<sup>231</sup>STRECK, Lenio Luiz. op. cit., p.390.

Alguns autores de relevo na área da educação, nomeadamente Paulo Freire, conceituam o modelo de ensino, tanto do Brasil como de Portugal, como uma “educação bancária”. Esta referência se dá à primazia do ato de exposição, repetição e memorização de um determinado conteúdo. Destarte, o professor estar, de certa forma, através de suas lições expositivas, “depositando” a matéria a ser estudada na cabeça dos alunos, para que depois, em momentos de avaliações, se obtivesse um “extrato” de tudo que fora depositado.<sup>232</sup>

Neste modelo, vastamente predominante, existe uma clara predisposição a completar-se integralmente o curso de Direito com aulas expositivas, sendo este, quase que na totalidade dos casos, o único procedimento didático-pedagógico utilizado. Existe, na prática, uma resistência muito acentuada à mudança, fazendo com que diversas habilidades do alunado sejam subdesenvolvidas.<sup>233</sup>

Há ainda quem sintetize o referido sistema em um único vocábulo: unilateralidade. Desse modo, retratam esse método de ensino como a transferência unilateral de informações, a hipervalorização da figura da instituição em comparação com a do aluno, o foco demasiado na centralização do docente, a complacência cega de argumentos de autoridade, seguida pela memorização rasa de normas, julgados e comentários arcaicos.<sup>234</sup>

Nesta linha simplificada de ensino, o aluno nada mais é do que um receptor de informações, completamente passivo e estático, que somente age quando está suficientemente cheio de dados. Neste momento está apto para iniciar a repetição e assim o fazer para outrem que não as possuam.<sup>235</sup>

Assim sendo, pode se perceber que o ensino jurídico executado, na realidade luso-brasileira ao menos, é extremamente limitado no que toca a possibilidade de problematização daquilo que é exposto. Refletir acerca da solidez e da veracidade do sistema jurídico tradicional não é um ato possível na educação

---

<sup>232</sup>FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.30.

<sup>233</sup>MARTÍNEZ, Sergio Rodrigo, op. cit., p.20.

<sup>234</sup>CRUZ, Elisa Pires da. SENA, Jaqueline Santa Brígida. BLOTTA, Vitor Souza Lima. LEVY, Wilson. op. cit., p.212.

<sup>235</sup>MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1992. p.8.

“bancária” que se desenvolve. No ensino puramente expositivo que se realiza, as realidades teóricas explanadas pelo professor são prontamente aceitas, não havendo espaço para que o aluno, mesmo que assim deseje, questione o Direito posto, devendo apenas memorizá-lo para que nos momentos de testes possa reproduzi-lo.<sup>236</sup>

Conceitua-se o referido “modo de ensinar” como, verdadeiramente, um dos principais problemas do ensino jurídico lusófono. Tércio Sampaio Ferraz Júnior constata que:

Nestes termos a formação do bacharel é entendida como a acumulação progressiva de informações, limitando-se o aprendizado a uma reprodução de teorias que parecem desvinculadas da prática (embora não sejam), ao lado de esquemas prontos de especialidade duvidosa, que vão repercutir na imagem atual do profissional como um técnico a serviço de técnicos.<sup>237</sup>

O método de ensino unicamente informativo e repetitivo do conhecimento dogmático, que não permite ao aluno, ao pesquisador e nem ao professor a iniciativa da problematização do Direito na busca do que é o mais justo, demonstra-se ineficaz numa sociedade progressivamente mais complexa.

Além do método elegido para se lecionar não ser o ideal, a relação aluno-professor, neste modelo de ensino jurídico luso-brasileiro, apresenta vicissitudes significativas.

Uma relevante dificuldade, apresentada na tentativa de implementação de um projeto pedagógico eficiente, nos cursos de Direito, é o fato da maior parcela dos professores, nomeadamente na realidade das Faculdades privadas, que por sua

---

<sup>236</sup>MARTÍNEZ, Sergio Rodrigo, op. cit., p.18.

<sup>237</sup>FERRAZ JÚNIOR Tércio Sampaio. **O ensino jurídico**. In: Econtros da UNB: ensino jurídico. Brasília: UNB, 1978. p.70.

vez são a maioria, apesar de serem ótimos juristas, nas mais diversas carreiras jurídicas, não possuem uma carga aceitável de conhecimento em Pedagogia.<sup>238</sup>

A aula expositiva como instrumento quase único de trabalho, de grande parte do corpo docente das Faculdades de Direito, demonstra, entre outros aspectos, a limitação pedagógica na formação dos professores. As aulas circunscrevem-se basicamente nos comentários à legislação e doutrina e as vezes uma pequena correlação com algum episódio cotidiano da profissão jurídica exercida.<sup>239</sup>

Vislumbra-se, conseqüentemente, que a “formação para a docência” não é uma praxe no ensino do Direito. Não é uma tradição do corpo docente dos cursos jurídicos preocupar-se com esta face da profissão. Ao mesmo tempo que são poucos os professores que se importam com isso, por razão ou consequência, os cursos ofertados nessa linha são escassos.<sup>240</sup>

Essa referida carência de formação pedagógica daqueles que lecionam no curso de Direito pode se refletir de diversas formas no processo de ensino e aprendizagem. O fato de não haver uma preocupação na forma como se estabelece a comunicação entre os agentes do ensino jurídico é, sem sombra de dúvidas, uma geradora de dificuldades e de um resultado final de menor qualidade.

Há uma enorme diferença na forma de interlocução desenvolvida entre o docente e o discente para aquela que ocorre na prática das profissões jurídicas. Assim, a forma com que um magistrado fala com seus subordinados, ou com as partes e advogados de um processo, bem como a maneira com que um advogado fala com seus clientes ou empregados, é substancialmente diferente, ou pelo menos deveria ser, do diálogo a ser construído entre professores e alunos.<sup>241</sup>

Nesse panorama há um enfraquecimento da referida relação pois verifica-se o aparecimento, ainda que natural e muitas vezes até involuntário por parte do docente, de uma autoridade demasiada. Não se fala aqui da necessária

---

<sup>238</sup>ALVES, Elizete Lanzoni. op. cit., p.242.

<sup>239</sup>CARLINI, Angélica. op. cit., p.331.

<sup>240</sup>OLIVEIRA, Juliana Ferrari de. op. cit., p.7.

<sup>241</sup>CARLINI, Angélica. op. cit., p.331.

hierarquia da relação professor-aluno e de pilares do bom relacionamento entre estas partes, tais quais o respeito, valorização e até mesmo admiração, mas sim da incompatibilidade de uma relação autoritária que, na menos pior das hipóteses, inibirá substancialmente o corpo discente e, por consequência, acabará por limitar suas possibilidades.

Sobre o tema refere Angélica Carlini: “Levar a autoridade de juiz, advogado, delegado, promotor ou procurador de justiça para dentro da sala de aula [...] é demonstrar compreensão muito reduzida da efetiva dimensão da atuação docente.”<sup>242</sup>

O resultado natural desta figura autoritária e inadequada para o ensino é o distanciamento entre os polos da relação de ensino. Alguns docentes, quando transportam em demasia suas atividades empíricas, adquiridas no dia-a-dia de suas profissões jurídicas, para o ambiente da sala de aula, acrescida pela já formal e respeitosa figura do professor, impõem uma “dupla autoridade” que tende a gerar uma “docilidade conformista” por parte do aluno.<sup>243</sup>

Esta postura de aceitação e acomodação é, juntamente com os demais aspectos expostos, uma das graves problemáticas que conduzem o ensino do Direito por estes tortuosos caminhos. O curso de Direito, reitera-se, deve ser capaz de licenciar juristas que pensem o Direito e não somente apliquem-no.

Egressos que costumavam ser apenas ouvintes, e não agentes do processo de ensino e aprendizagem, ex-alunos de professores que eram apenas reprodutores de conhecimento e não verdadeiros orientadores, dificilmente reunirão características que o permitam problematizar e refletir acerca daquilo que os é posto.

O ensino jurídico precisa atingir seu fim, precisa capacitar verdadeiramente os juristas para que sejam mais do que operadores, para que sejam incansáveis profissionais em busca da justiça.

---

<sup>242</sup>CARLINI, Angélica. op. cit., p.333.

<sup>243</sup>CRUZ, Elisa Pires da. SENA, Jaqueline Santa Brígida. BLOTTA, Vitor Souza Lima. LEVY, Wilson. op. cit., p.213.

Como isto pode ser feito, ou seja, um conjunto de práticas pedagógicas, conceitos, pesquisas, experiências e boas ações realizadas no âmbito escolar do Direito, ver-se-á no próximo capítulo.



## 5. POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS DE MELHORA DO ENSINO JURÍDICO BRASILEIRO E PORTUGUÊS

O resultado hodierno, de toda evolução histórica e dos caminhos que o ensino do Direito percorreu, nomeadamente no último século, que, conforme demonstrado tanto do ponto de vista da rememoração do passado quanto da estruturação normativa que o rege, em ambas realidades, tanto na portuguesa quanto na brasileira, que caracteriza o ensino do Direito.

Há problemas profundamente enraizados nessa realidade, que por sua vez já não podem ser facilmente e, muito menos, celeremente solucionados. Como exemplos tem-se o número exorbitante de cursos jurídicos instalados no Brasil e sua condenável estruturação pautada em *rankings* e no foco das saídas profissionais; assim como no cenário lusitano tem-se os já vigentes efeitos do Processo de Bolonha, irrevogável e já estabelecido; entre os muitos outros significativos distúrbios elencados no presente trabalho.

Contudo, existe um bom conjunto de ações que podem ser implementadas na modificação desse panorama, conjunto esse que passa pela mudança de posturas tradicionalmente consolidadas, pela aproximação do Direito e da Pedagogia, pela aplicação de novas ideias e experiências, pela aposta em atitudes inovadoras e motivadoras dos agentes do processo de educação, pela entrega da devida atenção à função do professor e pela demonstração aos discentes das realidades de injustiça.

É sobre esse ideal de uma revolução no ensino jurídico que se começa a falar.

## 5.1 O Processo de Bolonha e o Ensino Jurídico português

Inicia-se sobre um aspecto relevante do ensino jurídico europeu, restrito por esse recorte de pesquisa ao ensino do Direito em Portugal, que trata-se do Processo de Bolonha. Como dito, todas as desvantagens discorridas no capítulo anterior são fáticas e, apesar de tudo o que fora anteriormente falado na Academia, não foram evitadas. Isto posto, é momento para falar-se daquilo que pode ser melhorado nessa realidade. Nem tudo é mau na Declaração de Bolonha.

Deve-se recordar da tentativa de posicionar o aluno no centro de seu processo de aprendizagem, possuindo mais responsabilidade por seu trajeto acadêmico, tendo, inclusive, maior poder de decisão acerca de qual perfil formativo escolheria. A escolha livre de unidades curriculares, posteriormente nominadas optativas ou eletivas, sendo ainda que alguns casos se incluía ainda possibilidades de outros cursos, possibilitou uma formação acadêmica mais flexível e de acordo com as ambições de cada aluno. Esse foi um primeiro passo na direção da interdisciplinaridade, instrumento que, conforme adiante se verá, pode ser precioso para a melhoria da qualidade do ensino jurídico.<sup>244</sup>

Vislumbrar as possibilidades de evolução já existentes nos programas e estruturas dos cursos e das Faculdades, bem como executá-las conscientemente numa prática de melhoria, é obrigação dos docentes e, posteriormente, após orientação, também dos discentes.

---

<sup>244</sup>SILVA, Cristina Nogueira da. **Ensino do Direito, Interdisciplinaridade e História (cultural) do Direito**. In III Congresso do Direito de Língua Portuguesa. GOUVEIA, Jorge Bacelar. HENRIQUES, Henriques José. ESPADA, Gildo. COUTINHO, Francisco Pereira. Organização. Coimbra: Almedina, 2014. p.275.

## 5.2 A formação educacional pré-universidade

Isso posto, seguindo-se a sistemática observada neste texto, de análise inicial de características singulares de cada sistema de ensino nacional, e após examinar-se os pontos comuns de ambos, pode-se prosseguir.

A formação educacional e até mesmo humanística defeituosa, proveniente, entre outros aspectos, mormente do baixo investimento estatal na educação geral, que afeta grande parte dos estudantes universitários, como já demonstrado, é tangível. Logo após a superação do ensino básico e secundário, fundamental e médio, na nomenclatura brasileira, os estudantes adentram nos cursos universitários que também não estão em plenas condições de recebê-los.

Há de se falar na necessidade de uma reforma do ensino superior universitário, e da ciência de modo geral, pois o modelo em aplicação está claramente defasado. Todos países que pretendem serem efetivamente desenvolvidos precisam ter essa preocupação de fortalecer a Universidade e torná-la sustentável.<sup>245</sup>

Ademais, não se deve ter a ingenuidade que o problema resolve-se apenas com investimento pecuniário, de forma progressiva e pautada em relatórios externos. É preciso modificar o sistema de gestão do ensino superior universitário para que se torne sustentável.<sup>246</sup>

No Direito, esse cenário é ainda agravado por uma gravíssima falha na formação estudantil referente a princípios básicos da linguagem e compreensão de textos, nomeadamente dos mais complexos, tais quais são, via de regra, os jurídicos. O fato dos alunos nunca terem tido nenhum contato com o Direito, ou ao menos, com algum tema jurídico no decorrer de sua formação pregressa, dificulta ainda mais o início de sua formação como jurista.

---

<sup>245</sup>CARVALHO, José Mexia Crespo de. Ensino Superior. **Modelo de Gestão, Mérito e Responsabilização**. 1ª Edição. Lisboa: Edições Sílabo, 2003. p.34.

<sup>246</sup>CARVALHO, José Mexia Crespo de. Ibid. p.35.

Em que pese existirem algumas escolas em Portugal que ensinam o Direito, de maneira simplificada e adequada à faixa etária dos alunos, essa realidade não é regra e sim exceção. No Brasil, por outro lado, é raríssima essa possibilidade.

Apesar de mais intenso no Brasil, por suas dimensões exponenciais e pela temerária realidade de disparidade social acentuada, também em Portugal há um sentimento de analfabetismo jurídico geral da sociedade. Os não juristas, normalmente, não compreendem e sequer têm conhecimento do funcionamento básico do Direito, essencial para a vida em sociedade.

A ideia de tornar o Direito uma disciplina obrigatória nas escolas básicas brasileiras já é, inclusive, projeto de lei, (PLS 70/2015). Prevê especificamente o estudo da Constituição da República Federativa do Brasil. Existem também algumas outras louváveis iniciativas como “A Constituição em Quadrinhos” de Júlio César Hidalgo e o projeto “Direito nas Escolas” de Leandro dos Santos Costa e Munique Menezes Costa, ambos com intuito de implementar o estudo jurídico em ambiente escolar prévio à Universidade.<sup>247</sup>

Essa ação, além de poder ter papel transformador na sociedade, fazendo com que os cidadãos percebam melhor seus direitos e possam, conseqüentemente, exercer de forma mais consciente sua própria cidadania, sendo por si só plenamente justificável, podem ainda ter um poder de melhora também no ensino do Direito propriamente dito. Despertar em jovens estudantes o interesse pelo estudo jurídico e prepará-los para que, quando cheguem ao curso superior já estejam ao menos ambientados com pontos elementares do Direito, é uma possibilidade inusitada, prévia e indireta, de melhoria dos sistemas de ensino jurídico dos dois países.

---

<sup>247</sup>CHERUBIN, Felipe. **Advogados e juristas defendem o ensino do direito nas escolas.** Acesso em: 05/09/2018. Disponível em: « <https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,advogados-e-juristas-defendem-o-ensino-de-direito-nas-escolas,70002165558> »

### **5.3 A crise do Direito e da Democracia e o ensino jurídico: o necessário estreitamento com a Pedagogia**

Todavia, a par dessas questões que contornam o ensino jurídico propriamente dito, existem os reais e significativos problemas que emanam soluções urgentes. A crise do ensino jurídico, reflexo de uma crise jurídica e democrática, já referida nessa iniciativa, precisa ser combatida efetivamente.

Por primeiro, para que haja uma necessária ruptura deste momento sensível, há de reformular o modo como se enxerga o ensino do Direito. Deve-se: “romper com a mentalidade pedagógica racionalista-positivista que impôs, do topo (governo), um modelo de professor de Direito que descreve o objecto de estudo com neutralidade e objectividade, mas o mundo e a pessoa [...]”.<sup>248</sup>

Como afirma Martínez, a evolução histórica dos cursos de Direito permitiu que houvesse a implementação de modificações, algumas significativas. Todavia, todas essas mudanças atingiram o “ponto de produção”, ou seja, o cerne do ensino jurídico, apenas externamente. É preciso que aconteça uma revolução de dentro para fora no ensino do Direito, permitindo que sejam efetivas novas posturas pedagógicas dentro das salas de aula, nos moldes da idealizada Escola Nova.<sup>249</sup>

Não se olvida que essa mudança de mentalidade não será, de todo, uma tarefa simples. Seguramente a mudança do método de ensino é difícil e passa pelo convencimento do corpo docente de que pode utilizar novas ferramentas para ensinar o Direito, sendo que para tal deve estar liberto a aprender novamente, e assim poderá tornar reais verdadeiras transformações pedagógicas nas Faculdades. A valorização de novas possibilidades no panorama das Escolas deve existir, seja nas salas de aulas, bibliotecas, ou na utilização das ferramentas e demais espaços estruturais. O cerne da questão está na forma

---

<sup>248</sup>VERA-CRUZ PINTO, 2012, op.cit. p.34.

<sup>249</sup>MARTÍNEZ, 2008, op. cit. p.3.

como se pretende passar a ensinar o Direito e, não somente, no conjunto de matérias que será lecionado. Novos objetivos são estabelecidos.<sup>250</sup>

Como dito, é preciso que haja uma mudança pedagógica no ensino Direito, que seja eficaz em posicionar o jurista como um edificador atuante do saber e com grande capacidade interdisciplinar de reflexão. Nesta sistemática, sinteticamente, o aluno deve ser enxergado como um agente ativo no processo de ensino-aprendizagem e não apenas um receptor de conteúdos; o professor deve ser um conector do aluno com o conhecimento, fazendo com que possa estar motivado e apto a aprender em todos os momentos; o conteúdo deve fugir do dogmatismo banal e seguir para a verdadeira problematização das situações à luz do Direito e das demais disciplinas relevantes em cada realidade; o método deve ser capaz de se relacionar com os alunos e com a sociedade em que estão inseridos, bem como promover o diálogo e a reflexão e o planejamento deve ser realizado com primazia, visando ações que privilegiem a interdisciplinaridade e o Direito numa visão global.<sup>251</sup>

Já não mais basta um ensino jurídico conformista. O ato de ensinar não se trata de apenas repassar, de modo apático, conteúdos jurídicos rasos, de modo acomodado, sem influenciar no campo ideológico-opinativo dos discentes, por apenas se esconder por detrás de uma “docência orientada pela subjectividade opinativa do professor”. Faz-se necessário o debate acerca da pedagogia do ensino jurídico, nomeadamente no meio dos professores universitários de Direito, uma vez que muitas são as visões equivocadas das teorias atuais.<sup>252</sup>

E não somente o ensino do Direito é que precisa ser alterado, pois de nada adiantaria modificar uma série de sistemas e métodos e até mesmo um modelo de ensino por completo se o objeto de estudo permanecesse o mesmo Direito dogmático, arcaico e demasiadamente legalista que predomina nas realidades portuguesa e brasileira.

---

<sup>250</sup>BASTOS, Aurélio Wander. **Ensino jurídico no Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000. p.356.

<sup>251</sup>SABAINI, Wallace Tesch. op. cit., p.86.

<sup>252</sup>VERA-CRUZ PINTO, 2012, op.cit. p.32.

É preciso que ao Direito seja aplicada uma metodologia jurídica integral, conforme defende António Cortês. Metodologia essa que se baseia na integração do sistema de fontes normativas do Direito com a doutrina e jurisprudência que constantemente evolui; valorar o verdadeiro limite de significado de cada tipo de argumento jurídico; refletir acerca da rígida “hierarquia legalista de métodos” que aponta a lei sempre como fonte cimeira do Direito, ignorando as demais; e trazer a filosofia jurídica para perto da metodologia, com o fito de perceber como alguns problemas jurídicos com complexidade mais acentuada podem ser melhor resolvidos.<sup>253</sup>

No que tange à mudança de pensamento, Herkenhoff sugere uma visão possível. Trata-se de um Direito que, cansado do modelo tradicional, distante da sociedade e da justiça, apresenta-se como “alternativo” e refere-se a um sistema de ensino diferente, moldado em três pontos mais relevantes: o descontentamento com o ensino jurídico praticado atualmente, que por sua vez apenas reproduz, acumula e aplica leis; a verificação da necessidade de implementação de uma análise mais profundamente reflexiva na realidade concreta do Direito; e o intuito de se conseguir modificar a prática jurídica conservadora que normalmente se exerce nos sistemas jurídicos em debate.<sup>254</sup>

De fato, é preciso começar a pensar o Direito de forma inovadora e, por consequência, acompanhar essa nova ótica com uma nova forma de ensinar o Direito.

Com inspiração em uma das obras de referência da Pedagogia brasileira, de autoria do já citado Paulo Freire, Sérgio Rodrigues Martínez concorda com essa urgência, afirmando que é dever do curso de Direito e de seu corpo docente seguir por trilhas que busquem a evolução dos paradigmas jurídicos, para que os juristas que vierem a ser formados, sejam verdadeiros operadores do Direito, com ideias de construção e responsabilidades determinadas na transformação da cultura e da sociedade em que estão colocados. É preciso: “formar e deixar formar com liberdade de convicção”.<sup>255</sup>

---

<sup>253</sup>CORTÊS, António. op. cit., p.43.

<sup>254</sup>HERKENHOFF, João Baptista. op. cit. p.60.

<sup>255</sup>MARTÍNEZ, 2002. op. cit., p.9.

O modelo de ensino jurídico posto hodiernamente está obsoleto, de forma que não atinge os objetivos a que se propunha. Se, no passado, de acordo com o que fora elucidado na digressão histórica feita neste trabalho, o ensino do Direito tinha como norte a formação em massa de colaboradores juristas para que gerissem a então colônia portuguesa no além mar, no caso brasileiro; ou, quando a única Universidade portuguesa, já em Coimbra, cumpria com louvor sua missão de formar os juristas lusitanos com colocações eminentes no país ou fora dele; no presente a realidade é crítica e precisa ser celeremente alterada para que, num futuro, o Direito possa ser cada vez mais coeso e, mormente, justo.

Para tal, atravessa-se um momento em que é preciso dar um, ou muitos, passos em frente. É veemente a necessidade de se inovar! Todavia, para que se possa inovar com segurança e coerência, algumas necessidades merecem ser previamente atendidas.

Inicialmente, tem-se que não seria satisfatório somente desenvolver uma nova metodologia de ensino, com novos instrumentos de tecnologia aliados ao processo. Muito pelo contrário. Faz-se vital que toda estrutura do curso corresponda a um esquema inovador e capaz de prover os resultados de melhoria ambicionados. Um projeto inovador na Faculdade de Direito deve se ater a todos os pormenores de organização curricular da graduação, ou licenciatura, devendo ser composto por: um projeto pedagógico que atenda às necessidades sociais das pessoas e dos profissionais jurídicos; por pessoas que efetivamente participem do processo de inovação desde o começo, para que se identifiquem e que se sintam envolvidas, promovendo a mudança da base para o topo; e, subsequentemente, que haja uma verdadeira interação entre docentes e docentes, docentes e alunos e docentes e direção; e, por fim, por objetivos educacionais permeados pela pesquisa, interdisciplinaridade, formação humanística, auxiliado por novos recursos tecnológicos, que estejam atentos à formação profissional do estudante, mas que também privilegiem a ética e a cidadania.<sup>256</sup>

---

<sup>256</sup>MASETTO, Marcos Tarciso. TAVARES, Cristina Zukowsky. op. cit., p.40.



A não redução da Faculdade de Direito a um mero instituto de formação técnica é uma relevante preocupação. Em que pese ser isso o que se vê em muitas instituições, tanto na realidade lusitana quanto brasileira, há de se pensar em tornar o Direito um curso completo e que possibilite que o jurista seja antes de legalista, um humanista. Vera-Cruz externa seu desassossego quanto ao tema quando afirma que o modelo de docente a ser seguido é o que tem a “obrigação de dar carnalidade à dicotomia justiça/injustiça e com o dever de manifestar a culturalidade do Direito num ensino inserido nas humanidades.” <sup>257</sup>

Nessa linha de percepção sobre os ideais que são almejados nessa nova forma de prospectar o ensino do Direito, alguns autores elencaram dez princípios que devem servir de mapa para o desenvolvimento desse “novo” ensino jurídico. São os cinco primeiros: “1.Não há docência sem discência; 2.Ensinar exige rigorosidade metódica; 3. Ensinar exige pesquisa; 4.Ensinar exige respeito ao saber dos educados; 5.Ensinar exige criticidade”. E os cinco conclusivos: “6.Ensinar exige ética e estética; 7.Ensinar exige corporificação das palavras pelo exemplo; 8.Ensinar exige risco , aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação; 9.Ensinar exige reflexão crítica sobre a prática; 10.Ensinar não é transferir conhecimento.” <sup>258</sup>

A capacitação e valorização dos professores e da carreira docente; uma biblioteca com estrutura e uma quantidade adequada e atualizada de livros; uma instituição com boas instalações; núcleos ou departamentos de pesquisa, extensão e prática jurídica bem desenvolvidos; um sistema de avaliação justo, transparente e que avalie os discentes mas também a própria instituição de ensino superior; e a valorização da interdisciplinaridade; são elementos fundamentais para um ensino jurídico de excelência. <sup>259</sup>

Em outras palavras, uma nova forma de pensar o ensino jurídico passa, necessariamente, por três locais comuns: a coragem para implementar a

---

<sup>257</sup>VERA-CRUZ PINTO, 2012, op.cit. p.134.

<sup>258</sup>ZUGMAN, Daniel Leib. BASTOS, Frederico Silva. **As escolhas por trás do método: contradições, incorerências e patologias do ensino jurídico no Brasil.** In Ensino do Direito em Debate: Reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente. GHIRARDI, José Garcez. FEBERBAUM, Marina. Organização. São Paulo: Direito GV. 2013. p.117.

<sup>259</sup>ALVES, Elizete Lanzoni. op. cit., p.251.

inovação e desenvolvê-la de acordo com as impressões que vierem a ser retiradas deste processo; a melhoria na relação entre mestre e aprendiz, sendo que há pontos de melhora significativos em ambas as partes da relação e; é preciso que haja organização e um padrão ético estabelecido.

Sobre estes aspectos deve-se fazer algumas ponderações relevantes.

O mais elementar fator que deve ser ponderado é a imprescindibilidade do reconhecimento e enfrentamento da já elucidada e tradicional “educação bancária” que impera nas Faculdades de Direito. Para tal, devem ser empregados novos padrões pedagógicos pelas instituições de ensino.<sup>260</sup>

Sobre o tema, reforça Martínez que:

Uma possível solução para minimizar tais antagonismos é a instauração de uma política de conscientização docente e discente, visando à formação de um bloco de influência na reestruturação pedagógica dos cursos de Direito, com a adoção de atividades de ensino construtivas, críticas e libertárias, até que seja majoritário o entendimento da necessidade e eficácia da adoção de um processo pedagógico crítico e libertário no ensino jurídico.<sup>261</sup>

O remédio para essa situação é, inicialmente, a pedagogia libertadora, que norteia a educação demonstrando que não é, e nem pode ser, neutra. Toda ação educativa precisa, de fato, ser proveniente da reflexão acerca do indivíduo, bem como do meio em que está inserido, de modo que seja um sujeito do “ato educativo”. Depois, há de se saber que o ensino deve objetivar a reflexão crítica relacionada com a ação, com consciência de que aqueles que estão a pensar são capazes também de modificar as realidades.<sup>262</sup>

---

<sup>260</sup>MARTÍNEZ, 2002. op. cit., p.9.

<sup>261</sup>Ibid., p.15.

<sup>262</sup>FRANCISCETTO, Gilsiene Passon. **Em busca de novos saberes: uma aproximação entre o ensino jurídico e a pedagogia.** In Ensino jurídico e pedagogia: em busca de novos saberes. FRANCISCETTO, Gilsiene Passon. Organização. Curitiba: Editora CRV, 2010. p.37.

Existem também outras teses que trazem à discussão uma ideia semelhante. Há de se fazer uma menção à “pedagogia crítico social” de Saviani, que por sua vez tinha como elemento central que o estudante pudesse intervir e atuar na prática social. Além disso, expunha que para que se modifique alguma realidade é preciso conhecê-la e que o professor não deve ser somente um grande sábio de determinadas áreas do conhecimento, mas sim estar preocupado em mediar a relação do que é ensinado com a realidade social em que o aluno está inserido.<sup>263</sup>

Da mesma forma, vislumbra-se a possibilidade do aluno ser um ator social no período de sua aprendizagem. É de suma importância que o Direito e seu ensino passem a ser tratados como modificadores das sociedades para o bem, devendo o professor, o aluno e os profissionais jurídicos, dessas relações oriundas, atuarem sempre em busca do justo.

Ademais, a improrrogável reforma no ensino superior jurídico passa pela obrigação dos professores de Direito procurarem maior e melhor capacitação pedagógica para o exercício de sua profissão, somente sendo assim possível que os alunos também passem a ser mais exigidos e, por consequência, possam aperfeiçoar-se.<sup>264</sup>

O estreitamento dos laços entre Direito e Pedagogia já passou a ser defendido como impreterível. É extremamente importante que os professores de Direito tenham acesso ao material, cursos e iniciativas de aprimoramento em áreas relacionadas com a Pedagogia, bem como outras áreas que possam ser relevantes em uma perspectiva interdisciplinar do curso jurídico, tais quais a filosofia da educação, psicologia e história, bem como qualquer outro ponto relevante que fomente o avanço de uma educação que vise a problematização.<sup>265</sup>

Outrossim, a estruturação de um Núcleo Pedagógico formado por profissionais de ambas as áreas, também se mostra aconselhável. Um ambiente destinado

---

<sup>263</sup>SAVIANI, Demeval. **Escola e Democracia**. 35. ed. Campinas: São Paulo Autores Associados, 2002. p.55.

<sup>264</sup>VERA-CRUZ PINTO, 2012, op.cit. p.32.

<sup>265</sup>FRANCISCETTO, Gilsiene Passon.op. cit., p.37.

especificamente ao diálogo, organização e planejamento das ações pedagógico-jurídicas de cada instituição.<sup>266</sup>

Para que haja sucesso nessa, assim como em qualquer outra iniciativa, a organização se faz primordial. No caso do ensino, deve ser iniciada com a preparação do conteúdo programático a ser abordado num determinado espaço de tempo letivo e concluída com um relatório de impressões retiradas das ponderações realizadas.<sup>267</sup>

Uma vez estando o Direito ao lado da Pedagogia, abrem-se diversas possibilidades deveras interessantes, com capacidades quantitativas e qualitativas de melhoria significativa do ensino jurídico.

---

<sup>266</sup>Ibid., p.35.

<sup>267</sup>MARTÍNEZ, 2002. op. cit., p.34.

#### 5.4 Metodologias aplicáveis ao ensino jurídico

Há um grande conjunto de métodos, análises e visões que ainda podem ser aplicadas nas Escolas de Direito, um vasto campo a ser explorado, e, nomeadamente, muitas inovações a serem efetivadas.

Entre os métodos de ensino tradicionais, do modelo de ensino dogmático e tecnicista do Direito, com precisão pode-se afirmar que o mais criticado é o da aula expositiva. Todavia, o que é mal dito, ou outras vezes mal interpretado, é que a aula de conferência, na qual um professor expõe determinado tema e os alunos ouvem o que é explanado, nem sempre é uma má iniciativa. O que percebe-se é que a utilização única, corriqueira e monótona deste método é que é prejudicial para um ensino mais dinâmico e integral do Direito.

Quando executada a partir de uma problematização, utilizando-se de recursos audiovisuais, ou de forma bem elaborada e planejada, provocando o aluno e permitindo que tenham tempo e disponibilidade para questionar e interagir, uma aula expositiva pode ser bem conseguida.<sup>268</sup>

A metodologia da problematização pode dar grande contributo ao ensino superior de modo geral e nomeadamente ao ensino jurídico. Assim ocorre pois possibilita a análise da realidade sob várias óticas, gerando inúmeras chances de que a realidade estudada seja efetivamente mudada e fazendo com que o acadêmico potencialize seu sentimento de cidadania.<sup>269</sup>

Ademais, muito se discorre acerca dessa variação de maneiras de se lecionar e dos bons resultados que podem ser provenientes dessa prática. A eficácia das aulas pode ser amplificada de forma significativa quando alguns simples conceitos das estratégias de ensino-aprendizagem passam a ser aplicados. A Programação Neurolinguística, de abreviação PNL, conforme descreve Bordenave, aborda a existência de canais de comunicação, são eles: o visual, o tátil e o auditivo. Para a melhor *performance* no ato de dar aulas, espectando

---

<sup>268</sup>CARLINI, Angélica. op. cit., p.331.

<sup>269</sup>BERBEL, Neusi Aparecida. **Por falar em métodos, está em pauta a metodologia da problematização.** In: Questões de ensino na universidade: conversas com quem gosta de aprender para ensinar. Londrina: UEL, 1998. p.51.

que o aluno possa compreender mais e melhor o que lhe é passado, verifica-se a utilidade de se usar múltiplos dos canais referidos na ação pedagógica.<sup>270</sup>

Deve-se pensar em aplicar uma metodologia que permita o aluno ser ativo e participativo, através da utilização das mais variadas técnicas para a consecução das metas educativas estabelecidas, sendo esta uma incentivadora e encorajadora do aprendizado. O implemento de mídias e tecnologia da informação, a promoção da pesquisa, a variação das atividades de sala de aula, com a possibilidade de reunião de grupos ou não, podem ser estímulos do corpo discente.<sup>271</sup>

Experiências bem sucedidas de aplicação de técnicas e recursos inovadores, no processo de ensino-aprendizagem, desenvolvidas em Escolas de Direito de diversos países, serão oportunamente elencadas e analisadas, sob o ponto de vista dos contextos e do método comparativo de cada realidade, mais adiante.

Novamente, o professor Sérgio Rodrigo Martínez traz um valioso contributo ao estudo do presente tema, catalogando, de forma sistemática e clara, algumas “técnicas para a evolução do modelo pedagógico tradicional dos cursos de Direito”. O faz dividindo-as em cinco: a técnica da evolutividade; a técnica da metodológica; a técnica da transgressividade criativa; e a técnica da ecossistematização.<sup>272</sup>

Inicialmente, pela técnica da evolutividade, tem-se que é uma sistemática de identificação da crise, no caso a crise do ensino jurídico brasileiro, entretanto não apenas de uma forma determinativa, mas sim de um aproveitamento desse momento para identificação e resolução de problemas, que, numa segunda fase serão analisados e solucionados. Há o estabelecimento de um “processo avaliativo contínuo das Instituições de Ensino Superior”, com o fito de se apurar as respostas da oposição à crise. O maior benefício trazido é que essa técnica permite que a própria Faculdade identifique os problemas que estão sendo

---

<sup>270</sup>BORDENAVE, Juan Díaz; PEREIRA, Adair Martins. **Estratégias de ensino-aprendizagem**. 13 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993. p.205.

<sup>271</sup>MASETTO, Marcos Tarciso. TAVARES, Cristina Zukowsky. op. cit., p.41.

<sup>272</sup>MARTÍNEZ, 2007. p.297.

enfrentados e possa resolvê-los, de dentro para fora, possibilitando uma evolução constante da Escola.<sup>273</sup>

Por segundo, fala-se da técnica metodológica, que por seu turno não confunde-se com o conceito de método. Como o próprio autor explica, o termo refere-se a adição dos vocábulos “método” e “logística”, querendo significar, conseqüentemente, o enaltecimento da “noção tática da didática do ensino jurídico”. Visa-se nessa técnica que o momento anterior às aulas seja melhorado, fazendo com que haja melhor planejamento e confecção do processo de ensino e aprendizagem. Sendo assim, a metodológica é um “método prévio para regular o uso dos métodos e técnicas no processo de ensino e aprendizagem.” Destarte, a utilização de um múltiplo número de métodos, tornando as escolhas possíveis e acessíveis aos docentes, permite que os discentes sejam melhor atendidos, em respeito às suas características casuísticas.<sup>274</sup>

Já a técnica da transgressividade criativa tem por alvo permitir a desconexão do ensino jurídico com o modelo tradicional, fomentando aplicações de opções criativas para melhora da relação ensino-aprendizagem. Seu plano de ações consiste em instituir a obrigatoriedade das Faculdades em realizarem encontros diversos nos quais o corpo docente esteja apto a debater e idealizar novas formas de ensino. Nesse modelo, o suporte das técnicas enumeradas previamente, da evolutividade e metodológica, será muito significativo.<sup>275</sup>

Continuando, refere a técnica da ecossistematização que tem a ver com a implementação de um renovado olhar sobre a Resolução N.º 9/2004 do CNE, do MEC do Brasil, que estabelece, como já visto no terceiro capítulo deste trabalho, uma série de disciplinas dum tronco não jurídico e extremamente relevantes. Na prática o que acontece é que essas disciplinas são lecionadas antes ou isoladamente do curso jurídico propriamente dito. Essa técnica pretende operar uma transversalidade maior e um conseqüente dialogo entre as disciplinas numa totalidade, permitindo combater “o “engessamento” tecnicista das grades

---

<sup>273</sup>Ibid., p.298.

<sup>274</sup>Ibid., p.300.

<sup>275</sup>Ibid., p.307.

curriculares do ensino jurídico, rompendo a fragmentação disciplinar clássica, da divisão dos conteúdos estanques segundo a dogmática jurídica tradicional.”<sup>276</sup>

Por fim, neste proveitoso exame em vista, discorre-se sobre a técnica da mediatividade, que por sua vez faz referência à mediação propriamente dita, argumentando que deve ser aplicada no meio acadêmico como forma de apaziguamento e superação das divergências em prol da evolução do ensino jurídico.<sup>277</sup>

Sem nenhum embargo, é sabido que a realidade das Academias brasileiras e portuguesas é bastante resistiva a qualquer uma destas iniciativas elencadas. As “abordagens libertárias” do ensino jurídico ainda são exceção no modelo atual, todavia, podem ser implantadas em um reduzido período temporal e conseguem ser desenvolvidas em qualquer instituição que esteja atenta e aberta a proporcionar um ensino jurídico mais igualitário, de maior qualidade e mais justo para a sociedade.<sup>278</sup>

É preciso que os que se preocupam com o ensino do Direito sejam capazes de informar à Academia, àqueles que relutam em ver, ou àqueles que estão conformados. As modificações são necessárias e urgentes, a melhoria do ensino jurídico tem que ser uma prioridade do Direito.

O modelo positivista e legalista já referido pode, ademais, ser melhorado com algumas outras ações a serem implementadas na Faculdade. Como já visto detidamente neste estudo, um desdobramento corriqueiro da Faculdade de Direito dogmática e tecnicista é a atenção dada em demasia às saídas profissionais, fazendo com que princípios basilares do ensino do Direito fiquem deslocados ou sejam, até mesmo, preteridos.

De forma alguma pensa-se que a questão da empregabilidade não deva ter importância na Universidade. Muito pelo contrário, a relação da colocação profissional dos egressos deve sim ser motivo de preocupação da instituição de ensino. Contudo, não se pode nunca olvidar que a função da Universidade

---

<sup>276</sup>Ibid., p.309.

<sup>277</sup>Ibid., p.314.

<sup>278</sup>MARTÍNEZ, 2002. op. cit., p.43.



jamais pode ser somente a formação profissional e sim um conjunto muito mais complexo de pontos que constituirão a formação humana do estudante.

As Escolas de Direito não devem ter como norte apenas a formação profissional de seus estudantes. Não deve ser somente um simples estágio preparatório para o ingresso no mercado de trabalho. Não se deve unificar os objetivos do curso de Direito apenas naqueles de cariz profissionalizante.<sup>279</sup>

No mesmo tom, ao se referir ao sistema de ensino jurídico português, refere Menezes Leitão que:

Integrando-se o nosso País nos sistemas jurídicos continentais, naturalmente que não pode adoptar uma solução que passe pela transformação do curso de direito numa espécie de curso técnico-profissional virado apenas para certas profissões jurídicas [...]<sup>280</sup>

Assim sendo, a Faculdade de Direito como um todo deve assumir seu verdadeiro papel social e cumprir com suas necessárias ambições. Para tal, além da necessária mudança de postura referida e da aproximação do Direito e da Pedagogia, a aplicação dos atos de melhoria inovadores, na prática, deve ocorrer.

Nessa nova forma de ensinar deve haver dialogicidade, ou seja, deve-se fomentar a reflexão e a ação de todos agentes da educação jurídica. Deve-se promover o diálogo para que professores e alunos possam ter maior liberdade de expressão e capacidade de ação. Dessa maneira, luta-se contra a alienação e incentiva-se a percepção da problematização do conhecimento.<sup>281</sup>

---

<sup>279</sup>JÚNIOR, Fernando Frederico de Almeida. **Os atuais objetivos do ensino de direito no Brasil**. In 180 anos do ensino jurídico no Brasil. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Millennium Editora, 2007. p.197.

<sup>280</sup>MENEZES LEITÃO, Luís Manuel Teles. **O ensino do Direito e o acesso às profissões jurídicas**. In O debate da Justiça: Estudos sobre a crise da Justiça em Portugal. GOUVEIA, Jorge Bacelar. BARBAS HOMEM, António Pedro. Organização. Lisboa: Vislis Editores, 2001. p.76.

<sup>281</sup>MARTÍNEZ, 2002. op. cit., p.26.

### 5.5 A interdisciplinaridade, transversalidade e transdisciplinaridade no ensino jurídico

Isso posto, ressalta-se também a relevância das figuras da interdisciplinaridade, transdisciplinaridade e transversalidade, no ensino do Direito. Já comentadas pontualmente, por ser natural, no decorrer deste trabalho, pode-se dizer que ganharam maior visibilidade no ensino jurídico brasileiro a partir da vigência da Resolução N.º 9 de 2004, do CNE/CES do Ministério da Educação do Brasil, que, como já profundamente explicado no capítulo quarto deste texto, institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Direito, estabelecendo, entre outras coisas, um eixo de formação fundamental, composto por disciplinas fundamentais propedêuticas e de outras áreas do conhecimento e eixos de formação profissional e prática, com disciplinas jurídicas. Como forma de ligação dessas ciências fala expressamente em interdisciplinaridade.

De fato, estas iniciativas, desde que bem executadas, podem ser uma mais valia significativa para o ensino do Direito, tanto no Brasil, quanto em Portugal. Em ambos casos há uma clara necessidade de se interrelacionar melhor as áreas do saber não jurídicas com as demais do curso.

Desse modo, primeiramente faz-se necessário perceber as definições de cada uma das citadas figuras.

Por interdisciplinaridade compreende-se o intercâmbio de métodos, conceitos e teorias por entre disciplinas diferentes, afastando a padronização e divisão excessiva do ensino tradicional, desenvolvendo uma estrutura científica mais adequada, em observância da sociedade e de suas necessidades reais.<sup>282</sup>

O ato de implementar uma abordagem interdisciplinar do ensino jurídico conjugando-o com outras áreas do pensamento humano é uma das únicas possibilidades de o Direito ser efetivamente interligado à sociedade e às relações sociais.<sup>283</sup>

---

<sup>282</sup>AUDY, Jorge Luis N.; MOROSINI, Marília Costa. **Inovação e interdisciplinaridade na universidade**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p.72.

<sup>283</sup>MOSSINI, Daniela E. de S. op. cit., p.203.

Já a transversalidade pode ser compreendida como um conjunto de temáticas que não consubstanciam alguma matéria específica, mas, por outro lado, estão presentes em todas as demais, de modo que, apesar de não criarem uma nova disciplina, possuem relevo por serem gerais.<sup>284</sup>

Ainda, a transdisciplinaridade caracteriza-se pelo enfrentamento do fracionamento desmedido do saber. De certa forma, abriga a transversalidade e a interdisciplinaridade e promove uma intercomunicação muito mais alinhada entre as disciplinas, tendo como resultado principal uma contextualização e potencialização do alcance social do ensino.<sup>285</sup>

A transdisciplinaridade demonstra-se indispensável para que o ensino do Direito possa ser mais humanizado, sendo vislumbrado de acordo com os contextos sociais em que está inserido, respeitando os aspectos culturais, políticos, econômicos em relação ao tempo e a determinada sociedade. Somente a partir desse posicionamento é que o paradigma do Direito posto, único e imutável, será superado.<sup>286</sup>

A potencialização do diálogo entre disciplinas é necessária, sob o ponto de vista que se impõe pela complexidade da sociedade atual. Uma visão interdisciplinar dos fenômenos jurídicos e dos fenômenos provenientes dos demais sistemas sociais é, hoje, indispensável.<sup>287</sup>

Por outro lado, sabe-se que por motivos de natureza didática, em alguns momentos, faz-se necessário dividir matérias que estão amplamente interligadas, partilhando inclusive princípios e bases. Todavia, a fragmentação do ensino jurídico não pode servir como justificativa a especialistas que ignoram demais áreas do Direito. É dever do professor que apresente aos alunos uma

---

<sup>284</sup>LEISTER, Margareth Anne. TREVISAM, Elisaide. op. cit., p.50.

<sup>285</sup>Ibid., p.52.

<sup>286</sup>BORTOLON, Mariana Cavarra. **A necessidade de uma formação humanística efetiva no ensino do Direito.** In Ensino jurídico e pedagogia: em busca de novos saberes. FRANCISCETTO, Gilsiene Passon. Organização. Curitiba: Editora CRV, 2010. p.74.

<sup>287</sup>SORJ, Bernardo. **A democracia inesperada: cidadania, direitos humanos e desigualdade social.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. p.117.

visão global do Direito, com uma noção de conectividade avançada e que permeie não só as disciplinas jurídicas, mas também as de outras ciências.<sup>288</sup>

É primordial para as Faculdades de Direito que transportem as ciências humanas para dentro de suas salas de aula e lecionem disciplinas como a História, a Sociologia, a Economia, a Filosofia, entre outras, de forma integrada com o restante do curso jurídico. Dessa forma, os alunos serão preparados para realizar reflexões muito mais profundas e críticas acerca dos fatos sociais, estando aptos a solucionar os problemas jurídicos de forma mais acertada. Frisa-se que não é, por outro lado, indispensável que as cargas horárias das disciplinas já existentes nos planos de estudos dos cursos jurídicos sejam aumentadas, mas sim que o seu processo de ensino e aprendizagem seja introjetado à educação profissional que é promovida, de forma efetiva e horizontal.<sup>289</sup>

Essa visão multidisciplinar, desenvolvida de todas as maneiras elencadas, é bastante aceita e valorizada em ambas as realidades que são objetos deste estudo. Tanto no Brasil quanto em Portugal, costuma-se enaltecer a importância e, principalmente, a potencialidade de sucesso destas iniciativas.

Fausto Quadros ressalta que um bom jurista deve deter conhecimentos de outras áreas do conhecimento, tais quais a Sociologia, a Ciência Política, a Filosofia do Direito e do Estado e a Economia. Nessa visão a Sociologia fornece uma certeza maior do posicionamento do Direito como Ciência Social, a Ciência Política possibilita ao estudante uma percepção maior de como o Direito e a Política se relacionam e, por fim, a Filosofia do Direito e do Estado desenvolve uma compreensão mais firme dos fundamentos jurídico-filosóficos que permeiam o Direito e o Estado como fenômeno político. Alerta também que quando não há uma devida atenção à essas referidas disciplinas, o ensino e o entendimento do Direito tornam-se rasos e acríticos.<sup>290</sup>

---

<sup>288</sup>LEISTER, Margareth Anne. TREVISAM, Elisaide. op. cit., p.64.

<sup>289</sup>ALMEIDA, Frederico de. SOUZA, André Lucas Delgado. CAMARGO, Sarah Bria de. op. cit., p.22.

<sup>290</sup>QUADROS, Fausto de. op. cit., p.881.

George Browne Rego enaltece a importância da História e da Filosofia para o ensino do Direito, sob uma nova visão, afirmando que:

Portanto, essa complexa inter-relação que conecta os estudos históricos à filosofia e estes ao direito, munidos de uma perspectiva multidisciplinar, deixa entrever que é exatamente por força dessa interpretação de variadas multidiscipliniedades que, metaforicamente, se poderia comparar nesse caso a abordagem interdisciplinar a um diamante multifacetado, no qual cada diferente área do saber utilizada realça, de acordo com o seu ângulo de luminosidade reflexiva, uma nova tonalidade a integrar-se harmoniosamente às demais, culminando, eventualmente, numa ampliação e enriquecimento dos fenômenos sob enfoque.<sup>291</sup>

Já Hespanha explica a importância da História do Direito, reforçando os valiosos porquês dessa relevância. Confira-se:

A opinião aqui adotada é a de que a história do direito é, de facto, um saber formativo; mas de uma maneira que é diferente daquela em que o são a maioria das disciplinas dogmáticas que constituem os cursos jurídicos. Enquanto as últimas visam criar certezas acerca do direito vigente, a missão da história do direito é antes a de problematizar o pressuposto implícito e acrítico das disciplinas dogmáticas, ou seja, o de que o direito dos nossos dias é o racional, o necessário, o definitivo. A história do direito realiza esta missão sublinhando que o direito existe sempre “em sociedade” (situado, localizado) e que, seja qual for o modelo usado para descrever as suas relações com os contextos sociais (simbólicos, políticos, económicos, etc.), as soluções jurídicas são sempre contingentes em relação a um dado envolvimento (ou ambiente).<sup>292</sup>

Ainda no que se refere à dimensão da História para o ensino jurídico e para o Direito de modo geral, nomeadamente para o jurista, reforça Christian Baldus que:

---

<sup>291</sup>BROWNE REGO, George. **Uma introdução à História do Direito**. In História do Direito e do Pensamento Jurídico em Perspectiva. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2012. p.17.

<sup>292</sup>HESPANHA, António Manuel. op. cit., p.13.

Mas o jurista só poderá utilizar os seus instrumentos técnicos de uma forma ideal, se estiver bem orientado sobre a sociedade na qual pretende empregá-los. A sociedade tem uma história e é apenas a partir desta que poderá ser entendida – assim como um indivíduo só pode ser entendido se for conhecida a sua biografia; o direito tem também uma história; quem conhece ambas saberá aquilo que o direito pode ou não realizar em determinada situação.<sup>293</sup>

Outrossim, nesse rol de importantes depoimentos acerca da importância de disciplinas relevantes em uma abordagem transversal, interdisciplinar e transdisciplinar do ensino jurídico, colaciona-se o contributo de Eduardo Bittar no que tange à valoração da Filosofia do Direito, para estes fins:

[...] a disciplina é capaz de agregar à preparação humana deste tipo de profissional no cumprimento de suas tarefas curriculares (despertar e conscientizar), e nem mesmo somente por força da necessidade de formatação de um modelo de currículo jurídico nacional e unificado, mas especialmente para formação de bacharéis conscientes dos grandes dilemas que movimentam a atitude de pensar o Direito.<sup>294</sup>

Por último, assinalam-se as palavras de António Pedro Barbas Homem acerca da importância de um pensamento histórico crítico no ensino do Direito:

Numa época marca pelo declínio do «dogma académico», de certo modo o fim do mote da «cultura pela cultura», quando se assinala que a universidade parece incapaz de realizar os fins clássicos de educação cultural do homem e se orienta cada vez

---

<sup>293</sup>BALDUS, Chrustian. **A importância do Direito Romano e da Tradição Romanista para o Direito Português. Uma introdução para estudantes do Direito.** In Interpretatio Prudentium I: Direito Romano e Tradição Romanista em Revista. Lisboa: THD, 2016. p.43.

<sup>294</sup>BITTAR, Eduardo C. B. **O ensino da Filosofia do Direito: História, legislação e tradição na cultura jurídica brasileira.** In Separata da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa: Volume XLVI – Nº1. Coimbra: Coimbra Editora, 2005. p.53.

mais para o horizonte mais estreito da formação de profissionais, é tempo de continuar a reivindicar a herança que, em especial, recolhemos do iluminismo: valorizar a história e razão e o conhecimento integrador da ciência e da cultura. Uma Faculdade de especialistas seria uma Faculdade politécnica, incapaz de reagir à mudança e de compreender o sentido das coisas. Cabe aos cientistas da história do direito demonstrar a utilidade e a necessidade do seu conhecimento para compreender e poder agir sobre o presente.<sup>295</sup>

Se o ensino jurídico precisa melhorar urgentemente, tornando-se mais igual, humano e determinado a formar juristas que problematizem o Direito buscando o justo, as disciplinas que são de cariz de formação fundamental não podem mais serem vistas apenas como um requisito legal no planejamento dos projetos pedagógicos, no caso brasileiro, ou apenas como um conjunto de disciplinas propedêuticas, lecionadas no início do curso, de forma completamente dissociada do restante, em ambos.

É preciso que o ensino dessas importantíssimas matérias seja feito de forma profunda e interligada, interconectada e até mesmo injetada nas demais disciplinas ditas jurídicas, do curso do Direito. Somente assim o acadêmico terá a possibilidade de perceber que o Direito, de fato, desenvolve-se em conjunto com diversos outros aspectos, em um determinado espaço, em um local específico e, mormente, em um contexto com características singulares.

Somente assim o ensino jurídico poderá libertar-se das abstrações e falsas neutralidades positivistas que tradicionalmente encobriram o curso de Direito nos últimos anos.

---

<sup>295</sup>BARBAS HOMEM, António Pedro. **Sobre o Ensino Jurídico-Histórico na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa**. In Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Martim de Albuquerque: Volume I. MIRANDA, Jorge. Organização. Coimbra: Coimbra Editora, 2010. p.183.

## 5.6 Métodos e técnicas inovadoras e motivadoras

Tudo isso posto, passa-se a refletir acerca das possibilidades de superação das barreiras do conservadorismo e do conformismo que tanto prejudicam o cotidiano do ensino jurídico e, apesar de estarem fortemente enraizados nas realidades brasileira e portuguesa, necessitam ser desmistificadas.

O ato de ensinar precisa ser uma “via de mão dupla”, ou seja, proveniente de uma boa relação entre professores e alunos, para que o conhecimento seja amplamente edificado e possa deter um cariz crítico e investigativo em prol da cidadania. Destarte o ensino deve ser uma “experiência mutua de aprendizado, valorização do outro e de comunicação.”.<sup>296</sup>

Para que o ato de ensinar seja plenamente desenvolvido dentro das Escolas Jurídicas, no panorama já descrito aqui (de métodos arcaicos e instituições conformadas e acomodadas) reitera-se novamente a necessidade da implementação de novas técnicas e medidas que inovem a educação jurídica.

Alerta-se, antes de mais, para o fato de que quando se fala em conformismo, não se identifica o problema unicamente naqueles docentes que, já acostumados e chancelados pela prática reiterada das mesmas ações, costumam aplicar mais do mesmo. Pelo contrário, o referido conformismo é plurivalente, sendo verificado além de nas Escolas e nos seus corpos docentes, também, e muito, nos corpos discentes.

Muitas vezes os professores que possuem uma visão avançada do ensino, uma ideologia “libertária” e uma gestão pedagógica evoluída, experimentam a rejeição de seus alunos. Trata-se, evidentemente, de estudantes que foram manipulados, influenciados e acostumados a assim agir pelos meios sociais a que se inserem, não tendo a capacidade de refletir sobre a forma de ensino que lhes é ofertada.<sup>297</sup>

Todavia, o comum, resultante de todos os problemas supracitados, é uma relação patológica na qual há uma incompreensão mútua, seguida de uma

---

<sup>296</sup>CRUZ, Elisa Pires da. SENA, Jaqueline Santa Brígida. BLOTTA, Vitor Souza Lima. LEVY, Wilson. op. cit., p.211.

<sup>297</sup>MARTÍNEZ, 2002. op. cit., p.15.



aceitação descabida. Hamilton Werneck comenta, acertada e assertivamente que: “Geralmente quando um professor finge que ensina, e, depois, nada exige, os alunos fingem que aprenderam e nada falam. Quando, porém, não se leciona e se exige depois um grau de dificuldade incompatível, os alunos [...] reclamam[...].”<sup>298</sup>

O ensino jurídico, para que melhore, passa necessariamente pelo aumento dos níveis de exigência, do rigor acadêmico e de uma visão antagônica às “educações em massa” que tanto ganham em popularidade ultimamente.<sup>299</sup>

Desse modo, a motivação de todos os agentes que compõem a estrutura do ensino jurídico, nomeadamente por meio das valiosas iniciativas inovadoras, é condição para que este cenário possa ser mudado.

A já explicada técnica metodológica encaixa-se perfeitamente nessa nova percepção. Ao elencar-se um conjunto vasto de métodos e estando o docente preparado para aplicá-los, o estudo de cada conteúdo fica personalizado, respeitando-se as necessidades dos alunos, da turma e da aula, atingindo-se, por consequência, o resultado de um ensino muito mais eficaz.<sup>300</sup>

É necessário, portanto, que o corpo docente esteja preocupado não apenas como os conteúdos ou com as disciplinas a serem ensinadas, mas sim da forma como tal matéria é ensinada e da forma como é recebida e aprendida pelo aluno.<sup>301</sup>

Verifica-se que as melhorias mais significativas que podem ser promovidas em determinado ensino jurídico estão necessariamente contidas no momento prévio da execução das aulas, ou seja, em sua preparação. Destarte, denota-se daí a importância de um substancial envolvimento das instituições e de seus

---

<sup>298</sup>WERNECK, Hamilton. **Se você finge que ensina, eu finjo que aprendo**. Petrópolis: Vozes, 1992. p.15.

<sup>299</sup>QUADROS, Fausto de. op. cit., p.887.

<sup>300</sup>MARTÍNEZ, 2007, op. cit., p.305.

<sup>301</sup>CARLINI, Angélica. op. cit., p.334.

professores na busca pela implementação de novos conteúdos e métodos de ensino.<sup>302</sup>

Ademais, é nesse momento preparatório que outras medidas significativas podem ser ponderadas e implementadas. Entre estas está a interessante possibilidade de flexibilização curricular do curso de Direito. Podendo ser realizada de forma que o próprio estudante tenha mais legitimidade para optar por algumas disciplinas que lhe fazem mais sentido, ou seja, que queira se aprimorar, visando um futuro profissional.

Em ambos sistemas de ensino jurídico abordados neste trabalho, existe a figura das disciplinas eletivas, ou também denominadas optativas. Todavia, estão bastante limitadas, costumando ser apenas uma ou duas opções por semestre letivo. A ideia de amplificação destas possibilidades traz possíveis benefícios que vão desde uma pluralidade maior de formações profissionais dentro do mesmo curso, até mesmo a maior satisfação e consequente empenho dos alunos.

Deve-se dizer também que, uma vez executado esse projeto mais flexível de ensino do Direito, um outro benefício direto que se obtém é a maior atualização dos estudantes, por possuírem maior tempo disponível dentro de sua graduação, ou licenciatura e, principalmente, pelo fato dos estudos serem realizados de forma mais aprofundada, tornando os alunos mais capazes de solucionar os problemas sociais com que se depararem.<sup>303</sup>

Além do posto, o Direito atual progressivamente mais complexo, bem como o advento do aparecimento de inúmeras novas profissões jurídicas, requerem uma formação jurídica que respeite uma base sólida de princípios e conteúdos, mas, por outro lado, exigem que o aluno possa moldar seu curso de forma mais condizente com o perfil profissional almejado. As disciplinas eletivas podem, nesse sentido, ser um instrumento de modernização do curso de Direito.<sup>304</sup>

---

<sup>302</sup>MARTÍNEZ, 2002. op. cit., p.23.

<sup>303</sup>ALMEIDA, Frederico de. SOUZA, André Lucas Delgado. CAMARGO, Sarah Bria de. op. cit., p.23.

<sup>304</sup>QUADROS, Fausto de. op. cit., p.883.

Esta modernização do Direito passa, ainda que não somente por isso, mas também pela utilização de recursos de tecnologia com o fim de se tornar as aulas mais ágeis, úteis e atrativas. Nesse sentido, concorda Vera-Cruz: “ As novas aplicações tecnológicas permitem adquirir mais e melhor informação e um maior aproveitamento do tempo disponível, alterando a forma de organizar a lecionação [...]”.<sup>305</sup>

Mais reflexões e alguns exemplos de excelência que aliaram à tecnologia ao estudo do Direito serão elencados, por uma questão de organização, na parte final deste estudo.

Contudo, apesar de todas as incríveis possibilidades que são abertas quando da análise dos pontos listados acima, há de se ter em mente algo bastante claro: o sucesso dessas ações, ou seja, do ensino jurídico executado a partir dessas técnicas, somente será possível quando os alunos além de terem acesso a eles, estejam motivados a aprender.

A motivação é característica inerente ao sucesso de tudo que está relacionado com a mente humana. Para que um aluno possa sentir-se motivado deve, antes de mais, possuir um sentimento efetivo de pertencer àquela determinada atividade, desejando participar.

Os cursos jurídicos devem utilizar-se de metodologias participativas, com a função de mover ambos alunos e professores para longe de suas respectivas zonas de conforto, representado pelo método expositivo, quando único. A possibilidade de realização de atividades extracurriculares combate a escassez temporal e aplicação de estratégias de nivelamento entre os alunos, colmata as lacunas das diferenças de rendimento entre os alunos.<sup>306</sup>

O ato de ensinar deve ser resguardado por uma postura crítica e participativa, imbuída fortemente na edificação do conhecimento. Para que esse processo

---

<sup>305</sup>VERA-CRUZ PINTO, 2012, op.cit. p.130.

<sup>306</sup>ALMEIDA, Frederico de. SOUZA, André Lucas Delgado. CAMARGO, Sarah Bria de. op. cit., p.27.

seja eficaz, deve respeitar as personalidades dos estudantes, sendo este o polo mais ativo, e assumindo, num momento ideal, o protagonismo da relação.<sup>307</sup>

É preciso que o professor de Direito adote uma postura motivadora de seus discentes e que estimule a sua criatividade. Verifica-se no ensino jurídico o que Vera-Cruz chama de “um processo de personalização do aluno”, capaz de desenvolver um verdadeiro sentimento de valorização da justiça e da verdade e da vontade de aprender e dedicar-se à ajuda dos outros.<sup>308</sup>

Destarte, apostar na inovação do ensino, no que tange às tarefas de todos os polos da relação de ensino e aprendizagem, assim como na motivação dos corpos discente e também docente, são maneiras de se tentar superar a antiga nuvem de estagnação que paira sobre a lecionação do Direito.

---

<sup>307</sup>ZUGMAN, Daniel Leib. BASTOS, Frederico Silva. op. cit., p.117.

<sup>308</sup>VERA-CRUZ PINTO, 2012, op.cit. p.14.

## 5.7 O importante incentivo à pesquisa

Um ponto que ainda resta bastante carente nas Faculdades de Direito, apesar de boas iniciativas já terem sido aplicadas em alguns lugares, é o fomento à iniciação científica e à pesquisa de modo geral.

Em ambos modelos de ensino jurídico, a preocupação externa em relação à necessidade de melhoria e aumento da pesquisa científica nos cursos de Direito fora demonstrada.

No Brasil, com a Portaria N.º 1.886/94 e a Resolução N.º 09/04 do CNE/CES do MEC, com uma intenção clara de melhorar a formação dos juristas, dando-a um caráter mais humanístico, entre os muitos outros pontos, buscou promover o hábito pela pesquisa dos estudantes de Direito, estabelecendo como uma exigência a entrega de uma monografia no fim do curso.<sup>309</sup>

Já em Portugal, é texto constitucional, a partir de 1997, que estabelece uma relação entre a autonomia e a avaliação das universidades, sendo que esta medida avaliativa leva em consideração nomeadamente a qualidade da investigação, analisada pela: abertura da Faculdade ao exterior; participação em eventos internacionais; e publicações realizadas em revistas científicas.<sup>310</sup>

Entretanto, na prática, a realidade com que se depara ainda é um pouco resistente por diversos motivos, seja pelo conservadorismo de docentes, discentes ou pela impossibilidade ou pelo não desejo de investimento por parte das instituições.

No caso brasileiro, grande parte dos estudantes queixa-se por ter a obrigatoriedade de desenvolver uma pesquisa e entregar a referida monografia acerca de um tema jurídico, contraponto o fato de estarem passando por um

---

<sup>309</sup>BORTOLON, Mariana Cavarra. **A necessidade de uma formação humanística efetiva no ensino do Direito.** In Ensino jurídico e pedagogia: em busca de novos saberes. FRANCISCHETTO, Gilsiene Passon. Organização. Curitiba: Editora CRV, 2010. p.74.

<sup>310</sup>BARBAS HOMEM, 2010. op. cit. p.182.

momento de conclusão do curso e terem de, brevemente, realizar exames ou se preocuparem com o ingresso nas carreiras jurídicas.<sup>311</sup>

Para que esse cenário seja transformado é preciso que haja maior compreensão por parte das Escolas e de seus corpos docentes, no sentido de que deixem de ver com maus olhos as atividades que fogem do trivial, devendo o exclusivismo da sala de aula e das conseqüentes aulas expositivas, como modelo único de ensino, ser superado.<sup>312</sup>

A pesquisa científica precisa passar a fazer parte do curso de Direito. Não somente nos breves momentos de estudo do que fora lecionado e será eventualmente cobrado em avaliações, mas sim como forma de iniciação e extensão científica, com intuito de conhecimento de novas áreas e aprofundamento de outras.

---

<sup>311</sup>CRUZ, Elisa Pires da. SENA, Jaqueline Santa Brígida. BLOTTA, Vitor Souza Lima. LEVY, Wilson. op. cit., p.211.

<sup>312</sup>Ibid., p.223.

## 5.8 O verdadeiro professor de Direito

Em qualquer relação de ensino-aprendizagem, em que pese ser objetivo central que o aluno possa assimilar muito bem os conteúdos lecionados e, para tal, ter o compromisso de dedicar-se e estar disponível para aprender, é o professor aquele que tem a verdadeira obrigação de ensinar, devendo fazê-lo da melhor forma possível, utilizando-se das melhores técnicas e desempenhando seu labor com paixão.

É função do professor de Direito não apenas ser o transmissor de determinado conteúdo jurídico, falando mais do que já fora dito, e forjando o estudante a consolidar uma linguagem forense específica. Desenvolver um vocabulário e um modo de raciocinar logicamente é o dever pessoal de cada aluno. O dever do professor é o de demonstrar aos acadêmicos, através de seu exemplo, como pensar efetivamente o Direito e resolver seus casos de forma justa.<sup>313</sup>

Fala-se, progressivamente mais, em um professor que possua um caráter “humanizador”. Trata-se daquele profissional do ensino que consegue utilizar todos os métodos e estratégias ideais, respeitando as mudanças sociais e culturais, para que se possa exigir dos alunos que estão sendo formados que sejam parecidos com os mestres que os formaram.<sup>314</sup>

O professor de Direito deve, antes de tudo, ser um idealista da universidade. Não deve ser considerado apenas aquele que tudo sabe, mas sim, deve ser um orientador na busca pelo conhecimento. A ideia de um “professor-orientador” pressupõe que, sendo próximo e bem quisto pelos alunos, consiga neles formar uma consciência crítica e reflexiva, estimulando-os a pesquisar, debater, serem criativos e preocupados com sua formação acadêmica.<sup>315</sup>

Distingue-se ainda a função do professor como um “mediador pedagógico”, ou seja, que gere a relação entre os alunos e sua aprendizagem, realizando uma espécie de trabalho em consonância. Destarte, o aluno abandona uma postura

---

<sup>313</sup>VERA-CRUZ PINTO, 2012, op.cit. p.33.

<sup>314</sup>MARTÍNEZ, 2002. op. cit., p.24.

<sup>315</sup>ALVES, Elizete Lanzoni. op. cit., p.243.

meramente receptiva de conteúdos, passando a ter uma responsabilidade ativa na sua formação.<sup>316</sup>

Todavia, essa relação mais horizontal entre professor e aluno não significa, absolutamente, que o mestre deixará de ter responsabilidades e autoridade em sua lecionação. Há aqui um dualismo importante entre liberdade e autoridade, que, sempre que equilibrado, será saudável.<sup>317</sup>

Ressalta-se, uma vez mais, a veemente necessidade dos professores de Direito dedicarem-se também à formação pedagógica, somente assim a educação jurídica poderá dar um significativo salto de qualidade.

O ensino do Direito deve ser a ocupação principal da atividade profissional do docente e não o contrário. Os professores universitários devem possuir vocação para ensinar, bem como um currículo de peso e publicações relevantes na Academia.<sup>318</sup>

Angelica Carlini descreve a função do professor, acima de tudo, como a de um motivador de seus alunos, senão verifique-se:

O docente é o ator do processo ensino-aprendizagem que deve estar permanentemente interessado em cada um de seus alunos, também atores desse processo, incentivando-os na aprendizagem, motivando-os a buscar novos conhecimentos e a construir uma reflexão crítica sobre eles, conhecendo suas dificuldades e criando condições de superação delas, entusiasmando-os a pesquisar e a desenvolver permanentemente as habilidades e competências necessárias para sua profissionalização.<sup>319</sup>

E ainda, Eduardo Vera-Cruz Pinto arremata que:

---

<sup>316</sup>MASETTO, Marcos Tarciso. TAVARES, Cristina Zukowsky. op. cit., p.41.

<sup>317</sup>FRANCISCETTO, Gilsiene Passon.op. cit., p.37.

<sup>318</sup>VERA-CRUZ PINTO, 2012, op.cit. p.30.

<sup>319</sup>CARLINI, Angélica. op. cit., p.333.



Ensinar com vocação, disponibilidade, paixão, rigor e *sapientia*, fundando as exposições na investigação e na experiência/*prudentia*, exercer a persuasão e a coação, no sentido da disciplina, são elementos que fazem da função do professor um magistério e da universidade uma alma *mater*.<sup>320</sup>

O processo de aprendizagem está presentemente vinculado ao sentimento de pertença, quer dizer, a partir do momento em que um aluno passa a perceber que faz parte e é protagonista do seu processo de aprendizagem, aumenta sensivelmente seu rendimento, não sendo essa possibilidade de melhoria sequer comparável a nenhum outro método educativo, por melhor que possa ser.<sup>321</sup>

O professor de Direito deve ter em mente o relevante compromisso que assume com a ciência jurídica, quando resolve ensinar. Um crescente número de cursos jurídicos, demasiado e descontrolado como já se comentou, resulta na abertura de muitas vagas para que se leccione na Faculdade de Direito, vagas que, infelizmente, nem sempre são colmatadas com profissionais suficientemente qualificados ou necessariamente dedicados.

A mudança no cenário do ensino jurídico está diretamente ligada à maior atenção da formação pedagógica dos professores e de sua preparação para o exercício do magistério.

Somente devem se dedicar a essa função aqueles que realmente amam o Direito e que possuem muito claro o significado da responsabilidade que é ensiná-lo. Se o compromisso do jurista é com a justiça, a do professor é com o sucesso em demonstrar aos seus alunos como alcançá-la.

---

<sup>320</sup>VERA-CRUZ PINTO, 2012, op.cit. p.30.

<sup>321</sup>ZABALZA, Miguel A. **Diários de aula: um instrumento de pesquisa e desenvolvimento profissional**. Porto Alegre: Artmed, 2004. p.198.

## **5.9 A demonstração da realidade de injustiça como forma de ensinar o Direito**

Uma das formas mais efetivas de se demonstrar ao alunado os motivos de se dever sempre buscar a justiça é justamente possibilitando que se deparem com situações de extrema injustiça.

Apesar de inicialmente parecer paradoxal, é nesta situação de choque com a verdade, com uma dura realidade e com as consequências de uma decisão ou com um desfecho injusto para um fato social, caso ou problema jurídico, que os alunos tendem a experimentar o quão amargo é o sabor da arbitrariedade e, conseqüentemente, moldam-se e tendem a desenvolver-se de forma a, minimamente, evitar essas situações e idealmente a lutar contra elas em seu futuro profissional.

O cenário contemporâneo demanda que aquele que leciona o Direito esteja disposto a oferecer seu conhecimento em prol das mais céleres e justas soluções para as problemáticas jurídico-sociais. Deve sempre tentar aproximar o ensino da realidade e, mormente, da realidade em que seus alunos se inserem.<sup>322</sup>

Uma pedagogia crítica verdadeiramente implementada nas Faculdades de Direito, pelos seus professores, faria com que estes estivessem dispostos a sanar as deficiências constantes do processo de ensino e aprendizagem tradicional, em prol do bem comum.<sup>323</sup>

E a demonstração da realidade injusta pode, e deve, também ser realizada fora do ambiente convencional da sala de aula. Segundo a técnica ecossistêmica (já descrita nesse capítulo), uma das possibilidades existentes que pode ser elegida pelo professor é o de trocar o local comum de ensino, fazendo com que o Direito possa ser efetivamente lecionado nos verdadeiros espaços sociais.<sup>324</sup>

---

<sup>322</sup>VERA-CRUZ PINTO, 2012, op.cit. p.34.

<sup>323</sup>MARTÍNEZ, 2002. op. cit., p.16.

<sup>324</sup>MARTÍNEZ, 2007. p.312.

Assim, os alunos poderiam, entre outras coisas, se deparar com os verdadeiros problemas jurídicos e com as soluções nem sempre justas oferecidas pelo sistema, *in loco*.

Vivenciar o injusto é uma experiência universal. Seja um estudante de Direito português, brasileiro ou de qualquer outra nacionalidade, ao ver e perceber o que se passa em uma situação de injustiça, desperta seu lado humano e, no mínimo, o faz refletir.

José Renato Nalini descreve essa proposta de ensino como:

O processo de conhecimento está vinculado à apreensão psicossensorial do entorno com decodificação crítica da realidade. A partir do contato efetivo com a situação de injustiça que campeia o mundo é que o aluno terá sua atenção despertada para a validade e atualidade do direito.<sup>325</sup>

Difícilmente um aluno que veja uma decisão legal, porém absolutamente injusta, como são muitas na realidade dogmática acrítica que se vive no Direito hodierno, tenderá a priorizar a letra da lei ou a jurisprudência consolidada de determinado tribunal.

Nesse momento, despertará em cada estudante o sentimento de justiça e a vontade de, efetivamente, buscar por ela. Será também nessa oportunidade que a famosa frase do jurista uruguaio, Eduardo Juan Couture, voltará a fazer sentido: “Teu dever é lutar pelo Direito, mas se um dia encontrares o Direito em conflito com a justiça, luta pela justiça.”<sup>326</sup>

---

<sup>325</sup>NALINI, José Renato. op. cit., p.288.

<sup>326</sup>COUTURE, Eduardo Juan. **Os mandamentos do Advogado**. 3. Ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1987. p.10.

### 5.10 Compêndio de experiências bem sucedidas na melhora do ensino jurídico

Uma vez explicado o conjunto de ações que podem ser implementadas para a melhora do ensino jurídico nas realidades examinadas, parte-se para uma etapa complementar e bastante importante deste estudo: um compêndio de boas experiências realizadas em projetos reais cujo tema foi o ensino do Direito.

A primeira iniciativa que vale ser comentada é o Projeto Direito Integral (ProDi) do Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Trata-se de uma atividade acadêmica complementar em forma de projeto de extensão na qual são desenvolvidas uma série de técnicas participativas de ensino. Destacam-se a “Metodologia de Análise de Decisões – MAD” cuja ideia é proporcionar aos alunos a oportunidade de refletir e explicar o sentido de uma decisão judicial; o “Diálogo Socrático” que é um método participativo baseado na técnica dialógica de apresentação de argumentos e contra-argumentos; e o “Portifólio” que, por seu turno, é uma forma de registro das atividades e posteriormente um instrumento de avaliação dos alunos. Todas as técnicas utilizadas fomentam a participação ativa dos alunos no processo de ensino e aprendizagem, bem como os deixa motivados e, conseqüentemente, melhora sua *performance* estudantil.<sup>327</sup>

Outra técnica inovadora e relevante que pode ser apresentada é a “Oficina Jurídica” que está inserida dentro do Projeto “Teoria Prática” da Faculdade de Direito de Vitória. Apresentada pela Instituição como uma “estratégia” de aprendizagem, consiste em uma oportunidade de ensinar o aluno “a fazer”, como é a essência de qualquer oficina. Com esta ação, a faculdade possibilita que o aluno produza, de forma prática, um documento jurídico, sob a orientação de um professor. Dessa forma participativa o aluno alia os conhecimentos teóricos com a possibilidade de agir, podendo além de desenvolver-se, ampliar sua capacidade de perceber os fenômenos sociais e políticos que se contextualizam com a atividade executada. O benefício mais destacado é o surgimento da noção

---

<sup>327</sup>MUSSE, Luciana Barbosa. NETO, Emésio Dario de Araújo. **Ensino jurídico participativo por meio de extensão acadêmica sob uma abordagem dialógica.** In Ensino do Direito em Debate: Reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente. GHIRARDI, José Garcez. FEBERBAUM, Marina. Organização. São Paulo: Direito GV. 2013. p.169.

de que as soluções jurídicas não estão somente nas leis e nem prontas na doutrina, sendo que demandam pesquisa e reflexão.<sup>328</sup>

Uma outra boa iniciativa para melhoria da educação jurídica é a “Escola de Formação” da Sociedade Brasileira de Direito Público – SBDP. Diferentemente das demais citadas, trata-se de um estágio científico e não de uma atividade interna das Faculdades de Direito para seus alunos. As aulas organizam-se através da eleição de vários métodos de debate e diálogo, baseadas em decisões judiciais e mediadas por um professor. Essa metodologia de trabalho instiga os alunos a estudarem o material indicado, para assim se prepararem adequadamente para o momento da discussão. Durante os debates os alunos tendem a desenvolver o raciocínio, a reflexão e a argumentação. Por estarem diretamente envolvidos com a dinâmica de trabalho mantêm-se motivados e atentos. A função do professor, como já dito, foge da obsoleta aula expositiva e passa por conduzir o debate, tendo a certeza de que os alunos esgotarão os tópicos mais relevantes do material sugerido.<sup>329</sup>

Vale referir também alguns preceitos que são utilizados como diretrizes do curso de Direito da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas – Direito GV. Não se trata de um projeto específico como os citados anteriormente, mas sim de ideias que acompanham os agentes da relação ensino-aprendizagem durante todo o curso. A utilização de metodologias ditas alternativas, na prática, se mostra possível, tendo como consequência primordial a não utilização exaustiva do método expositivo como modo único de trabalho. Uma dessas novas possibilidades é o estudo de caso, momento no qual os alunos têm acesso a uma problemática fática, aproximando-se do contexto e da realidade social, bem como desenvolvem uma relação mais alinhada com seu professor, que passa a desempenhar a função de orientador. Novamente o estímulo à ação do corpo discente demonstra trazer bons efeitos motivacionais.<sup>330</sup>

---

<sup>328</sup>PEDRA, Adriano Sant’Ana. DIOGO, Valéria de Freitas. **Oficina Jurídica**. In Ensino Jurídico: Experiências Inovadoras. MIGUEL, Paula Castello. OLIVEIRA, Juliana Ferrari de. Organização. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010. p.44.

<sup>329</sup>PINTO, Henrique Motta. CORRÊA, Luiza Andrade. PINTO, Camila Batista. op. cit., p.187.

<sup>330</sup>ARAUJO, Danilo Borges dos Santos Gomes de. GOMES JÚNIOR, Roberto Lincoln de Sousa. **Método do Caso na Direito GV: Uma particular narrativa da produção e da utilização de estudos**

Ainda do contributo brasileiro para este estudo tem-se a narrativa dos benefícios da rede “Ning Legística” idealizada na Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. É uma espécie de rede social estabelecida através de plataforma virtual na internet. Entre as possibilidades abertas pela plataforma estão: a facilitação do encontro virtual dos interessados; o ambiente de rede gerado, onde se pode colocar arquivos, mídias em geral, textos e apresentações; além de ser possibilitado o diálogo e o debate entre os participantes. O maior benefício encontrado além da praticidade é a relativização dos conceitos de tempo e espaço, facilitando-se o acesso de todos e poupando-se preciosas horas e despesas.<sup>331</sup>

É importante recordar que, devido ao significativo nível de avanço tecnológico apresentado atualmente, grande parte das universidades já apresenta uma plataforma virtual que serve como ferramenta de ensino ou, ao menos, deveria servir. A Universidade de Lisboa, por exemplo, coloca à disposição de todas suas Faculdades uma plataforma denominada “*E-Learning*”, que permite uma série de ações interativas que, se bem utilizadas, poderiam, além de poupar recursos temporais e financeiros, incrementar o processo de ensino e aprendizagem, gerando melhorias diversas. É preciso que as iniciativas, além de disponibilizadas, sejam divulgadas e que seu uso seja fomentado e viabilizado por meio de explicações ao corpo docente e discente das Instituições.

Partindo para o ensino jurídico português, há de se elencar algumas experiências de sucesso. Uma delas é a “*Católica Global School of Law*” da Faculdade de Direito da Universidade Católica de Lisboa. Além de um grande investimento na internacionalização e intercâmbio de pesquisas e pesquisadores, desenvolveu-se o método do “*Total Law*”, de autoria de Joseph Weiler e Miguel Poiares

---

de caso na graduação da Direito GV, com testemunhos do professor e do aluno. *In*: Ensino do Direito em Debate: Reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente. GHIRARDI, José Garcez. FEBERBAUM, Marina. Organização. São Paulo: Direito GV. 2013. p.243.

<sup>331</sup>KAITEL, Cristiane Silva. MOTA, Louise Menegaz de Barros. **Uso de plataforma virtual no ensino jurídico.** In Ensino do Direito em Debate: Reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente. GHIRARDI, José Garcez. FEBERBAUM, Marina. Organização. São Paulo: Direito GV. 2013. p.233

Maduro, estruturado sobre os pilares da interdisciplinaridade, interatividade e do debate.<sup>332</sup>

Um bom exemplo de método pedagógico que traz sólidos benefícios ao ensino do Direito é o “método de avaliação contínua” da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Inicialmente, pode-se dizer que trata-se de um sistema que fomenta a análise teórica mas também casuística, aliando a prática e a teoria, bem como abrangendo os aspectos histórico, cultural e contemporâneo do Direito. Como método de avaliação que é, além de, logicamente, atribuir classificação aos alunos, acaba por interferir, nesse caso positivamente, no modo como os alunos são ensinados. Como benefícios diretos pode-se falar no estreitamento da relação entre aluno e professor bem como numa maior personificação e respeito dos ritmos de aprendizagem de cada estudante.<sup>333</sup>

Há de se falar também do inusual, porém muito valioso, exemplo trazido também pela FDUL, qual seja “O teatro como instrumento didático no ensino do Direito Romano”. Aproveitando-se das características históricas e interessantes da disciplina, os alunos, em sede de atividades extracurriculares, baseiam-se em casos romanos, escrevem e executam peças de teatro. Com apoio do grupo de teatro da Faculdade, no fim de cada semestre letivo a peça que fora elaborada é apresentada. Os professores acompanham o trabalho atentos para os pormenores referentes à disciplina e analisam o desempenho acadêmico dos alunos. Verifica-se, nesse exemplo, uma forma de envolvimento e motivação bastante grande do corpo discente. A ideia da culturalização e humanização do Direito implica em “represtigiar a dimensão narrativa da transmissão de conhecimentos.”

Além dos exemplos já mencionados, ainda tem valor alguns outros provenientes de algumas realidades diferentes da luso-brasileira. Tratam-se de algumas ações promovidas noutros Direitos, inclusive do *Common-Law*, que, apesar de material e processualmente serem bastante díspares, no que se refere a seu ensino, em que pese saibamos que o ensino jurídico também desenvolve-se de

---

<sup>332</sup>MATIAS, Gonçalo Saraiva. **O ensino do Direito Global**. Acesso em: 05/09/2018. Disponível em: «<https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/o-ensino-do-direito-global-296286>»

<sup>333</sup>VERA-CRUZ PINTO, 2012, op.cit. p.34.

forma específica em cada país, possui exemplos de metodologias de ensino e gestão do ensino, bastante válidas e usuais para esta pesquisa.

Destes, algumas técnicas e métodos que foram referidos neste trabalho puderam ser confirmados como válidos e, de fato, funcionais, como por exemplo: a utilização do *feedback* dos alunos referente às atividades letivas desenvolvidas para melhoria da lecionação; a importância da motivação e do envolvimento dos alunos nas atividades propostas; a relevância do apoio de formação, em aspectos pedagógicos, dos professores em início de carreira docente; a utilização de meios diferenciados para exposição do conteúdo jurídico, além do já citado teatro, também dos filmes e da literatura; a utilização da figura dos trabalhos em grupo para retirar os alunos de sua zona de conforto; a implementação de plataformas virtuais de ensino; e a necessidade de se ensinar com autoridade, mas sem autoritarismo.<sup>334</sup>

Assim sendo, acredita-se ter sido feito um satisfatório compilado do que pode ser mais inovador e benéfico para a evolução do ensino jurídico do modelo português e brasileiro.

---

<sup>334</sup>CFR. LIU, Hin-Yan. **Teaching without authority**. In *The Law Teacher: The International Journal of Legal Education*: Volume 46 – Nº 2. Londres: Routledge Taylor&Francis Group, 2012.; CHUI, Wing Hong. **The use of a virtual learning environment: the Hong Kong experience**. In *The Law Teacher: The International Journal of Legal Education*: Volume 40 – Nº 1. Londres: Routledge Taylor&Francis Group, 2006.; CHRISTUDASON, Alice. **Using student feedback to improve the quality of teaching law to non-law students**. In *The Law Teacher: The International Journal of Legal Education*: Volume 40 – Nº 1. Londres: Routledge Taylor&Francis Group, 2006.; BERRY, Elspeth. **Group work and assessment – benefit or burden?** In *The Law Teacher: The International Journal of Legal Education*: Volume 41 – Nº 1. Londres: Routledge Taylor&Francis Group, 2007.; PAWLOWSKI, Mark. GREER, Sarah. **Film and literature in the legal classroom**. In *The Law Teacher: The International Journal of Legal Education*: Volume 43 – Nº 1. Londres: Routledge Taylor&Francis Group, 2009.; JAMES, Helen. **Supporting new law teachers – a study to determine needs**. In *The Law Teacher: The International Journal of Legal Education*: Volume 43 – Nº 2. Londres: Routledge Taylor&Francis Group, 2009.; CLAYDON, Lisa. **Engaging and motivating students: assessment to aid student learning on a first year core law module**. In *The Law Teacher: The International Journal of Legal Education*: Volume 43 – Nº 3. Londres: Routledge Taylor&Francis Group, 2009.



## 6. CONCLUSÃO

Iniciou-se por realizar uma necessária retrospectiva histórica que remontou desde a origem da Universidade em Portugal até a situação problemática atual, de um caótico e inflado sistema educativo, composto por um número excessivo de Faculdades de Direito e, via de regra, mal gerido.

Nessa oportunidade, verificou-se o percurso da Universidade portuguesa, desde sua criação e desenvolvimento em Lisboa, até sua fixação definitiva em Coimbra. Buscou-se analisar os pormenores dos cursos jurídicos da época, de Leis ou de Cânones, pois verificou-se que, neste momento, reunia quase a totalidade de estudantes lusófonos de Direito do mundo, incluindo, obviamente, os provenientes do Brasil colônia, sendo a única opção em língua portuguesa, por muitos anos.

Posteriormente percebeu-se como fora o processo de instituição das primeiras Faculdades de Direito do Brasil, seus traços predominantes e a forte herança da tradição lusitana no ensino jurídico proposto. Pouco depois, pontuou-se também como foi a criação da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Fechou-se essa parte preliminar com uma análise histórica que chegou até a contemporaneidade, notando como evoluiu historicamente o ensino do Direito tanto em Portugal quanto no Brasil e compreendendo os motivos de serem tantas as semelhanças, nos mais diversos aspectos.

Num segundo momento, buscou-se promover uma análise dos sistemas de ensino do Direito executados no Brasil e em Portugal. Primeiramente, na realidade brasileira, verificou-se que, pelo contexto absolutamente *sui generis* existente naquele país, há a necessidade de existir um regramento legal muito mais presente, que delimite os requisitos e diretrizes do projeto pedagógico do Curso de Direito de todas as Faculdades nacionais. Verificou-se a forma como é realizado o controle estatal da educação jurídica e até onde vai a autonomia e a gestão das Instituições de Ensino.

Subsequentemente, examinou-se também o plano de ensino do Direito em Portugal, sua legislação e estruturação. Desde o princípio percebeu-se que a realidade portuguesa dava às Universidades uma autonomia muito maior.

Vislumbrou-se que o sentimento de autonomia universitária é bastante sério e resguardado neste país. Todavia, isso não significa que não há um regramento, que, obviamente se faz necessário e existe. Por isso, verificou-se além da legislação atinente ao tema, os regulamentos das Faculdades de Direito de Lisboa e de Coimbra, eleitas para este fim pelo seu peso, tradição e representatividade do Direito português.

Uma vez posta essa parte preliminar do presente estudo, migrou-se para uma análise reflexiva de um tópico extremamente importante para este trabalho: os problemas mais relevantes apresentados em ambos modelos de ensino jurídico.

Optou-se por, inicialmente, analisar separadamente os problemas que se demonstraram específicos de cada quadro. Iniciou-se por abordar as situações problemáticas do ensino jurídico brasileiro. Num contexto bastante peculiar, não comparável a nenhum outro país do mundo, compreendeu-se os motivos da enorme popularidade dos cursos de Direito; como desenvolveu-se a mercantilização do ensino superior e especificamente o caso da gigantesca quantidade de cursos jurídicos, quantidade que supera a soma de toda a oferta mundial.

A seguir, buscou-se analisar a situação do Processo de Bolonha, próprio das Universidades dos países europeus que foram signatários e aplicaram a *soft law*, como é o caso português. Pontuou-se quais foram as modificações promovidas pela Declaração, bem como averiguou-se quais foram os distúrbios a ela relacionados.

Esgotada essa parcela individualizada dos problemas específicos do ensino jurídico de cada país, caminhou-se para o exame da grande maioria dos problemas que, por motivos históricos, culturais e de estruturação dos sistemas, são mútuos. Das principais dificuldades constatadas nos dois modelos de ensino pode-se enunciar: uma lecionação obsoleta do Direito, fundada exclusivamente no positivismo jurídico e demasiadamente apegada ao legalismo e tecnicismo; o conservadorismo que paira sob a grande maioria das Escolas; o conformismo docente e discente que culmina, entre outras coisas, no enfraquecimento da relação de ensino e aprendizagem; a primazia do método de ensino essencialmente expositivo, sem variações ou implemento de outras técnicas; a

conturbada relação entre alunos e professores; e a crise hodierna do Direito e da Democracia com suas consequências mais diretas no ensino jurídico.

Com isso posto, apto se estava para adentrar à parcela mais importante deste trabalho: as possíveis estratégias de melhoria do ensino jurídico no cenário luso-brasileiro.

Destarte, abordou-se inicialmente a situação do Processo de Bolonha no ensino jurídico português, verificando-se quais são as possibilidades de utilizar de suas próprias características com intuito de lapidar algumas outras áreas e melhorar, de forma geral, o curso do Direito.

Ademais, já numa análise de soluções aplicáveis às Faculdades de Direito de ambos países, observou-se o panorama pré-universidade e verificou-se quais ações poderiam ser implementadas nesta fase, visando que o aluno quando chegue à Faculdade, esteja melhor preparado, ao menos sob um ponto de vista jurídico.

Na sequência, falou-se da crise contemporânea do Direito e da Democracia, e discorreu-se sobre a necessidade de aproximação entre o Direito e a Pedagogia. Narrou-se de forma pormenorizada os desdobramentos positivos desta medida, nomeadamente o grande valor da teoria da “Pedagogia Libertadora” de Paulo Freire e salientou-se a urgência de sua implementação.

Outrossim, elencou-se e certificou-se quais são as metodologias e técnicas mais eficazes e aplicáveis ao ensino jurídico, com destaque para as técnicas da: problematização; evolutividade; metodológica; transgressividade criativa; ecossistematização; mediatividade; e dialogicidade. Verificou-se que, além de estudá-las e prepará-las para o ambiente de estudo jurídico, é preciso, antes de qualquer coisa, que haja receptividade e vontade de implementá-las.

Subsequentemente, apurou-se os diversos contributos das visões interdisciplinares, transversais e transdisciplinares nas Faculdades de Direito e refletiu-se sobre os métodos e técnicas inovadoras como forma de superação do conservadorismo e do conformismo que, cada vez mais, enraízam-se nas Universidades, manifestando-se de várias maneiras e sobre todos seus agentes, sejam os docentes, o corpo discente ou a gestão da Escola.

Reiterou-se a importância do incentivo à pesquisa, seja por meio de atividades extracurriculares, grupos de estudo, núcleos de extensão acadêmicas ou pelo simples ato de provocação realizado pelo professor.

E sobre a figura do verdadeiro professor de Direito, ratificou-se que para superação da realidade atual do ensino jurídico é preciso que o professor seja, de fato, um orientador, tenha um caráter mais humanizador, desenvolva uma relação respeitosa e horizontal com os alunos, que idealize a Universidade e que entenda que seu compromisso é com a ciência jurídica e com a justiça.

Proximamente do fim, se trouxe para o debate a interessantíssima sugestão de utilização da demonstração da realidade de injustiça como forma de ensinar o Direito, partindo-se do pressuposto que o acadêmico que passa pela intensa experiência de vivenciar uma situação injusta, tenderá sempre a lutar pelo Direito e pela justiça.

Por fim, elaborou-se um compêndio com cerca de uma dezena de experiências inovadoras e reais, que obtiveram sucesso em suas ações em prol da melhoria do ensino jurídico de suas Instituições, comprovando que as ideias enumeradas no decorrer do trabalho são úteis e funcionais, podendo ser utilizadas e serem um instrumento de superação das realidades das Faculdades de Direito.

Iniciou-se o presente trabalho com uma assertiva frase que afirmava que o ensino do Direito ia mal. De fato, infelizmente, mantém-se essa ideia após a conclusão do presente trabalho.

Entretanto, verdadeira e sinceramente acredita-se que, aproximando o Direito da Pedagogia, resistindo contra o conservadorismo e o comodismo que sombreiam as Faculdades de Direito há anos, utilizando-se de estratégias inovadoras e motivadoras e exercendo o papel do verdadeiro e honrado professor de Direito, o cenário problemático hodierno pode ser significativamente melhorado e em um prazo bastante aceitável.

## BIBLIOGRAFIA

ADCROFT, Andy. ***Speaking the same language? Perception of feedback amongst academic staff and students in a school of law.*** In *The Law Teacher: The International Journal of Legal Education*: Volume 44 – Nº 3. Londres: Routledge Taylor&Francis Group, 2010.

ADEODATO, João Maurício. **História das Ideias Jurídicas no Brasil: Metodologia de Estudo.** In *História do Direito e do Pensamento Jurídico em Perspectiva*. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2012.

ALBUQUERQUE, Ruy de. **Notas para a História do Ensino do Direito Romano na Faculdade de Direito de Lisboa.** In *Interpretatio Prudentium I: Direito Romano e Tradição Romanista em Revista*. Lisboa: THD, 2016.

ALMEIDA, Eneá de Stutz. **Ciência e política: o IAB e os primórdios do ensino jurídico no Brasil Imperial.** In *180 anos do ensino jurídico no Brasil*. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Millennium Editora, 2007.

ALMEIDA, Frederico de. SOUZA, André Lucas Delgado. CAMARGO, Sarah Bria de. **Direito e realidade: desafios para o ensino jurídico.** In *Ensino do Direito em Debate: Reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente*. GHIRARDI, José Garcez. FEBERBAUM, Marina. Organização. São Paulo: Direito GV. 2013.

ALVES, Elizete Lanzoni. **Ensino jurídico como fonte de direito: uma abordagem crítica sobre o espaço universitário.** In *180 anos do ensino jurídico no Brasil*. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Millennium Editora, 2007.

ARAUJO, Danilo Borges dos Santos Gomes de. GOMES JÚNIOR, Roberto Lincoln de Sousa. **Método do Caso na Direito GV: Uma particular narrativa da produção e da utilização de estudos de caso na graduação da Direito GV, com testemunhos do professor e do aluno.** In: *Ensino do Direito em Debate: Reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente*. GHIRARDI, José Garcez. FEBERBAUM, Marina. Organização. São Paulo: Direito GV. 2013.

BALDUS, Chrustian. **A importância do Direito Romano e da Tradição Romanista para o Direito Português. Uma introdução para estudantes do Direito.** In *Interpretatio Prudentium I: Direito Romano e Tradição Romanista em Revista*. Lisboa: THD, 2016.

BARBAS HOMEM, António Pedro. **Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa: Memória, Espaço e Arte.** Lisboa: Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, 2013.

BARBAS HOMEM, António Pedro. **História do Pensamento Jurídico: Considerações Metodológicas.** In História do Direito e do Pensamento Jurídico em Perspectiva. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2012.

BARBAS HOMEM, António Pedro. **História do Pensamento Político.** In Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Coimbra: Coimbra Editora, 2007.

BARBAS HOMEM, António Pedro. **Introdução.** In O debate da Justiça: Estudos sobre a crise da Justiça em Portugal. GOUVEIA, Jorge Bacelar. BARBAS HOMEM, António Pedro. Organização. Lisboa: Vislis Editores, 2001.

BARBAS HOMEM, António Pedro. **O Justo e o Injusto.** Lisboa: AAFDL Editora. Reimpressão, 2017.

BARBAS HOMEM, António Pedro. **Sobre o Ensino Jurídico-Histórico na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.** In Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Martim de Albuquerque: Volume I. MIRANDA, Jorge. Organização. Coimbra: Coimbra Editora, 2010.

BARRETO, Vicente. **Sete notas sobre o ensino jurídico.** In Encontros da UNB. Brasília: UNB, 1979.

BERBEL, Neusi Aparecida. **Por falar em métodos, está em pauta a metodologia da problematização.** In: Questões de ensino na universidade: conversas com quem gosta de aprender para ensinar. Londrina: UEL, 1998.

BERRY, Elspeth. **Group work and assessment – benefit or burden?** In *The Law Teacher: The International Journal of Legal Education*: Volume 41 – Nº 1. Londres: Routledge Taylor&Francis Group, 2007.

BITTAR, Eduardo C. B. **O ensino da Filosofia do Direito: História, legislação e tradição na cultura jurídica brasileira.** In Separata da Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa: Volume XLVI – Nº1. Coimbra: Coimbra Editora, 2005.

BITTAR, Eduardo. **O direito na pós-modernidade.** São Paulo: Editora Atlas, 2005. p.147.

BOECHAT, Clara Martins. **A Resolução de Problema com Correção Cruzada como Estratégia de Ensino.** In Ensino Jurídico: Experiências Inovadoras. MIGUEL, Paula Castello. OLIVEIRA, Juliana Ferrari de. Organização. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

BONE, Alisson. **The twenty-first century law student.** In *The Law Teacher: The International Journal of Legal Education*: Volume 43 – Nº 3. Londres: Routledge Taylor&Francis Group, 2009.

BORDENAVE, Juan Díaz; PEREIRA, Adair Martins. **Estratégias de ensino-aprendizagem.** 13 ed. Petrópolis: Ed. Vozes, 1993.

BORTOLON, Mariana Cavarra. **A necessidade de uma formação humanística efetiva no ensino do Direito**. In Ensino jurídico e pedagogia: em busca de novos saberes. FRANCISCETTO, Gilsiene Passon. Organização. Curitiba: Editora CRV, 2010.

BRASIL. Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil. **Lei N.º 8.906 de julho de 1994**. Acesso em 05/06/2018. Disponível em: «[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L8906.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8906.htm)»

BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dez. de 1996. **Diretrizes e bases da educação nacional**. Acesso em 25/07/2018. Disponível em: «[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9394.htm)»

BRASIL. Ministério da Educação. **Conselho Nacional de Educação**. Acesso em 05/06/2018. Disponível em: « <http://portal.mec.gov.br/conselho-nacional-de-educacao/apresentacao> »

BRASIL. CAPES. **Competências**. Acesso em 25/06/2018. Disponível em: «<https://www.capes.gov.br/acessoainformacao/80-conteudo-estatico/acesso-a-informacao/5418-competencias>»

BRASIL. Ministério da Educação. **Enade**. Acesso em 05/06/2018. Disponível em: «<http://portal.mec.gov.br/enade>»

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES N.º 2 de junho de 2007**. Acesso em 05/06/2018. Disponível em: «[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17002-resolucao-002-07-04fev2015&category\\_slug=fevereiro-2015-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17002-resolucao-002-07-04fev2015&category_slug=fevereiro-2015-pdf&Itemid=30192)»

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES N.º 9 de setembro de 2004**. Acesso em 05/06/2018. Disponível em: «[http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09\\_04.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces09_04.pdf)»

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CES N.º 3 de junho de 2017**. Acesso em 05/06/2018. Disponível em: «[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=68081-rces003-17-pdf&category\\_slug=julho-2017-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=68081-rces003-17-pdf&category_slug=julho-2017-pdf&Itemid=30192)»

BRASIL. Ministério da Educação. **Secretaria de Educação Superior**. Acesso em 05/06/2018. Disponível em: « <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/apresentacao> »

BRASIL. Portaria n. 1.886, de 30 de dez. de 1994. **Diretrizes curriculares e o conteúdo mínimo do curso jurídico**, Brasília, DF, dez 1994.

BROWNE REGO, George. **Uma introdução à História do Direito**. In História do Direito e do Pensamento Jurídico em Perspectiva. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2012.

BURNS, Kylie. HUTCHINSON, Terry. ***The impact of “empirical facts” on legal scholarship and legal research training.*** In *The Law Teacher: The International Journal of Legal Education*: Volume 43 – Nº 2. Londres: Routledge Taylor&Francis Group, 2009.

CARLINI, Angélica. **O professor de direito: perspectivas para a construção de uma identidade docente.** In 180 anos do ensino jurídico no Brasil. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Millennium Editora, 2007.

CARVALHO, André Azeredo. **Acesso à justiça e ensino jurídico.** In Ensino jurídico e pedagogia: em busca de novos saberes. FRANCISCHETTO, Gilsiene Passon. Organização. Curitiba: Editora CRV, 2010.

CARVALHO, José Mexia Crespo de. Ensino Superior. **Modelo de Gestão, Mérito e Responsabilização.** 1ª Edição. Lisboa: Edições Sílabo, 2003.

CHERUBIN, Felipe. **Advogados e juristas defendem o ensino do direito nas escolas.** Acesso em: 05/09/2018. Disponível em: «  
<https://alias.estadao.com.br/noticias/geral,advogados-e-juristas-defendem-o-ensino-de-direito-nas-escolas,70002165558>»

CHRISTUDASON, Alice. ***Using student feedback to improve the quality of teaching law to non-law students.*** In *The Law Teacher: The International Journal of Legal Education*: Volume 40 – Nº 1. Londres: Routledge Taylor&Francis Group, 2006.

CHUI, Wing Hong. ***The use of a virtual learning environment: the Hong Kong experience.*** In *The Law Teacher: The International Journal of Legal Education*: Volume 40 – Nº 1. Londres: Routledge Taylor&Francis Group, 2006.

CLAYDON, Lisa. ***Engaging and motivating students: assessment to aid student learning on a first year core law module.*** In *The Law Teacher: The International Journal of Legal Education*: Volume 43 – Nº 3. Londres: Routledge Taylor&Francis Group, 2009.

CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **OAB. Ensino jurídico. Parâmetros para a elevação de qualidade e avaliação.** Brasília, 1992.

CORTÊS, António. **Para uma Metodologia Jurídica Integral.** In Estudos Dedicados ao Professor Doutor Nuno Espinosa Gomes da Silva: Volume I. Lisboa: Universidade Católica Editora, 2013.

COSTA, Bárbara Silva. **(Re)Pensando o direito diante de um mundo global: uma reflexão sobre os desafios do ensino jurídico no século XXI.** In 180 anos do ensino jurídico no Brasil. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Millennium Editora, 2007.



COSTA, Renata Carvalho Pereira. **Ensino jurídico “versus” positivismo jurídico: para uma (necessária) visão plural do Direito.** In Ensino jurídico e pedagogia: em busca de novos saberes. FRANCISCHETTO, Gilsiene Passon. Organização. Curitiba: Editora CRV, 2010.

COUTURE, Eduardo Juan. **Os mandamentos do Advogado.** 3. Ed. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 1987.

CRUZ, Elisa Pires da. SENA, Jaqueline Santa Brígida. BLOTTA, Vitor Souza Lima. LEVY, Wilson. **180 anos de ensino do direito no Brasil - Olhares e perspectivas discentes.** In 180 anos do ensino jurídico no Brasil. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Milennium Editora, 2007.

DUARTE NOGUEIRA, José Artur Anes. **Sociedade e Direito em Portugal na Idade Média: dos primórdios ao século da Universidade.** Lisboa, 1994.

EUROPEAN HIGHER EDUCATION AREA. **How does the Bologna Process work?** Acesso em 25/07/2018. Disponível em: «<http://www.ehea.info/pid34247/how-does-the-bologna-process-work.html>»

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Curso Geral de Doutorado.**, Acesso em: 29/07/2018. Disponível em: «<http://www.uc.pt/fduc/cursogeraldoutoramento/index>»

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Licenciatura.**, Acesso em: 29/07/2018. Disponível em: «<https://apps.uc.pt/courses/pt/course/1556/2015-2016>»

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **Licenciatura em Direito. Plano de Estudos.** Acesso em: 29/07/2018. Disponível em: «[https://apps.uc.pt/courses/PT/programme/1556/2015-2016?id\\_branch=2361](https://apps.uc.pt/courses/PT/programme/1556/2015-2016?id_branch=2361)»

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **2º Ciclo de Estudos em Direito. Mestrado.**, Acesso em: 29/07/2018. Disponível em: «[https://www.uc.pt/fduc/cursos/2ciclo\\_direito](https://www.uc.pt/fduc/cursos/2ciclo_direito)»

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA. **O ensino e a investigação do Direito em Portugal e a Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.** Coimbra: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, 2010.

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. **Cursos.** Acesso em 25/07/2018. Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/cursos/>»

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. **Licenciatura. Plano de estudos.** Acesso em: 29/07/2018. Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/cursos/licenciatura/plano-de-estudos/#1479210541932-6950f9db-f359>»

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. **Mestrado em Direito e Ciência Jurídica**. Acesso em: 29/07/2018. Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/cursos/mestrados-em-direito-e-ciencia-juridica-2/>»

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. **Mestrado em Direito e Prática Jurídica**. Acesso em: 29/07/2018. Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/cursos/mestrados-em-direito-e-pratica-juridica-2/>»

FACULDADE DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE LISBOA. **Doutoramento**. Acesso em: 29/07/2018. Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/cursos/doutoramento-2/#1481121776177-5d8f0886-4596>»

FERRAZ JÚNIOR Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito**. São Paulo: Atlas, 1987.

FERRAZ JÚNIOR Tércio Sampaio. **O ensino jurídico**. In: Econtros da UNB: ensino jurídico. Brasília: UNB, 1978.

FERREIRA, J. O. Cardona. **Há soluções para os problemas da Justiça**. In O debate da Justiça: Estudos sobre a crise da Justiça em Portugal. GOUVEIA, Jorge Bacelar. BARBAS HOMEM, António Pedro. Organização. Lisboa: Vislis Editores, 2001.

FILHO, José Carlos de Araújo Almeida. **A bucha, a maçonaria e sua influência no ensino jurídico, com forte apego no positivismo**. In 180 anos do ensino jurídico no Brasil. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Milennium Editora, 2007.

FILHO, Roberto Freitas. **As normas abertas e o método do ensino jurídico**. In Ensino do Direito em Debate: Reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente. GHIRARDI, José Garcez. FEBERBAUM, Marina. Organização. São Paulo: Direito GV. 2013.

FRANCISCHETTO, Gilsiene Passon. **Em busca de novos saberes: uma aproximação entre o ensino jurídico e a pedagogia**. In Ensino jurídico e pedagogia: em busca de novos saberes. FRANCISCHETTO, Gilsiene Passon. Organização. Curitiba: Editora CRV, 2010.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. p.30.

FREITAS, Pedro Caridade de. **Os contributos da Universidade na definição das linhas gerais do pensamento político português na segunda metade do século XVIII**. In Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Martim de Albuquerque: Volume II. MIRANDA, Jorge. Organização. Coimbra: Coimbra Editora, 2010.

GROSS, Clarissa Piterman. **Montar e justificar uma disciplina jurídica: refletindo sobre o problema da “prática” no Direito e no ensino do Direito.** In Ensino do Direito em Debate: Reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente. GHIRARDI, José Garcez. FEBERBAUM, Marina. Organização. São Paulo: Direito GV. 2013.

HERKENHOFF, João Baptista. **Para onde vai o Direito? Reflexões sobre o papel do Direito e do jurista.** 3ª Edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2001.

HESPANHA, António Manuel. **Cultura Jurídica Europeia. Síntese de um Milénio.** Coimbra: Almedina, 2012.

HIRONAKA, Giselda Maria Fernandes Novaes. MONACO, Gustavo Ferraz de Campos. **Passado, presente e futuro do Direito. As arcadas e sua contribuição para o ensino do direito no Brasil.** In 180 anos do ensino jurídico no Brasil. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Millennium Editora, 2007.

HOLANDA, Ana Paula de Araújo de. **A Escola do Recife e seu papel na construção do ensino jurídico brasileiro: uma ruptura de paradigmas.** In 180 anos do ensino jurídico no Brasil. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Millennium Editora, 2007.

JAMES, Helen. **Supporting new law teachers – a study to determine needs.** In *The Law Teacher: The International Journal of Legal Education*: Volume 43 – Nº 2. Londres: Routledge Taylor&Francis Group, 2009.

JÚNIOR, Fernando Frederico de Almeida. **Os atuais objetivos do ensino de direito no Brasil.** In 180 anos do ensino jurídico no Brasil. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Millennium Editora, 2007.

JÚNIOR, Humberto Ribeiro. Cine-Fórum: **O Cineama nas Interfaces Entre Direito Penal e Sociologia.** In Ensino Jurídico: Experiências Inovadoras. MIGUEL, Paula Castello. OLIVEIRA, Juliana Ferrari de. Organização. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

JÚNIOR, José Levi Mello do Amaral. **Ensino do Direito e Profissões Forenses no Contexto do Processo de Bolonha.** In III Congresso do Direito de Língua Portuguesa. GOUVEIA, Jorge Bacelar. HENRIQUES, Henriques José. ESPADA, Gildo. COUTINHO, Francisco Pereira. Organização. Coimbra: Almedina, 2014.

KAITEL, Cristiane Silva. MOTA, Louise Menegaz de Barros. **Uso de plataforma virtual no ensino jurídico.** In Ensino do Direito em Debate: Reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente. GHIRARDI, José Garcez. FEBERBAUM, Marina. Organização. São Paulo: Direito GV. 2013.

LEISTER, Margareth Anne. TREVISAM, Elisaide. **A necessidade da transversalidade no ensino jurídico para uma efetiva contribuição do jurista no desenvolvimento da sociedade: Um olhar segundo reflexões de Edgar Morin.** In Ensino do Direito em Debate: Reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente. GHIRARDI, José Garcez. FEBERBAUM, Marina. Organização. São Paulo: Direito GV. 2013.

LIU, Hin-Yan. **Teaching without authority.** In *The Law Teacher: The International Journal of Legal Education*: Volume 46 – Nº 2. Londres: Routledge Taylor&Francis Group, 2012.

LÔBO, Paulo Luiz Neto. **Comentários ao novo estatuto da advocacia e da OAB.** Brasília: Brasília Jurídica, 1994.

MACHADO, Marta Rodriguez de Assis. CUNHA, Pedro. FURCOLIN, Felipe. **Como cada um de nós era vários, já era muita gente: um relato de uma experiência coletiva em sala de aula.** In Ensino do Direito em Debate: Reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente. GHIRARDI, José Garcez. FEBERBAUM, Marina. Organização. São Paulo: Direito GV. 2013.

MARTÍNEZ, Sergio Rodrigo. **Pedagogia Jurídica.** Curitiba: Juruá, 2002.

MARTÍNEZ, Sergio Rodrigo. **A evolução do ensino jurídico no Brasil.**

Acesso em: 08/08/2018. Disponível em:

«<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/29074-29092-1-PB.pdf>»

MARTINEZ, Sergio Rodrigo. **Técnicas para a evolução do modelo pedagógico tradicional dos cursos de direito.** In 180 anos do ensino jurídico no Brasil. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Millennium Editora, 2007.

MASETTO, Marcos Tarciso. TAVARES, Cristina Zukowsky. **Inovação e a Universidade.** In Ensino do Direito em Debate: Reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente. GHIRARDI, José Garcez. FEBERBAUM, Marina. Organização. São Paulo: Direito GV. 2013.

MATIAS, Gonçalo Saraiva. **O ensino do Direito Global.** Acesso em: 05/09/2018. Disponível em: «<https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/o-ensino-do-direito-global-296286>»

MELO FILHO, Álvaro. **Por uma revolução no ensino jurídico.** Revista Forense. Volume 322. Rio de Janeiro, 1993.

MENEZES LEITÃO, Luís Manuel Teles. **O ensino do Direito e o acesso às profissões jurídicas.** In O debate da Justiça: Estudos sobre a crise da Justiça em Portugal. GOUVEIA, Jorge Bacelar. BARBAS HOMEM, António Pedro. Organização. Lisboa: Vislis Editores, 2001.

MERÊA, Paulo. **Estudos de História do Ensino Jurídico em Portugal (1722-1902)**. Lisboa: INCM – Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2005.

MIGUEL, Paula Castello. MOTTA, André Guasti. **Formando Soluções**. In Ensino Jurídico: Experiências Inovadoras. MIGUEL, Paula Castello. OLIVEIRA, Juliana Ferrari de. Organização. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. São Paulo: EPU, 1992.

MORAES, Patrícia Regina de. **O Ensino Jurídico no Brasil**. Acesso em: 02/07/2018. Disponível em: «  
[http://unifia.edu.br/revista\\_eletronica/revistas/direito\\_foco/artigos/ano2014/ensino\\_juridico.pdf](http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/direito_foco/artigos/ano2014/ensino_juridico.pdf)»

MOSSINI, Daniela E. de S. **Ensino Jurídico: história, currículo e interdisciplinariedade**. Doutorado em Educação: Currículo PUC-SP, São Paulo: 2010.

MUSSE, Luciana Barbosa. NETO, Emésio Dario de Araújo. **Ensino jurídico participativo por meio de extensão acadêmica sob uma abordagem dialógica**. In Ensino do Direito em Debate: Reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente. GHIRARDI, José Garcez. FEBERBAUM, Marina. Organização. São Paulo: Direito GV. 2013.

NALINI, José Renato. **O ensino da justiça (ou a renovação da docência jurídica)**. In 180 anos do ensino jurídico no Brasil. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Millennium Editora, 2007.

NICOLSON, Donald. **‘Education, Education, Education’: Legal, Moral and Clinical**. In *The Law Teacher: The International Journal of Legal Education*: Volume 42 – Nº 2. Londres: Routledge Taylor&Francis Group, 2008.

OLIVEIRA, Juliana Ferrari de. **Ensino Jurídico: História que Explica a Prática Docente**. In Ensino Jurídico: Experiências Inovadoras. MIGUEL, Paula Castello. OLIVEIRA, Juliana Ferrari de. Organização. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

OLIVEIRA, Luciano. **Não fale do Código de Hamurábi! A pesquisa sócio-jurídica na pós-graduação em Direito**. Acesso em 01/04/2018. Disponível em: «[https://www.uniceub.br/media/180293/Texto\\_IX.pdf](https://www.uniceub.br/media/180293/Texto_IX.pdf)»

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Legislação sobre ensino jurídico**. Acesso em 18/01/2018. Disponível em: «<https://www.oab.org.br/visualizador/20/legislacao-sobre-ensino-juridico>»

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **Número reduzido de aprovados no Exame de Ordem é resultado da baixa qualidade do ensino jurídico praticado no Brasil**. Acesso em 10/04/2018. Disponível em:

«<https://www.oabpr.org.br/numero-reduzido-de-aprovados-no-exame-de-ordem-e-resultado-da-baixa-qualidade-do-ensino-juridico-praticado-no-brasil-avalia-marisvaldo-amado/>»

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL. **OAB entrega a 142 faculdades selo de qualidade em ensino de direito.** Acesso em 10/04/2018. Disponível em: «<https://www.oab.org.br/noticia/29187/oab-entrega-a-142-faculdades-selo-de-qualidade-em-ensino-de-direito>»

PAWLOWSKI, Mark. GREER, Sarah. ***Film and literature in the legal classroom.*** In *The Law Teacher: The International Journal of Legal Education*: Volume 43 – Nº 1. Londres: Routledge Taylor&Francis Group, 2009.

PEDRA, Adriano Sant'Ana. DIOGO, Valéria de Freitas. **Oficina Jurídica.** In Ensino Jurídico: Experiências Inovadoras. MIGUEL, Paula Castello. OLIVEIRA, Juliana Ferrari de. Organização. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

PINTO, Henrique Motta. CORRÊA, Luiza Andrade. PINTO, Camila Batista. **O aluno no centro do ensino em Direito: A experiência da escola de formação da SBDP.** In Ensino do Direito em Debate: Reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente. GHIRARDI, José Garcez. FEBERBAUM, Marina. Organização. São Paulo: Direito GV. 2013.

PORTUGAL. Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior. **Enquadramento Legal.** Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «<http://www.a3es.pt/pt/o-que-e-a3es/enquadramento-legal>»

PORTUGAL. Lei n.º 46/1986. **Lei de Bases do Sistema Educativo.** Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «[https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/222418/details/normal?p\\_p\\_auth=D688OvBC](https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/222418/details/normal?p_p_auth=D688OvBC)»

PORTUGAL. Decreto-Lei n.º 74/2006. **Regime Jurídico dos graus e diplomas do ensino superior.** Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «<https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/671387/details/maximized>»

PORTUGAL. Lei n.º 62/2007. **Regime jurídico das instituições de ensino superior.** Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «[https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/640339/details/maximized?print\\_preview=print-preview](https://dre.pt/web/guest/pesquisa/-/search/640339/details/maximized?print_preview=print-preview)»

PORTUGAL. Regulamento n.º 164/2009. **Estatutos da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra.** Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «[https://www.uc.pt/fduc/faculdade/orgaos\\_gestao/estatutos.pdf](https://www.uc.pt/fduc/faculdade/orgaos_gestao/estatutos.pdf)»

PORTUGAL. Despacho 12680/2012. **Estatutos da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.** Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «<http://www.fd.ulisboa.pt/wp-content/uploads/2014/09/Estatutos-da-FDL-29.11.2013.pdf>»

QUADROS, Fausto de. **Como ensinar Direito em Portugal no século XXI? Algumas reflexões.** In Estudos Comemorativos dos 10 anos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa: Volume II. AMARAL, Diogo Freitas do. ALMEIDA, Carlos Ferreira. ALMEIDA, Marta Tavares. Organização. Coimbra: Almedina, 2008.

QS WORLD UNIVERSITY RANKINGS. **Law.** Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «<https://www.topuniversities.com/university-rankings/university-subject-rankings/2018/law-legal-studies>»

RIBEIRO JÚNIOR, J. **A formação pedagógica do professor de direito.** 2. ed. Capinas: Papyrus, 2003.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Crises do ensino do Direito no Brasil.** In: Pensando o ensino do Direito no século XXI: diretrizes curriculares, projeto pedagógico e outras questões pertinentes. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2005.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei. **Ensino Jurídico e Direito Alternativo.** São Paulo: Editora Acadêmica, 1993.

SABAINI, Wallace Tesch. **Novos princípios metodológicos para o processo de ensino-aprendizagem do Direito.** In Ensino jurídico e pedagogia: em busca de novos saberes. FRANCISCHETTO, Gilsiene Passon. Organização. Curitiba: Editora CRV, 2010.

SANTOS, Ricardo Goretti. **Os Bastidores da Prática na Instituição: Preparação, Execução e Socialização das Experiências.** In Ensino Jurídico: Experiências Inovadoras. MIGUEL, Paula Castello. OLIVEIRA, Juliana Ferrari de. Organização. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

SAVIANI, Demeval. **Escola e Democracia.** 35. ed. Campinas: São Paulo Autores Associados, 2002.

SHANGHAI ACADEMIC RANKING OF WORLD UNIVERSITIES. **Classificação Acadêmica das Universidades Mundiais 2015.** Acesso em: 26/06/2018. Disponível em: «<http://www.shanghairanking.com/pt/ARWU2015.html>»

SILVA, Artur Stamford da. MAIA, Alexandre da. TEIXEIRA, João Paulo Allain. **Pesquisa em direito e a superação das escolas-de-um-só. Uma profecia às avessas?** In 180 anos do ensino jurídico no Brasil. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Millennium Editora, 2007.

SILVA, Cristina Nogueira da. **Ensino do Direito, Interdisciplinaridade e História (cultural) do Direito.** In III Congresso do Direito de Língua Portuguesa. GOUVEIA, Jorge Bacelar. HENRIQUES, Henriques José. ESPADA, Gildo. COUTINHO, Francisco Pereira. Organização. Coimbra: Almedina, 2014.

SILVA, Joana Aguiar e. **A Ciência Jurídica Medieval: mais do que a passagem de um testemunho.** In Estudos em Comemoração do 10º Aniversário da Licenciatura em Direito da Universidade do Minho. OLIVEIRA, António Cândido de. Organização. Coimbra: Almedina, 2004.

SILVESTRE, Ana Carolina de Faria. **Os desafios à educação jurídica em tempos de “pós-racionalidade”.** In Ensino do Direito em Debate: Reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente. GHIRARDI, José Garcez. FEBERBAUM, Marina. Organização. São Paulo: Direito GV. 2013.

SIQUEIRA, Márcia Dalledone. **Faculdade de Direito, 1912-2000.** Curitiba: UFPR. 2000.

SMITS, Jan M. **European legal education, or: how to prepare students for global citizenship?** In *The Law Teacher: The International Journal of Legal Education*: Volume 45 – Nº 2. Londres: Routledge Taylor&Francis Group, 2011.

SOANES, Marcus. **The legal questing beast: vocational students research strategies, motivations and emotions.** In *The Law Teacher: The International Journal of Legal Education*: Volume 44 – Nº 2. Londres: Routledge Taylor&Francis Group, 2010.

STRECK, Lenio Luiz. **Hermenêutica e ensino jurídico em *terrae brasilis*.** In 180 anos do ensino jurídico no Brasil. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Millennium Editora, 2007.

TAUFNER, Domingos Augusto. **O ensino jurídico e o exame de ordem.** In Ensino jurídico e pedagogia: em busca de novos saberes. FRANCISCHETTO, Gilsiene Passon. Organização. Curitiba: Editora CRV, 2010.

TEIXEIRA, Carlos. **O Ensino do Direito e Profissões Forenses no Contexto do Processo de Bolonha – o caso de Angola.** In III Congresso do Direito de Língua Portuguesa. GOUVEIA, Jorge Bacelar. HENRIQUES, Henriques José. ESPADA, Gildo. COUTINHO, Francisco Pereira. Organização. Coimbra: Almedina, 2014.

TEIXEIRA, Glória. **O ensino do Direito em Portugal.** Acesso em: 05/09/2018. Disponível em: « <https://www.portoeditora.pt/sites/ensino-direito-portugal/> »

TENENTE, Luiza. **Brasil tem mais faculdades de direito que China, EUA e Europa juntos.** Acesso em: 17/08/2018. Disponível em: « <https://g1.globo.com/educacao/guia-de-carreiras/noticia/brasil-tem-mais-faculdades-de-direito-que-china-eua-e-europa-juntos-saiba-como-se-destacar-no-mercado.ghtml> ».

THOMAS, Philip. **Legal education: then and now.** In *The Law Teacher: The International Journal of Legal Education*: Volume 40 – Nº 3. Londres: Routledge Taylor&Francis Group, 2006.



TORELLY, Marcelo Dalmas. **Da dialética entre tradição e modernidade nos debates legislativos acerca da criação dos cursos jurídicos no Brasil: ideias e implicações da formatação dos conteúdos curriculares.** In 180 anos do ensino jurídico no Brasil. CERQUEIRA, Daniel Torres de. CARLINI, Angélica. FILHO, Carlos de Araújo Almeida. Organização. Campinas: Millennium Editora, 2007.

TORRONTÉGUY, Alessandra Folzke. COLOMBI, Ramon Filipe. **O bom professor de Direito e sua prática.** In Ensino jurídico e pedagogia: em busca de novos saberes. FRANCISCHETTO, Gilsiene Passon. Organização. Curitiba: Editora CRV, 2010.

VERA-CRUZ PINTO, Eduardo. **Curso de Direito Romano Volume I.** 1ª Edição. Lisboa: Princípia Editora, 2012.

WARAT, Luis Alberto. **Epistemologia e ensino do Direito: o sonho acabou.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2004.

WERNECK, Hamilton. **Se você finge que ensina, eu finjo que aprendo.** Petrópolis: Vozes, 1992.

ZENKNER, Marcelo. **Resolução de Problemas.** In Ensino Jurídico: Experiências Inovadoras. MIGUEL, Paula Castello. OLIVEIRA, Juliana Ferrari de. Organização. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

ZUGMAN, Daniel Leib. BASTOS, Frederico Silva. **As escolhas por trás do método: contradições, incorerências e patologias do ensino jurídico no Brasil.** In Ensino do Direito em Debate: Reflexões a partir do 1º Seminário Ensino Jurídico e Formação Docente. GHIRARDI, José Garcez. FEBERBAUM, Marina. Organização. São Paulo: Direito GV. 2013.